UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDUARDO ALVES LAZZARI

POR QUE OS BRASILEIROS NÃO CONFIAM EM PARTIDOS POLÍTICOS?

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

POR QUE OS BRASILEIROS NÃO CONFIAM EM PARTIDOS POLÍTICOS?

Eduardo Alves Lazzari

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. José Álvaro Moisés.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo:

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Lq Lazzari, Eduardo Alves
Por que os brasileiros não confiam em partidos
políticos? / Eduardo Alves Lazzari ; orientador José
Álvaro Moisés. - São Paulo, 2016.
153 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Desconfiança. 2. Partidos Políticos. 3. Brasil.
I. Moisés, José Álvaro, orient. II. Título.

*A com quem dei meus primeiros passos, dedico-lhe mais este,
Dolores Talon Lazzari.*

AGRADECIMENTOS

Conviver diariamente no Departamento de Ciência Política da USP é um privilégio. Representa um intenso processo de reflexão coletiva sobre questões de pesquisa de docentes e discentes, bem como sobre o Brasil. Algo fundamental se considerar que esta dissertação de mestrado se desenvolveu entre os anos de 2014 e 2016. Sinto-me grato, portanto, por ter essa oportunidade.

Agradeço, primeiramente, ao Prof. José Álvaro Moisés que, com muita paciência, me auxiliou e me orientou ao longo desse mestrado, contribuindo de maneira essencial para o desenvolvimento desse trabalho. Em seguida, agradeço o Prof. Glauco Peres da Silva e a Profa. Gabriela de Oliveira pelos valiosos comentários feitos em meu exame de qualificação, além de encontros que me auxiliaram teórica e metodologicamente. Ao Prof. Adrián Gurza Lavalle e a Profa. Rachel Meneguello também devo agradecimentos pelos sinceros e qualificados comentários feitos em minha defesa. Agradeço ainda a Profa. Marta Arretche pelas discussões propostas por ela que, ainda que sem estarem diretamente relacionadas ao tema dessa pesquisa, foram inestimáveis para minha formação intelectual e profissional.

Também não poderia deixar de agradecer aos funcionários do DCP que sempre, com muita compreensão e cuidado, se mostraram solícitos a qualquer ajuda que eu precisasse. Desnecessário dizer que sem essas pessoas não haveria mestrado, tampouco dissertação. Por isso, agradeço a Marcia Staaks, Vasne Santos e Leonardo de Novaes.

Agradeço também a meus colegas do DCP que fizeram essa etapa em minha trajetória mais rica e agradável, entre eles, Sergio Simoni, Thiago Meireles, Gabriela Netto, Victor Araújo, Paulo César Flores, Thiago Fonseca e Fernando Peres Rodrigues.

Agradeço também a meus pais, Leila Alves e Reinaldo José Lazzari por me ensinarem o significado de força e doçura. Por fim, agradeço à Vitória Marques Lorente, minha companheira das piores e melhores horas, com quem sempre pude contar com seu carinho incondicional, obrigado.

Resumo

Esta pesquisa visa fornecer uma explicação para o quadro de ampla desconfiança em partidos políticos no Brasil. Mobilizando modelos culturalistas e racionalistas para entender esse fenômeno, o trabalho se inicia com uma discussão teórica sobre o lugar da desconfiança numa democracia representativa, passando para o debate pormenorizado de como a literatura tentou tratar do objeto dessa dissertação, nacional e internacionalmente. Por sua vez, os capítulos empíricos, fundamentados sobre testes de qui-quadrado, análises de correspondência e regressões logísticas ordinais, revelam os efeitos assimétricos das principais variáveis elencadas pela literatura, em que seu efeito negativo sobre a desconfiança é maior do que seu efeito positivo sobre a confiança. Argumenta-se que o quadro ilustra a consolidação de uma cultura de desconfiança em partidos políticos no Brasil, com consequências e importância incertas atualmente para a compreensão da intrincada relação entre partidos políticos e sociedade civil.

Palavras-chave: Desconfiança; Partidos Políticos; Brasil.

ABSTRACT

This research aims to provide an explanation to the broad distrust in political parties in Brazil. Using culturalist and racionalist models to assess this phenomenon, this work starts with a theoretical discussion about the place that distrust has in a representative democracy, going through a detailed discussion on how the literature tried to study this dissertation's object, nationally and internationally. The empirical chapters, grounded in chi-square tests, correspondence analysis, and ordinal logistic regressions, reveal asymmetric effects from the main variables brought out by the literature, where its negative effects on distrust are bigger than its positive effects on trust in political parties. It is argued that this scenario illustrates the consolidation of a culture of distrust in political parties in Brazil, with unknown consequences and importance for the comprehension of the intricate relation between political parties and civil society.

Keywords: Distrust; Political Parties; Brazil.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Apoio às dimensões de apoio à democracia	51
Tabela 2 - Aderência Prática à Democracia	53
Tabela 3 - Atitudes ante Partidos	54
Tabela 4 - Representatividade e Proximidade com os Partidos Brasileiros	55
Tabela 5 - Confiança em Partidos Políticos	55
Tabela 6 - Contingenciamento Confiança e Consumo de TV em Horas	58
Tabela 7 - Contingenciamento Confiança e Avaliação da Corrupção em Rousseff	60
Tabela 8 - Contingenciamento Confiança e Avaliação da Economia em Rousseff	62
Tabela 9 - Contingenciamento Confiança e Partidário Vencedor (2010)	64
Tabela 10 - Contingenciamento Confiança e Sexo	66
Tabela 11 - Contingenciamento Confiança e Classe Social	67
Tabela 12 - Contingenciamento Confiança e Escolaridade	69
Tabela 13 - Contingenciamento Confiança e Faixa Etária	70
Tabela 14 - Contingenciamento Confiança e Confiança Interpessoal Ordinal ...	71
Tabela 15 - Contingenciamento Confiança e Quartis de Proxy Pós-Materialismo	74
Tabela 16 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (1) e (2)	80
Tabela 17 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (3) e (4)	82
Tabela 18 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (5) e (6)	84
Tabela 19 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (7), (8), (9) e (10) ...	85
Tabela 20 - Regressão Logística Ordinal do Modelo (11)	86
Tabela 21 - Probabilidades Estimadas de Confiança em Partidos	89
Tabela 22 – Contingenciamento da Estimação do Modelo e Amostra (%)	90
Tabela 23 - Efeitos Marginais das Variáveis Independentes	92
Tabela 24 - Determinantes para o Engajamento Partidário	99
Tabela 25 - Contingenciamento Confiança e Atenção dada à TV	112
Tabela 26 - Contingenciamento Confiança e Império da Lei	112
Tabela 27 - Contingenciamento Confiança e Lisura das Eleições	113
Tabela 28 - Contingenciamento Confiança e Avaliação Economia Atual	114
Tabela 29 - Contingenciamento Confiança e Perspectivas da Eco. no Ano Seguinte	115

Tabela 30 - Contingenciamento Confiança e Aval. Retrospectiva Últimos 10 Anos.....	116
--	-----

Tabela 31 - Contingenciamento Confiança e Eleitores de Rousseff (2010).....	117
---	-----

Tabela 32 - Contingenciamento Confiança e Confiança Interpessoal Binária .	118
--	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Democracia como melhor forma de governo por Aderência Prática	53
Gráfico 2 – A. de Correspondência Confiança e Consumo de TV em Horas	59
Gráfico 3 – A. de Correspondência Confiança e Avaliação Corrupção em Rousseff.....	61

Gráfico 4 - A. de Correspondência Confiança e Aval. Economia em Rousseff.	63
---	----

Gráfico 5 - A. de Correspondência Confiança e "Partidário Vencedor" (2010).	65
---	----

Gráfico 6 - A. de Correspondência Confiança e Sexo.....	66
---	----

Gráfico 7 - A. de Correspondência Confiança e Classe Social	68
---	----

Gráfico 8 - A. de Correspondência Confiança e Escolaridade	69
--	----

Gráfico 9 - A. de Correspondência Confiança e Faixa Etária	70
--	----

Gráfico 10 - A. de Correspondência Confiança e Confiança Interpessoal Ordinal	72
---	----

Gráfico 11 - A. de Correspondência Confiança e Quartis Proxy Pós-Materialismo.....	74
--	----

Gráfico 12 - Probabilidades Estimadas por Variável Independente	91
---	----

Gráfico 13 – A. de Correspondência Confiança e Atenção dada à TV	112
--	-----

Gráfico 14 – A. de Correspondência Confiança e Império da Lei	113
---	-----

Gráfico 15 - A. de Correspondência Confiança e Lisura Eleições	114
--	-----

Gráfico 16 - A. de Correspondência Confiança e Aval. Economia Atual	115
---	-----

Gráfico 17 - A. de Correspondência Confiança e Persp. da Eco. no Ano seguinte	116
---	-----

Gráfico 18 - A. de Correspondência Confiança e Aval. Retros. Últimos 10 Anos	117
--	-----

Gráfico 19 - A. de Correspondência Confiança e Eleitores de Rousseff (2010)	118
---	-----

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONFIANÇA E REPRESENTAÇÃO	4
1.1 Confiança: definição e características	4
1.2 Da Relação entre Confiança e Democracia Representativa.....	9
1.3 As Funções dos Partidos e Justificativa do Estudo.....	19
CAPÍTULO 2 – O ESTADO DA ARTE.....	28
2.1 Situando o Debate.....	28
2.2 Fatores Determinantes para a Confiança em Partidos: hipóteses	33
2.2.1 Modelos Racionalistas	33
2.2.2 Modelos Culturalistas	41
2.3 As Explicações do Caso Brasileiro	47
2.4 Adesão à Democracia e Atitude ante Partidos no Brasil	50
CAPÍTULO 3 – ANÁLISES PRELIMINARES DOS CONDICIONANTES DA CONFIANÇA EM PARTIDOS	56
3.1 Trajeto do Capítulo	56
3.2 Análise Descritiva da Hipótese Informacional	56
3.3 Análise Descritiva da Hipótese da Avaliação Procedimental.....	60
3.4 Análise Descritiva da Avaliação Econômica.....	62
3.5 Análise Descritiva da Avaliação Institucional.....	63
3.6 Análise Descritiva das Variáveis Demográficas.....	65
3.7 Análise Descritiva da Hipótese de Confiança Interpessoal	71
3.8 Análise Descritiva do Proxy de Pós-Materialismo	72
3.9 Considerações da Análise Descritiva.....	75
CAPÍTULO 4 – INVESTIGANDO OS EFEITOS DOS CONDICIONANTES DA LITERATURA: HIPÓTESES ASSIMÉTRICAS E EXPLICAÇÕES.....	77
4.1 Detalhamento do Método e Trajetória do Capítulo	77

4.2 Avaliando Efeitos de Características Demográficas, Pós-Materialismo e do Consumo de TV	79
4.3 Avaliando Efeitos das Variáveis Avaliativas e Confiança Interpessoal ...	85
4.4 Avaliando o Modelo e Observando Efeitos Assimétricos	88
4.5 Considerações Finais	93
CONCLUSÃO	96
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXO	112

INTRODUÇÃO

Em 2013, no auge das manifestações que marcaram aquele ano, alguns movimentos sociais faziam questão de se dizer apartidários, em que pese a participação expressiva de algumas legendas partidárias nos primeiros atos contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo. Após a violenta repressão da Polícia Militar naquela cidade no dia 13 de junho, o quinto ato marcado para a segunda-feira seguinte, dia 17 de junho, teve grandes proporções e, ao incorporar elementos que até então não tinham participado das manifestações, uma série de incidentes foram registrados; ameaças físicas e psicológicas foram feitas àqueles que empunhavam algum tipo de símbolo ou signo que remetia a qualquer legenda partidária.

Em 2015 e 2016, no desenrolar dos protestos que pediam o impeachment da presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff, partidos políticos opositores ao governo federal vigente lidavam de maneira hesitante com esses protestos. A preocupação era deixar claro que nenhum partido político tentava se apropriar de um movimento supostamente autônomo. Membros de grande relevância do PSDB, ao tentarem participar desses protestos em 2016, como Geraldo Alckmin e Aécio Neves, foram francamente hostilizados por participantes do protesto, tendo que deixar às pressas a região da Avenida Paulista que recebia as manifestações contrárias ao governo eleito.

Eventos como esses sucintamente citados impressionam e contrastam. Impressionam, pois duas lideranças partidárias, potencialmente beneficiárias do impedimento da presidenta Dilma Rousseff e, em tese, aliadas políticas daqueles que protestavam, foram fisicamente rechaçadas, denotando o grau de hostilidade àquelas figuras que ocupam cargos políticos e expoentes de uma legenda partidária. Também contrastam, pois há relativamente pouco tempo, como quando da campanha pelas Diretas Já, partidos políticos foram instituições presentes e, a seu modo, conduziram e mobilizaram a sociedade civil, incentivando-a a participar.

Esta dissertação busca investigar aquela atitude que poderia ser considerada a síntese da hostilidade – ou apoio – a essas instituições: a confiança. A relevância do tema não é grande apenas pelos casos mencionados acima que sintetizam o parco apoio que figuras partidárias granjeiam na sociedade atualmente, mas também pela importância que tal atitude tem na função representativa desempenhada por partidos políticos.

Como o próprio título desse trabalho aduz, parte-se do pressuposto de que os brasileiros não confiam em partidos políticos. Não confiam, pois conforme análise feita abaixo, 88% da sua sociedade em 2014 tem pouca ou nenhuma confiança em partidos políticos. Este é um contingente enorme de pessoas que avaliam negativamente essas instituições.

O objetivo desse trabalho não é apontar as consequências dessa atitude, tampouco inferir sobre a instabilidade eventualmente causada por ela à totalidade do regime democrático; seu objetivo é investigar quais seriam seus determinantes, analisar os fatores que aumentam ou diminuem a confiança ou desconfiança em partidos políticos. As explicações mobilizadas advêm do esforço da literatura em compreender os condicionantes de diferentes atitudes presentes no seio da opinião pública. Sendo que, ao final, dados os resultados encontrados, apresenta-se uma resposta diferente para explicar a falta de confiança no Brasil.

Tal discussão careceria de sentido se não se apresentassem as razões pelas quais o dilema da confiança e desconfiança se faz presente num regime democrático representativo. Por isso, o primeiro capítulo se dedica a essa tarefa, onde argumenta-se que a relação que se estabelece entre representantes e representados faz com que estejam presentes as condições para que uma instituição informal – como a confiança – sirva como um substituto imperfeito à inexistência de dispositivos formais à disposição dos representados para controlar as ações do representante e, conseqüentemente, sirva para mitigar as incertezas dessa relação.

O segundo capítulo trata dos principais referenciais teóricos que orientam os estudos na área. Após a apresentação daquelas obras que consideramos paradigmáticas na literatura, Easton (1975) e Norris (1999), apresentam-se as hipóteses da literatura que afetariam a confiança em partidos políticos. O terceiro capítulo inicia as análises empíricas do trabalho, recorrendo a tabelas de contingência e análises de correspondência para uma primeira aproximação ao objeto de estudo. Enquanto o quarto capítulo utiliza de modelos inferenciais para encontrar os fatores que afetam a atitude desse trabalho.

Ao final, argumenta-se que avaliações positivas dos procedimentos democráticos, como o combate à corrupção, da economia, além da identificação com o partido que ocupa a presidência nacional, a existência de confiança interpessoal e o

engajamento partidário afetam negativamente a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Porém, observa-se que essas variáveis têm efeitos assimétricos, ou seja, os efeitos negativos sobre a desconfiança causados em sua presença são maiores que os efeitos produzidos sobre a probabilidade de se ter confiança em partidos políticos. Conforme se tratará abaixo, isso apontaria para a consolidação de uma cultura de desconfiança no Brasil, minorando as perspectivas de reversão desse quadro via uma reforma institucional, por exemplo.

Espera-se, com esse trabalho, que por ter se instalado uma cultura de desconfiança, tal atitude deva ser incorporada em análises futuras de fenômenos específicos que compitam à função representativa cumprida por partidos políticos, como o recrutamento de filiados e apresentação de candidatos a eleições, alterando os métodos usados e as estratégias desenvolvidas tanto por representantes, quanto por representados. Ao invés de usá-la como variável explicativa à estabilidade ou derrocada do regime democrático, seu estudo teria muito mais a contribuir se se limitasse a questões específicas, enquanto instituição informal que cria incentivos e altera estratégias nos diversos aspectos da relação existente entre sociedade civil e partidos políticos.

CAPÍTULO 1 – CONFIANÇA E REPRESENTAÇÃO

1.1 Confiança: definição e características

Um trabalho que deseja investigar os fatores determinantes para a confiança dos brasileiros em partidos políticos não pode se furtar a uma discussão retida sobre as especificidades dessa atitude, sobre o porquê o seu debate é relevante para o regime democrático e por quais razões o estudo da confiança depositada especificamente em partidos políticos é necessário. Elucidar essas discussões, eis o objetivo desse capítulo.

Algo que dificulta a tarefa é a ausência de um amplo debate teórico sobre confiança, de maneira geral, afora da inexistência de um trabalho que explore e teorize sobre a relação que a confiança tem com o regime político. Porém, isso não significa que esforços nesse sentido não tenham sido feitos.

Uma das definições de confiança existentes na literatura é apontada por Hardin (1999). Entende-se confiança, segundo o autor, como o encapsulamento de interesses, isto é, uma avaliação por parte daquele que confia de que seus interesses serão levados ao fim e a cabo pelo agente de destino dessa confiança.

To say that I trust you with respect to some matter means that I have reason to expect you to act in my interest with respect to that matter because you have good reasons to do so, reasons that are grounded in my interest. In other words, to say that I trust you means I have reason to expect you to act, for your own reasons, as my agent with respect to the relevant matter. Your interest encapsulates my interest (HARDIN, 1999, p. 26).

Consequentemente, desconfiança deve ser entendida como uma avaliação de que não existem razões, expectativas ou evidências para acreditar que o destinatário da confiança vá perseguir os interesses daquele que confia. No caso de confiança em partidos, esses interesses não seriam apenas e necessariamente materiais, como espólios, benesses ou outros produtos dessa ordem, mas além deles a defesa de certos valores, posicionamento ou ideias. Como por exemplo, a expectativa de que o partido X seja contra a inclusão da palavra “gênero” no plano nacional de educação.

Porém, sua definição é criticada por se basear na ideia de que confiança política é gerada por fontes estritamente racionalistas – o termo e o debate em que ele se insere serão investigados em detalhe no capítulo seguinte. Sua definição inviabiliza um debate teórico acerca de uma relação de confiança entre indivíduos e instituições, pois, segundo o autor, pode-se haver confiança apenas entre indivíduos.

Além disso, ignoram-se evidências empíricas que apontam para o fato de que fatores culturais também são importantes para a confiança em instituições. A avaliação do desempenho de qualquer instituição, no caso partidos políticos, está ancorada numa expectativa normativa acerca desse desempenho. Não há uma objetividade clara, consensual e inequívoca de como partidos políticos deveriam se comportar ou agir – como se verá abaixo, podem existir diferentes tipos de expectativas que fundamentam a confiança, desde a instrumental, passando pela a axiológica e a fiduciária. A confiança nessas instituições cresceria à medida que o desempenho de partidos políticos se aproximasse das expectativas normativamente estabelecidas e vinculadas a eles. Foi o que Moisés (2013) chamou de “coerência com a sua autojustificação normativa” (MOISÉS, 2013) e Rennó (1997) chamou de “racionalidade contextual”. Muito embora fique evidente a necessidade de se investigar qual é a justificativa normativa e cultural, forjada no contexto brasileiro, atribuída a partidos políticos. Na verdade, argumenta-se ao final desse trabalho que a autojustificação normativa de partidos políticos no Brasil é, justamente, que eles não podem ser confiados, denotando um quadro de uma desconfiança culturalmente estabelecida no país.

Diz-se aqui que a confiança não é, em última instância, absolutamente racional, como de maneira resoluta argumenta Hardin (1999). Dada a presença constante dessa atitude para o processamento de relações informais, ou seja, relações cujas partes não podem recorrer a mecanismos ou dispositivos formais ou institucionalizados para assegurar a compatibilidade entre o interesse daquele que confia e a ação daquele que é confiado – como é o caso de um sistema democrático representativo –, não há razão para supor que sempre os interesses daquele que confia serão encapsulados por aquele investido de confiança.

Em oposição ao caráter eminentemente racionalista de Hardin (1999) e notório exemplo de um trabalho de tendência culturalista é a obra de Sztompka (1999). O objetivo do autor é, sumariamente, desenvolver uma teoria sociológica sobre a confiança. O esforço segue, segundo o autor, um maior interesse das Ciências Sociais àquelas variáveis que ele chama de “*soft*”, pois se foca no indivíduo, se aproximando mais da sociologia weberiana do que da estrutura ou configuração socioeconômica, característica de trabalhos marxistas.

Confiança compreende, para Sztompka (1999), três traços, a saber, incerteza, descontrole e risco. Suponhamos que a parte “A” tem absoluta certeza que “B” se

comportará de determinada maneira que favorece seus interesses. Não faria sentido “A” confiar em “B” para agir dessa maneira, se o primeiro tivesse convicção de que “B” não pudesse agir de outra maneira que frustrasse suas expectativas. Nesse caso, a certeza ou convicção tida por “A” engendra uma segurança acerca da convergência entre suas expectativas e as ações de “B”. Caso essa certeza não exista, assegura-se a probabilidade de que as ações de “B” sejam contrárias aos interesses de “A”. Muito embora essa afirmação chegue a ser tautológica, desprende-se disso que uma relação de confiança prevê certa dose de liberdade e independência daquele que é confiado, em vistas àquele que confia.

Poder-se-ia argumentar que “A”, ciente da probabilidade de que “B” se comporte de maneira que contraste com seus interesses, poderia recorrer a algum tipo de coação para garantir conformidade entre seus interesses e as ações da outra parte. No entanto, tal relação se constituiria numa de poder, onde, por diversos meios, “A” dissuade, coage ou constrange as ações de “B”. Mais uma vez, não faria sentido confiar em “B”, pois seria possível moldar suas ações.

Consequentemente, dada à impossibilidade de se controlar as ações daquele que é objeto de confiança e a incoerência de se investir confiança em alguém que se pode controlar, uma relação de confiança só se forma quando a ação daquele que é objeto de confiança foge do controle do sujeito que confia em alguém. A confiança serve, por conseguinte, como uma estratégia para se lidar com um futuro incerto e incontrolável que equaciona as expectativas daquele que deve definir se confia ou não em “B” firmando, ou não, um compromisso entre as partes dessa relação.

Por fim, um produto imanente de uma relação de confiança é o risco, risco admitido por “A” de que “B”, ao fugir de seu controle, frustrasse suas expectativas e se comporte de maneira destoante de seus interesses, admitindo, de certa forma, relativa vulnerabilidade de “A” em relação a “B”.

Existiriam, segundo Sztompka (1999), tipos ou variedades de confiança. A primeira delas seria a confiança instrumental. Este tipo de confiança seria marcado pela noção, por parte daquele que confia, que o “confiado” cumprirá suas funções de maneira diligente. Assim, nesse tipo de confiança se preza pela competência, pela regularidade e pela eficiência no cumprimento das atribuições daquele que é investido de confiança.

Em contrapartida, a chamada confiança axiológica faz referência ao aspecto moral das ações daquele que é investido de confiança. Valorizar-se-ia a honestidade e autenticidade nas ações de “B” e na relação cultivada por este com “A”. Por fim, o autor elenca a confiança fiduciária, onde “B” se comporta de maneira generosa, colocando seus próprios interesses em segundo plano, favorecendo os interesses de “A”. Com efeito, as expectativas de “A” seriam de que “B” vai se comportar de maneira fiel aos interesses daquele que depositou confiança nele.

Evidentemente, uma relação de confiança mobiliza todos esses “tipos” de confiança, em especial em relação a partidos políticos. Afinal, pode-se esperar que partidos sejam competentes e sejam capazes de tomar decisões e produzir políticas que beneficiem a população – confiança instrumental –, pode-se esperar também que estes sejam íntegros e não recorram à corrupção para beneficiar a si próprios – confiança axiológica – além de uma expectativa de que estes tomem decisões representativas, em conformidade com a vontade daqueles que o elegeram – confiança fiduciária¹.

Reside nas funções que a confiança cumpre a importância dessa atitude. Confiar em alguém ou em alguma instituição implicaria na redução dos custos associados ao monitoramento e fiscalização das ações da pessoa em que se confia. Se, para Downs (1957), partidos são capazes de reduzir os custos dos eleitores para obtenção de informações num contexto de imperfeita informação, a confiança nessas instituições tornaria a plataforma desses partidos mais crível à opinião pública e daria maior espaço para a ação dessas instituições – muito embora isso toque diretamente nos paradoxos da confiança na democracia de Sztompka (1999) que serão expostos mais adiante.

Mobilizando ainda a teoria de capital social de Putnam (1995), quanto maior a confiança de um indivíduo nos membros estranhos de sua sociedade, isto é, desconhecidos que não são nem amigos, tampouco familiares, maior seria o estoque de capital social nessa sociedade. Por outro lado, extensa e ampla desconfiança comprometeria a existência desse capital social, contribuiria para o rompimento de associações e, conseqüentemente, ao maior isolamento das pessoas, fomentando atitudes e comportamentos defensivos, tornando as relações sociais mais onerosas, destacando uma clara consequência negativa à falta de confiança.

¹ Vale dizer que as expectativas elencadas pelo autor indicam de antemão a validade e plausibilidade dos argumentos das teorias culturalistas e racionalistas sobre o apoio político, como se verá no próximo capítulo.

Contudo, seria ingênuo desprender dessas funções que a confiança é inerentemente boa e positiva para as relações sociais. Confiar em alguém que não merece ser confiado potencializa a posição de vulnerabilidade de “A” em relação a “B” sobremaneira, muito provavelmente causando prejuízos à primeira parte. Portanto, a confiança é positiva se o objeto dessa confiança é confiável, consequentemente, a desconfiança também é positiva se esta for justificada. Em outras palavras, depositar confiança em alguém não merecedor dela seria incorrer num risco imprudente².

Nesse caso, a desconfiança serve de estratégia de precaução e cautela a “A”, resguardando seus interesses e revisando suas expectativas acerca do comportamento de “B”. Inclusive, este tipo de discussão permitiu que a queda na confiança observada em partidos políticos nas democracias consolidadas desde os anos 1960 pudesse ser vista como algo positivo, pois essas instituições poderiam estar sendo avaliadas de maneira mais rigorosa pela população, onde a opinião pública estaria captando de maneira apurada essa transformação e se resguardando, segundo Hardin (1999).

Conforme a desconfiança se espalha e se consolida como estratégia mais eficiente para mediar a relação entre “A” e “B”, ou eleitores e partidos, por exemplo, se criaria uma cultura de desconfiança, produzindo apatia e desencantamento para com essa relação.

Para Sztompka (1999), a questão da confiança se tornou mais saliente em sociedades contemporâneas, pois relações de interdependência aumentaram, exigindo que recorramos à confiança com maior regularidade. Ao mesmo tempo, à medida que novas instituições eram erigidas para lidar com novos conflitos e processar novas demandas e interesses, inviabilizando o contato direto com indivíduos a quem se confiava para criar resoluções, as relações sociais se tornaram mais opacas, já que essas são mediadas por organizações complexas.

Ora recorrendo ao próprio Sztompka (1999) que tentou traçar os paradoxos da confiança no regime democrático, ora recorrendo a outros autores que exploraram as tensões da confiança no mesmo regime, a próxima seção tenta demonstrar porque a

² A argumentação de Sztompka (1999) possui, entretanto, uma contradição. Se relações de confiança envolvem a incerteza, o descontrole e o risco, inferir sobre a confiabilidade de uma pessoa ou entidade é, eminentemente, problemático. Afinal, a avaliação acerca da confiabilidade de uma pessoa ou entidade se dá num contexto de pouca informação, de modo que essa avaliação se torna, em tese, inviável. Na verdade, a ingenuidade ou prudência em se depositar ou não confiança se revela apenas após alguma experiência que, epistemologicamente, confere evidências acerca do comportamento daquele que é investido de confiança, tornando-o merecedor dela ou não.

atitude ou a tensão entre confiança e desconfiança é um fator constante em regimes democráticos.

1.2 Da Relação entre Confiança e Democracia Representativa

O objetivo desta seção é ilustrar que, tanto do ponto de vista teórico, quanto sob a perspectiva institucional, inexistem tendências ou mecanismos no governo representativo que engendrem e desemboquem na coincidência entre os interesses do representado e a atividade do representante; de modo que a presença ou ausência de confiança nas instituições representativas é um fator constante no governo representativo, pois sempre haverá nessa relação incerteza, descontrolado e risco na ação do representante, demonstrando a relevância do debate e se aproximando da discussão feita na seção anterior.

De imediato, a questão se faz importante se considerarmos a fonte de autoridade num regime democrático. Segundo Weber, a autoridade pode advir de uma fonte tradicional, carismática ou racional-legal. Nos dois primeiros casos, a aquiescência e reconhecimento perante essa autoridade se dá maneira quase que imediata. Em sociedades tradicionais, os súditos aderem à autoridade de maneira quase que ritualística e automática, ao passo que em sociedades carismáticas, a autoridade se sustenta sobre relações quase que afetivas, criando um vínculo entre a autoridade e súditos.

Contudo, em sociedades marcadas por um ordenamento legal e racional, a autoridade tem que ser reconhecida como legítima perante os membros dessa comunidade. Em outras palavras, tem-se uma confiança que a autoridade será capaz de conservar os direitos daqueles que não a exercem. Essa confiança não é produzida de maneira automática por meios tradicionais ou carismáticos, mas por consentimento.

Este é renovado a cada período eleitoral, de maneira expressa e livre, num regime democrático. Se não há confiança nos governantes atuais, esses são substituídos pelos seus opositores. Obviamente, não é possível prever uma simples relação bivariada entre confiança e democracia (PATTERSON, 1999), por essa razão que esta é uma simplificação grosseira de como a confiança pode afetar o sistema político. Contudo, além da questão de legitimidade, o fato do modelo representativo ter sido predominante, a questão da confiança é ainda mais latente num regime democrático.

A premissa fundamental é lançada por Urbinati e Warren (2008), argumentando que a representação política envolve que “o representante X seja autorizado por Y para

agir em relação ao interesse Z de Y” (URBINATI e WARREN, 2008, p. 396, tradução nossa). Tomemos como ponto de partida a premissa de Urbinati (2005). Diferentemente de outras linhas de argumentação, a representação não é, para a autora, uma substituta funcional à impossibilidade da democracia direta. A representação não é a segunda melhor escolha para um regime democrático. Em outras palavras, enquanto, para alguns, a democracia representativa emerge a reboque da percepção de que não é possível congregiar toda a comunidade política em um único fórum para deliberação, para Urbinati (2005), a democracia representativa é superior à democracia direta por institucionalizar mecanismos de contínua legitimação. Não só, a democracia representativa teria desacoplado a sociedade civil do Estado, permitindo um engajamento e uma participação política que fogem das arenas estatais.

A representação prosperou e hoje é, indiscutivelmente, a forma hegemônica do regime democrático. Assim, a despeito de todas as transformações que incorreram no interior desse regime, a intermediação entre autoridade política e fonte de soberania se manteve presente o tempo todo. Mais do que isso, para Manin (1995), a despeito de todas as transformações, o governo representativo conservou quatro traços em todas suas etapas, são eles: a liberdade de expressão, o fato de que os representantes são eleitos pelos governados, as decisões políticas são tomadas após o debate e os representantes detêm uma liberdade parcial em relação aos representados.

Sobre esse último ponto, cria-se uma tensão fundamental que caracteriza as discussões sobre representatividade. Ao mesmo tempo em que essa liberdade parcial está sempre presente, em regimes democráticos, existe a obrigação de que as decisões tomadas pelos representantes sejam responsivas às demandas e interesses dos representados. Grosso modo, a liberdade parcial desfrutada pelos representantes produz uma tensão: como representar aquele que não se faz presente, permitindo que este se enxergue nas ações do representante, sem minar a liberdade do mesmo?

Para Rousseau (KINZO, 1980) esta é um falso dilema. Não é possível obter responsividade, sem que a parte interessada ou afetada pelas decisões tomadas não participe dessas decisões. Ainda que siga um trajeto completamente diferente, a concepção hobbesiana de representação também avalia como sendo um falso dilema o questionamento colocado acima. É bem verdade que esta concepção estava muito próxima da ideia de representação presente no direito privado (LAVALLE ET AL, 2006), contudo, uma vez adaptada à discussão da representatividade política, não

existiria qualquer tipo de constrangimento à atividade do representante que o obrigasse a ser responsivo.

A representação para Hobbes (LAVALLE ET AL, 2006; KINZO, 1980) é uma procuração, o voto funciona como uma manifestação de concordância para que o representante aja em nome do eleitor. O voto representa o deferimento para toda e qualquer ação do representante, tornando inexistente qualquer espaço para crítica ou constrangimento por parte do representado.

Se tratássemos da representação simbólica, onde uma assembleia estaria simbolicamente representando toda a nação, a liberdade parcial do representante permaneceria, já que este não poderia se dirigir exclusivamente ao segmento do eleitorado que o elegera, tendo que equacionar os interesses divergentes desse segmento e de todos os outros que ele ou ela simbolicamente representa. O mesmo é válido para a representação descritiva. Ainda que se admita alguma fórmula ou composição da assembleia representativa máxima de uma determinada comunidade política que reflita, de maneira fidedigna, os interesses presentes na sociedade, nada garante que o representante dos trabalhadores, hipoteticamente, se comporte e encampe os interesses desses trabalhadores (KINZO, 1980).

Para Kinzo (1980), apenas a depender do estágio em que uma comunidade política se encontra que, segundo uma leitura leninista de representação, poder-se-ia encontrar uma coincidência perfeita entre interesses dos representados e atividade dos representantes. Aqui, a configuração socioeconômica de uma sociedade determina os interesses do proletariado. Se esta classe tiver consciência disso, a representação se faz redundante, pois os representantes terão seu comportamento definido pelas estruturas econômicas de sua sociedade, sendo sempre responsivos. De modo que as eleições dos representantes do proletariado poderiam ser substituídas por sorteios para definir os ocupantes das cadeiras na assembleia nacional. Porém, se a classe operária não se der conta disso, os representantes devem agir a despeito das divergências provenientes de sua base, agindo como uma espécie de vanguarda.

Em resumo, vê-se que nenhuma teoria suprimiu por completo a liberdade parcial dos representantes. A controvérsia gerada pela tensão entre responsividade e liberdade abarca uma ambiguidade, segundo Kinzo (1980) e Pitkin (2006).

Afinal, assim como um homem ou mulher não é representante se faz o oposto do que faria quem em nele(a) votou, também não o é quem não faz nada de acordo com seu próprio juízo (KINZO, 1980, p. 43), pois subjaz no conceito de representação que aquele que representa possui espaço para incorporar seus interesses e valores em sua ação, enquanto representante. Portanto, nenhuma teoria conferiu previsibilidade e segurança aos representados de que seus interesses necessariamente convergiriam com os de seus representantes. A inevitável deturpação da vontade política do representado faz com que a performance e as decisões tomadas pelos representantes sempre estejam aquém das expectativas e dos interesses dos representados (LAVALLE et al, 2006, p. 65; URBINATI, 2005). Além disso, a própria dinâmica do sistema representativo contribuiria para a frustração do representado.

[...] as disputas por bens geram dissenso, a ação coletiva leva ao estabelecimento de fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’ e uma decisão coletivamente vinculante significa uma realização desigual dos interesses do indivíduo e do grupo. Portanto, as democracias requerem maior confiança do que os outros tipos de regimes – ao menos no que se refere aos resultados da luta política. Podemos chamar essa formulação de Warren de dilema democrático da confiança. (TILLY, 2013, p. 106).

Se teoricamente não existe nenhuma tendência inerente ao regime democrático que viabilizaria a coincidência dos interesses dos representantes, o quadro se tornou ainda mais delicado à medida que partidos políticos foram tendo maiores dificuldades de canalizar grandes segmentos do eleitorado. Recorrendo mais uma vez a Manin (1995), vemos que na democracia de partidos, a liberdade dos representantes foi diminuída pelo controle que os partidos exerciam. Na passagem para a democracia de público, o único constrangimento imposto a essa liberdade é a vaga imagem difundida no período eleitoral.

Uma maneira que partidos encontraram para mitigar os novos desafios encontrados foi reduzir a bagagem ideológica de suas agremiações, tentando atingir segmentos mais diversificados do eleitorado (KIRCHHEIMER, 1966). Esta decisão pode ser melhor compreendida com a contextualização feita por muitos autores acerca dos obstáculos contemporâneos à representação.

O ponto de partida de Lavalley, Houtzager e Castello (2006) é de que partidos perderam a capacidade de serem “ordenadores estáveis de identidade”. Os autores argumentam que para a vertente pós-moderna isso teria acontecido,

pois a homologia entre as instituições políticas das sociedades fordistas fora irreversivelmente fraturada pela pluralização e diferenciação infrene do mundo social; diferenciação produtora de indivíduos escorregadios, inclassificáveis e dificilmente administráveis pelas velhas estruturas do monopólio da política. Assim, a sociedade teria acabado por se tornar irrepresentável (LAVALLE et al, 2006, p. 64).

Assim, a sobreposição de novos grupos e a fragmentação e atomização dos indivíduos de sociedades como essa nutrem expectativas em relação a outras formas de representação ou participação política, como organizações que orbitam em torno de agendas restritas ao nível local, argumentam Lavallo et al (2006). Para Novaro (1995), por causa da constituição dessa sociedade polimorfa, calcada pela ruptura de identidades, fazendo alusão – e indiretamente dialogando com a estrutura das sociedades “fordistas” exploradas por Lavallo et al (2006) – à fragmentação da classe trabalhadora, não existiriam mais “atores capazes de encarnar interesses gerais” (NOVARO, 1995, p. 85).

Contudo, comunidades políticas democráticas poderiam recorrer a dispositivos institucionais que garantissem que os interesses dos representados fossem contemplados pelos representantes. No entanto, prontamente os governos representativos rechaçaram a revogabilidade do mandato pelo eleitorado³, como a existência do chamado mandato imperativo.

Nesse sentido, Manin et al (2006) discorrem sobre dois tipos de representação, a por mandato e aquela por prestação de contas. No primeiro caso, a representação é responsiva quando as políticas levadas a cabo pelo governante são as mesmas daquelas anunciadas na eleição e se estas forem melhor para os eleitores. Entretanto, pode ocorrer que as políticas anunciadas no momento de eleição sejam aquelas mais desejadas pelo eleitorado, mas, na verdade, os representantes não estão convencidos de que essas políticas são capazes de produzirem os efeitos desejados. Supondo, por conseguinte, que mesmo oferecendo um conjunto de políticas diferentes daquelas propostas, os eleitores se convencerão de que os representantes tomaram a decisão correta. Nesse caso, a inexistência de um mandato imperativo e a consequente ruptura com as promessas feitas pelos representantes quando da eleição permitem que melhores resultados sejam atingidos.

³ É bem verdade que alguns países dispõem do chamado recall. No entanto, aqui se faz referência à possibilidade de se revogar o mandato daquele que é eleito por toda e qualquer violação da expectativa do representado de como o representante agiu, de acordo com a suposição do primeiro de que o segundo deveria sempre agir em conformidade com seus interesses.

Outra situação em que o comportamento dos representantes se desvia daquele prometido no momento da eleição é quando as condições econômicas, por exemplo, mudam abruptamente, exigindo uma adequação e adoção de políticas que não foram anunciadas anteriormente e, em tese, produzindo maior bem-estar à população.

Admitindo-se, por outro lado, uma representação por prestação de contas, onde o voto é uma espécie de punição ou recompensa retrospectiva, os eleitores não sabem, dizem os autores, as condições sob as quais se faz política, e representantes não sabem quais políticas são as mais atraentes para o eleitorado. Dessa maneira, a representação por prestação de contas não induz à coincidência entre os interesses dos representados e comportamento dos representantes.

Sob ambas as concepções, segundo os autores, torna-se do interesse da população a conservação de uma liberdade parcial dos representantes, pois essa permite que os representantes governem, recorrendo a diferentes políticas para ambicionar, se bem intencionados, o aumento do bem-estar da população, ora em condições imprevistas no momento da eleição, ora quando não convencidos dos efeitos positivos que as políticas preferidas pelos eleitores podem engendrar. Ou seja, a liberdade parcial dos representantes é algo teórica e institucionalmente previsto e, no último caso, preferível num modelo representativo, engendrando, inexoravelmente, as condições para que uma relação de confiança ou desconfiança prospere.

Nesse sentido que Stztompka (1999) afirma que se fazem prementes certos mecanismos que institucionalizem a desconfiança inerente à dinâmica do regime democrático e o funcionamento das instituições representativas, em especial os partidos políticos, mitigando seus efeitos.

Por essa razão que talvez o principal mecanismo que institucionaliza a desconfiança na democracia (SZTOMPKA, 1999) seja o próprio voto, pois, através dele, adquire-se um substituto inferior e menos rigoroso, em relação ao mandato imperativo, para obtenção de *accountability* e *responsiveness*.

[...] é consensual que responsabilização do representante no direito civil – sua imputabilidade – apenas encontra na representação política correspondência laxa centrada na responsividade e prestação de contas entre o representante eleito e o representado. Com maior precisão, as eleições constituem um mecanismo de sanção sobre os representantes (*accountability*) e tendem a estimular sensibilidade destes perante as demandas e necessidades dos representados (*responsiveness*) (LAVALLE et al, 2006, p. 55).

Dessa forma, a impossibilidade teórica de que a representação *per se* leve à coincidência de posições entre representantes e representados; a inexistência de dispositivos institucionais que produzam responsividade de maneira plena e; as vantagens derivadas da conservação de certa dose de liberdade aos representantes fazem com que a confiança nas instituições representativas seja um fator constante no regime democrático.

Afinal, institucional e teoricamente não existem garantias de que o representante agirá, em conformidade, com os interesses do representado. Em outras palavras, ao recorrer aos conceitos empregados por Sztompka (1999), há imprevisibilidade acerca do comportamento do parlamentar, descontrole e alternativas laxas por parte dos representados para penalizar seus representantes – caso estes frustrem com suas expectativas – e, conseqüentemente, insegurança em relação ao encapsulamento dos interesses Z, do representado Y pelo representante X.

Por isso que, para Sztompka (1999), a democracia institucionalizou a desconfiança, isto é, criou mecanismos para dar vazão à desconfiança latente no regime democrático. Acima, tratamos brevemente sobre como o regime democrático prescinde de legitimidade, ao mesmo tempo que eleições periódicas representam uma maneira de sinalizar para a desconfiança por parte do eleitorado de que o governo não é capaz de concretizar seus interesses – elegendo a oposição – ou renovando seus votos de confiança, reelegendo os incumbentes.

Assim, o primeiro paradoxo da democracia para Sztompka (1999)⁴ é de que, as principais instituições de uma democracia são orientadas para a desconfiança de que os agentes vão ter uma performance diferente da esperada – quebrando a chamada confiança instrumental –, vão, potencialmente, abusar de suas atribuições e do poder inerente a elas – quebrando a confiança axiológica – e/ ou vão tomar decisões que destoam dos interesses da opinião pública – quebrando a confiança fiduciária.

São elencadas, com efeito, algumas instituições que visam cumprir a esse propósito, a saber, dar vazão a desconfiança. A divisão de poderes ou pesos e contrapesos partem do pressuposto de que apenas o poder será capaz de conter outro

⁴ O autor argumenta que a confiança é importante na democracia para evitar que os atores se isolem, fomentando a interação e a comunicação entre esses. A confiança também erodiria as bases da intolerância, facilitando o consenso ou a negociação. Essa linha de argumentação coloca a confiança como condição *sine qua non* para que o cidadão seja participante e engajado politicamente, nos moldes do cidadão que se espera numa cultura cívica (ALMOND e VERBA, 1989).

poder que deseja violar suas atribuições, isto é, assenta-se sobre o pressuposto que existirão pessoas dispostas a quebrar a confiança ou as expectativas de outros atores políticos acerca de suas ações e comportamento. O mesmo valeria para o conceito de cidadania e o império da lei – *rule of law*. Essas são instituições que criam mecanismos que, respectivamente, garantem limites mínimos à ação do Estado sobre a esfera individual dos cidadãos e de que a lei afetará a todos de maneira isonômica, sem injunções dos poderes político ou econômico sobre o ordenamento legal.

Em outras palavras, esses foram dispositivos criados para mitigar as adversidades eventualmente produzidas pela possibilidade de outros atores políticos – como o Estado, o Executivo, o Legislativo, a oposição, etc. – quebrarem o compromisso firmado na democracia, já que não é possível antever, tampouco controlar as ações desses atores – admitindo as três características básicas da confiança, segundo Sztompka (1999), incerteza, descontrole e risco. Aqui, a desconfiança serve como uma estratégia para reduzir os riscos produzidos pela quebra da confiança, uma salvaguarda prudente, em outras palavras. Consequentemente, a institucionalização dessa desconfiança produz as condições para que um regime democrático conserve as liberdades de seus membros e coíba a atuação de diferentes atores que violem suas atribuições. Sob essa perspectiva, a desconfiança é prudente e parcialmente responsável pela forma que o regime democrático assumiu contemporaneamente.

Por outro lado, esses mecanismos só podem ser usados “esparadamente” (SZTOMPKA, 1999, p. 145). Isto é, se excessivamente usados, criar-se-ia uma cultura de desconfiança pela impressão de que a confiança de todos estaria sendo constante e regularmente violada. Este é o segundo paradoxo da democracia, os mecanismos que dão vazão à desconfiança existem e são fundamentais, mas não podem ser usados em excesso. Portanto, da mesma maneira que é preciso avaliar se depositar confiança em alguém é imprudente ou não, fazendo com que essa qualidade não tenha uma natureza inerentemente positiva ou negativa, os efeitos da desconfiança sobre a democracia não podem ser simplificados, abrindo espaço para hipóteses a respeito.

O trabalho de Sztompka (1999), ao se debruçar sobre os paradoxos da democracia em relação à confiança, anuncia as especificidades da confiança política. Diferentemente de se confiar num conhecido ou num estranho para alguma tarefa prosaica ou desimportante, a confiança política, isto é, a confiança que se tem em “B”

de que este ente vai observar os interesses de “A”, envolve conflitos de interesse e de identidade (WARREN, 1999).

No início desse capítulo, disse-se que uma lacuna na área é a inexistência de um grande esforço teórico para investigar a relação entre confiança e democracia. Warren (1999) reconhece isso e estabelece que qualquer esforço teórico para preencher essa lacuna deve admitir três coisas: i) em relações políticas, sabe-se que aquele que confia conserva certa vulnerabilidade em relação àquele que é confiado; ii) pelo fato desse tipo de relação envolver conflitos de interesse e de identidade as condições para que a confiança prospere são mínimas; iii) justamente pelo fato dessas relações envolverem esses conflitos que é mister criar mecanismos que criem confiança.

É bem verdade que o terceiro ponto é profundamente enviesado pela perspectiva “deliberacionista” que o próprio autor reivindica para si, uma perspectiva que, como se verá mais adiante, argumenta a favor da construção de mecanismos que, através de arenas e outros dispositivos, fomentem o debate, contribuindo, ulteriormente, para o aumento da confiança.

De todo modo, o autor, assim como Offe (1999), faz parte de uma corrente que avalia a confiança como um componente essencial para o apropriado funcionamento do regime democrático. Para Offe (1999), a confiança possibilita a coordenação social, sendo associada a um baixo investimento por parte daquele que confia no monitoramento e na fiscalização daquele que é confiado. A desconfiança numa instituição sinalizaria, por conseguinte, um déficit de recursos morais e culturais por parte dessa instituição.

Hardin (1999) tem, por outro lado, uma perspectiva diferente. Num regime democrático, o autor argumenta, instituições foram criadas para lidar com a impossibilidade de se manter relações estreitas com aqueles atores que têm autoridade. Assim, a despersonalização dessas relações foi fundamental para se processar os interesses e as demandas de uma grande comunidade política. Algo central em seu trabalho é o reconhecimento da posição de vulnerabilidade daquele que confia ante aquele que é investido de confiança. Sob essa perspectiva, não é racional investir de confiança instituições opacas e que vão conservar uma relação de vulnerabilidade. Por essa razão que Warren (1999) enquadra Hardin no que o primeiro chamou da “Escolha Racional” da relação entre confiança e democracia.

Já que indivíduos seguem seus próprios interesses, para aquele que confia, não seria racional permitir que os rumos de seus interesses sejam ditados por outro indivíduo. Para aquele que foi investido de confiança, desfruta-se de uma vantagem em relação àquele que confia, essa vantagem política aumentará o poder daquele que recebeu essa confiança, maximizando as chances de concretizar seus próprios interesses, em detrimento dos do eleitor, frustrando suas expectativas e rompendo com o compromisso estabelecido.

Consequentemente, Hardin (1999) questiona se é desejável que cidadãos confiem em partidos políticos ou em representantes, de maneira mais geral. O aumento da desconfiança seria, para o autor, um sinal de sofisticação do eleitorado, ciente de que seus interesses não serão, necessariamente, perseguidos por seus representantes, aumentando o monitoramento e fiscalização sobre estes e, por fim, mitigando a desigualdade de informação presente nessa relação.

É interessante notar, ademais, a breve explicação dada pelo autor de porque a confiança em partidos políticos teria caído. Estas instituições teriam falhado na função desempenhada até então de servirem como agências para o julgamento do quão confiável seriam os políticos.

Historically, the chief agencies for judging trustworthiness of politicians were political parties. In principle, parties could be good at judging both the competence and the commitment of potential officeholders. [...] at one time, we might have believed we could delegate to a party as our agency because we could have thought most issues came under a fairly coherent ideological system. That is an implausible assumption today in stable, advanced democracies (HARDIN, 1999, p. 36).

Outra corrente identificada por Warren (1999) é a neoconservadora. Seu principal expoente seria Fukuyama (1995). Grosso modo, a confiança seria importante por relativizar a importância de contratos, leis e regras explícitas. Fukuyama (1995) e Huntigton (1975) atribuem à chamada “Revolução Liberal” dos anos 1960 a força motriz para redução dos índices de confiança. Isso aconteceria, pois essa revolução teria fomentado comportamentos individualistas.

A expansão da atividade governamental, políticas de bem-estar e o declínio da autoridade decorrente dessa “revolução” teriam contribuído para a queda na confiança e apoio público à democracia. É curioso notar que subjaz no argumento de Fukuyama (1995) e é explícito no argumento de Huntigton (1975, p. 37) que o regime democrático requer certa dose de apatia e distanciamento para um funcionamento apropriado. Em

certa medida, recorre-se ao segundo paradoxo de Sztompka (1999), de que os mecanismos que dão vazão à desconfiança não podem ser excessivamente usados, como teriam sido nessas décadas.

Por fim, há a chamada vertente deliberacionista. Nela, a confiança política está mais uma vez associada à redução de custos para fiscalização, monitoramento e obtenção de informações daquele que é investido de confiança, tornando as relações, em geral, menos onerosas. Assim, a confiança está associada a uma maior celeridade e consenso nessas relações. Warren (1999) foca, porém, nos meios para mitigar a desconfiança crescente. O autor argumenta que seria preciso criar mecanismos deliberativos, em temas politizados, para exprimir sua insatisfação e sinalizar suas preferências aos representantes.

Tenha a confiança caído porque partidos se tornaram menos confiáveis, seja porque cidadãos se tornaram mais sofisticados e revisaram as expectativas que tinham do comportamento e das ações empreendidas por essas instituições, as teorias que tentam fornecer explicações para o fenômeno serão analisadas no próximo capítulo. Por ora, tratemos de porque o estudo da confiança especificamente em partidos políticos se faz necessário.

1.3 As Funções dos Partidos e Justificativa do Estudo

Recorramos aqui a uma distinção feita por Key (1944), Aldrich (1995) e Katz e Mair (1995) para melhor acessar o funcionamento de partidos políticos. Os autores propõem que essas instituições sejam analiticamente divididas de acordo com o partido no eleitorado (*“on the ground, in the electorate”*), o partido no parlamento (*“on the public office, in government”*) e, por fim, o partido como organização (*“on central office, as organization”*).

Em primeiro lugar, entende-se por faceta do partido no eleitorado aquelas atividades que persigam o objetivo de integrar ou expressar o eleitorado no sistema político. Num arcabouço clássico, a maneira como partidos transmitem e organizam demandas gerais e particulares de seus eleitores, simplificando o sistema político para os eleitores (PANEBIANO, 2005).

Naquilo que toca a função de simplificação das decisões para eleitores, tomemos como exemplo o modelo de comparecimento eleitoral. Aqui usamos como referência o modelo proposto por Aldrich (1995), onde $R = PB + D - C$. R é igual à recompensa que

o eleitor recebe ao votar, grosso modo, vota-se apenas quando R é maior que 0. P é a probabilidade que seu voto irá afetar o resultado final da eleição, B é o bônus do eleitor quando seu candidato preferido é eleito, D remete à ideia de dever cívico vinculado ao ato de votar em si, onde D maior que 0 aumenta as chances de comparecimento eleitoral e, por fim, C , os custos associados à tomada de decisão.

Considerando a miríade de agendas, interesses e reivindicações em jogo numa eleição, o eleitor tem que arcar com um alto custo para obter as informações necessárias para decidir em quem vai votar, de acordo com sua preferência. Grosso modo, via suas imagens, partidos reduzem os custos para a obtenção dessas informações, simplificando as escolhas dos eleitores.

O fazem também educando os cidadãos. Por “educar” entende-se um processo contínuo de persuasão e doutrinação. Ao exporem-se, partidos destacam suas posições em assuntos candentes na comunidade política, definindo o espaço que pretendem ocupar perante a opinião pública. O ato facilita a formação de coalizões na sociedade, produzindo maior grau de previsibilidade, já que a população poderá antever para qual direção vai seguir o sistema político, em favor ou contra a vontade do indivíduo, de acordo com o equilíbrio de forças em vigor.

A geração de símbolos de identificação subsequente permite que a eventual insatisfação com os resultados apresentados pelo regime seja canalizada pelos partidos e não pela democracia ou pelo Estado. Em outras palavras, a insatisfação é direcionada para os agentes responsáveis por aquele resultado, o partido e seus integrantes, resguardando o Estado e a democracia da responsabilidade pelos resultados obtidos.

Por fim, compreendendo a contribuição racionalista de Downs (1957), partidos desejam que seus candidatos sejam eleitos. Num regime democrático, isso só pode ser feito via participação popular. Logo, perseguindo seus próprios interesses, partidos mobilizam o eleitorado para participar. A inclusão do eleitorado no sistema político é do interesse de partidos políticos num regime democrático, exigindo que se mantenham laços contínuos com o eleitorado, a serem renovados a cada ciclo eleitoral.

Em segundo lugar, passemos à faceta do partido como organização. Tendo como função mais básica, a apresentação de líderes e candidatos competentes para a ocupação de cargos públicos eletivos e comissionados para o controle das burocracias do Estado. Ainda seguindo com o modelo de Downs (1957), se partidos políticos quiserem ganhar

eleições, não só eles devem mobilizar o eleitorado, como também devem apresentar candidatos. Para isso, partidos devem recrutar e treinar futuros candidatos. Seu recrutamento é um componente fundamental para a renovação da classe política, bem como para a atualização da imagem partidária. Visto que o partido deseja ganhar eleições, o candidato em questão tem que ser minimamente representativo e próximo às demandas dos votos daqueles grupos que o partido ambiciona receber.

Ademais, uma vez recrutados, os candidatos não são ungidos a posições de liderança no partido na maioria das vezes. Os mesmos são teoricamente alocados na base da pirâmide partidária, tendo que galgar sua ascensão ao topo. Futuros candidatos têm que se adequar à política intrapartidária, formando coalizões, disputando eleições internas e constituindo grupos e quadros; em outras palavras, são treinados para quando uma vez apontados para algum cargo público tenham alguma experiência política na articulação e agregação de interesses, um passo fundamental em qualquer regime democrático.

Vale dizer que a articulação e agregação de interesses são feitas continuamente pelo partido como organização na definição de estratégias eleitorais, formação de coalizões e conciliação de visões e interesses contraditórios. Este é um imperativo apenas para partidos políticos. Se grupos de interesse ou indivíduos tivessem a prerrogativa de lançar candidaturas, não existiria nenhum condicionante para que esses atores concilhassem interesses divergentes. Um lobby para indústrias mineradoras não tem nenhuma obrigação, tampouco interesse em ouvir expoentes do terceiro setor que advogam em favor da sustentabilidade ambiental.

Evidentemente, seria ingênuo desconsiderar que isto já ocorre. Conforme a importância do dinheiro privado em campanhas subiu, caiu concomitantemente o espaço de manobras de representantes eleitos para cargos majoritários ou proporcionais, dependentes de doações privadas, convertendo alguns representantes em procuradores de seus doadores.

Como também não se pode desconsiderar que o recrutamento de líderes está progressivamente mais atrelado à substituição de gerações anteriores das mesmas famílias e clãs políticos. Esse processo é complementado pela distância com o eleitorado, pois, conforme este se ressentia da classe política, distancia-se dela e busca

participar politicamente por intermédio de outras organizações, comprometendo o recrutamento de líderes em seu seio.

Contudo, a opinião pública tem meios de constranger partidos políticos, a despeito de sua dependência de grandes somas de dinheiro para financiamento de campanha, que não teria com grupos de interesse e lobbies. Partidos continuam viabilizando *accountability* e tem a responsabilidade de atender às demandas da população, pois suas posições dependem disso, sobretudo num ambiente de crescente profissionalização da política, onde a estabilidade da classe política depende de sua permanência no governo, feito que só conseguirão realizar se tiverem votos.

O fato central é que ao longo de todo o período de “crise” dos partidos, essas organizações detiveram a prerrogativa exclusiva de apresentar candidatos ao público, sendo inviável, do ponto de vista eleitoral, apresentar candidaturas bem-sucedidas sem recorrer a eles. Existem hoje outros meios de participação política, mas cargos que produzem decisões vinculantes só podem ser ocupados por membros de partidos políticos e selecionados pelo eleitorado, uma vez apontados pelos partidos políticos.

Em terceiro lugar, a faceta do partido no parlamento – ou no governo – é aquela responsável pela determinação de decisões vinculantes. Para isso, é necessário ter maioria. Seja num governo bipartidário ou num governo multipartidário, partidos são necessários para se obter essa maioria. Sem partidos políticos, os custos e o tempo necessários para se alterar o status quo seriam muito maiores do que são hoje. Segundo Aldrich (1995), esta especificidade faz com que a formação de partidos políticos seja racionalmente preconizada por parlamentares e, por conseguinte, inerente ao regime democrático. Justificando sua ideia de partidos como “endo-instituições” do regime democrático.

Consequentemente, partidos organizam o governo, criam previsibilidade legislativa via disciplina e coesão partidária. Ademais, se no parlamento os partidos são os únicos capazes de tomarem decisões vinculantes, os mesmos são os únicos aptos a implementar e efetivar políticas públicas do interesse da população, algo que é tratado em mais detalhe por parte da literatura que toma partidos políticos como variáveis explicativas para o desenho e implementação de políticas públicas (LAVER e HUNT, 1992; SCHMIDT, 1996; HIBBS JR, 1977, 1992, 1994).

Não só para o governo partidos são fundamentais, mas também o são para a oposição e para a *accountability* horizontal – nos restringindo ao partido no parlamento – mais genericamente. Partidos organizam a oposição e o dissenso, identificando ao público quem não faz parte do governo e o fiscalizando. Em conjunto, essas características criam o que a literatura chamou de governo responsável (SARTORI, 1982), pois partidos de oposição pressionam o governo, fiscalizando-o, ao passo que os do governo também devem responder à população, que claramente avalia os agentes responsáveis e dignos de recompensas ou punições. Assim, cria-se um arranjo de forças que garante um maior grau de estabilidade.

Por fim, vale destacar que partidos resolvem um problema fundamental em democracias contemporâneas: a burocracia. Como se sabe, burocracias tendem a perseguir seus próprios interesses, conforme concentram poder. De maneira que esses interesses podem ser contrários aos da população, inclusive do que a população espera dessa burocracia (OLIVIERI, 2011). Partidos apontam para cargos comissionados, por critérios políticos, figuras que vão ocupar cargos de fiscalização das atividades desempenhadas pela burocracia. Embora comumente seja muito difícil distinguir controle da burocracia, espólios e corrupção na ocupação desses cargos, essas posições criam um tênue mecanismo de controle do eleitorado sobre a burocracia, via partidos políticos. Controle este que não existiria sem essas instituições.

Strom (2000) mostra que os partidos tradicionais continuam sendo os principais ocupantes de cargos no legislativo e em ministérios, nos países da OCDE. Bowler (2000) demonstra que não existe uma tendência de queda na coesão de partidos políticos nos legislativos desses países. Finalmente, Cal e Gray (2000) também demonstram que mudanças de governos produzem mudanças previsíveis de políticas públicas.

Mesmo cumprindo essas funções e conservando, no Brasil, por exemplo, o monopólio para apresentação de candidaturas, partidos políticos são tidos como instituições em crise, ante a queda nos índices de confiança registrados não só no Brasil e nas novas democracias, como naquelas consolidadas. Mais do que isso, caso o diagnóstico da crise seja verdadeiro, essas seriam instituições com um teor anacrônico, retrógrado, incompatíveis com um novo ambiente que lhes é hostil.

Se esse fosse o caso, qual o sentido em tentar compreender as atitudes e percepções da sociedade ante eles? Fez-se essa digressão para responder à essa pergunta. Essa seção atenta para a relevância que partidos políticos têm para a teoria e o regime democráticos, justificando, a despeito dos efeitos da crescente desconfiança, a investigação do que influencia essa atitude. Investigar quais as razões para a desconfiança de brasileiros neles é uma maneira de acessar em quais dimensões o regime democrático brasileiro apresenta um desempenho aquém do desejado, uma maneira de inferir sobre a qualidade da democracia brasileira (DIAMOND e MORLINO, 2004).

A discussão é profundamente influenciada pela evolução dos sistemas partidários da Europa continental. A síntese dessa narrativa está em Duverger (1951) e na criação dos partidos de massa. Organizações que aparecem com a institucionalização do sufrágio universal, onde organizações extraparlamentares, ou seja, exógenas ao parlamento, como sindicatos e associações de trabalhadores, organizam-se em torno de um partido para reivindicar políticas ou direitos para essas classes recentemente incluídas no sistema político.

Essa organização é vista como um avanço em relação à forma assumida anteriormente, num regime restrito a oligarquias, os chamados partidos de quadro, coalizões pragmáticas de notáveis. De maneira que a “crise” de partidos políticos teria seu alicerce no fracasso do desempenho dos partidos políticos em cumprir funções, uma vez cumpridas pelos partidos de massa.

But it is clear that the nature of electoral politics is changing. Parties used to ensure that elections were judgments on broad policy choices that would guide government action – this function has become less clear as the partisanship of campaigns has diminished, issue interests have become more complex, and other factors influence electoral choice. The ability of mass publics and parties to function responsibly in this new environment hold fundamental implications for the future of democratic electoral politics (DALTON e WATTENBERG, 2000, p. 278).

Eldersveld (1982, *apud* ALDRICH, 1995, p. 18) sustenta que pelo fato de partidos políticos serem instituições complexas e difíceis de serem avaliadas, a ideia de “declínio de partidos é de difícil demonstração empírica ou em termos de perspectiva histórica”. Contudo, a literatura utiliza-se de variáveis dependentes específicas como indicadores dessa “crise”. A tese do desalinhamento afirma que a relação entre eleitores e partidos se enfraqueceu. Contribuindo, em primeiro lugar, para a queda no número de

partidários⁵. Fenômeno amplamente tratado em diversas oportunidades por Dalton, Wattenberg e McAllister, a queda no número desses indivíduos seria prejudicial para a democracia, pois significaria a erosão da capacidade de partidos de reduzirem os custos de informação para que o eleitor deposite seu voto. Em Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), considerando apenas países da OCDE, os autores encontraram uma tendência geral de queda de eleitores com alguma ou forte identificação partidária, assim como em Dalton e Wattenberg (2000).

Em segundo lugar e associada à variável acima, outro indicador para esse desalinhamento seria a volatilidade eleitoral. Normalmente associada a sistemas partidários de baixa institucionalização, a volatilidade eleitoral seria prejudicial, pois assolaria a estabilidade do sistema e a previsibilidade do comportamento eleitoral.

Em ambos os trabalhos acima citados, os autores em questão apresentam um crescimento transversal às amostras de aumento desse índice. Ou seja, haveria uma correlação linear inversa entre partidarismo e volatilidade em curso, de modo que estaríamos presenciando uma era de intensa queda no partidarismo, acompanhadas pelo crescimento da volatilidade eleitoral.

O comparecimento eleitoral, em terceiro lugar, também teria sido afetado por esse movimento. Quase autoexplicativo, o comparecimento eleitoral é o exercício da soberania, por parte do eleitor. No limite, a ausência no dia da votação seria uma renúncia ao exercício desse direito. Mais uma vez, observa-se uma queda nos índices de comparecimento eleitoral. Dos dezesseis países da amostra, todos tiveram queda no índice (DALTON e WATTENBERG, 2003).

O que essa literatura salientaria, por conseguinte, é a queda do partido, sobretudo, no eleitorado. Esse declínio poderia produzir os mais variados efeitos sobre a sobrevivência de partidos políticos em regimes democráticos, justificando sua eventual derrocada e substituição. No entanto, esses índices apontam para o declínio dessas instituições *tout court*⁶?

⁵ Aqueles com algum tipo de simpatia, identificação, ligação e/ ou vínculo formal com alguma legenda partidária.

⁶ Scarrow (2000) chega inclusive a pôr em dúvida a ideia de crise na face do partido no eleitorado, seguindo na esteira de Eldersveld (1982) e a dificuldade de apresentar essa interpretação em perspectiva histórica. A autora explora três mitos do debate em torno de declínio. Mito 1: o apogeu do partido de massa foi na primeira metade do século XX. Embora reconheça que alguns partidos nesses moldes tenham aparecido nessa época, muitos partidos de massa só se transformaram em realidade entre

A presente pesquisa não almeja responder essa pergunta. Contudo, se a célebre tese de Schattschneider de que democracia sem partidos políticos é impensável – vide inclusive o rol de funções cumpridas por eles e descritas acima –, a ausência de confiança nessas instituições, em outras palavras, o entendimento por parte da opinião pública de que eles não são mais capazes de processar as demandas, expectativas e interesses do eleitorado, indicaria um problema que não pode ser ignorado por regimes democráticos. Sobretudo considerando que dentre as instituições políticas e civis listadas em pesquisas de opinião pública, os partidos políticos são aquelas que apresentam o menor índice de confiança entre todas.

Com efeito, esse trabalho entende como partidos políticos aquelas instituições que disputam, num regime democrático, consequentemente, num contexto político competitivo e inclusivo, por cargos públicos eletivos via a participação política institucionalizada. De modo que a oferta de indivíduos a esses cargos, numa democracia, exige que se cumpram papéis junto ao eleitorado, desde a busca por votos, até a convergência às preferências dos eleitores; junto ao parlamento, para que coletivamente os membros dessas instituições ajam de maneira eficaz; e com um mínimo de coerência organizacional, para que se determine de que maneira se dará seu funcionamento, a escolha daqueles que pleiteiam os cargos públicos em disputa e a estratégia com que se tentará conquistar votos junto ao eleitorado, aproximando-se da faceta do partido como organização. Assim, é de se esperar que a avaliação que cidadãos fazem da confiança que têm ou não nessas instituições se baseie nas premissas normativas que têm em relação às funções que essas instituições desempenham em cada uma dessas facetas, bem como numa interpretação de sua performance também em cada uma dessas facetas.

Logo, torna-se necessário um estudo que explore os fatores que afetam essa confiança. Evidentemente isso já foi tratado pela Ciência Política, de forma que as obras que tentam investigar esse fenômeno poderiam ser divididas entre aquelas do campo culturalista, próximo às premissas normativas que orientariam a avaliação que se faz de partidos políticos, e outras do campo racionalista, envolvidas nas investigações

1950-1975. Mito 2: queda de filiados é acompanhada pela queda de força organizacional. Scarrow argumenta que quantitativamente partidos podem estar perdendo filiados, mas, qualitativamente, aqueles que permanecem cultivam laços mais sólidos com o partido. Mito 3: Existem poucas pressões contrárias aos incentivos que partidos têm de abandonar seu eixo de organização principal em termos de filiação. Segundo ela, em disputas intra-partidárias, far-se-ia sentido mobilizar filiados para vencê-las, aumentando a base do partido.

supostamente objetivas de suas performances. Passemos ao estudo delas e de como a literatura vem oferecendo respostas por meio de pesquisas empíricas.

CAPÍTULO 2 – O ESTADO DA ARTE

2.1 Situando o Debate

O objetivo dessa seção é ilustrar quais são os marcos teóricos que estruturam a produção científica no grande campo em que se insere essa dissertação, uma espécie de introdução para a formulação dos modelos que visam explicar a desconfiança em partidos políticos na seção seguinte. Faz-se necessário expor a vasta gama de variáveis dependentes e outros fenômenos de interesse que permeiam o campo e que dão luz do quão complexa e dispersa é a área.

Por exemplo, alguns autores como Dalton e Wattenberg (2000) acreditam que a variável de maior interesse é o partidarismo, isto é, aqueles respondentes que afirmaram possuir algum tipo de simpatia a pelo menos um partido político são considerados partidários. A queda desse indicador sinalizaria o aumento da distância entre as partes.

Diferentemente desses autores, Norris (2011) trata das aspirações democráticas dos respondentes como principal indicador de apoio ao regime democrático e a outras dimensões do regime democrático, como as instituições políticas. Maiores as aspirações, acompanhadas por piores avaliações, maior o déficit democrático e maior seria o contingente de cidadãos insatisfeitos com essas instituições.

Grosso modo, isso se deve à dependência para com as pesquisas de opinião pública, os *surveys*. A quantidade de atitudes que são mensuradas nessas pesquisas leva a um dissenso acerca de qual seria a mais interessante para o campo. Elucidativo disto são os trabalhos de Torcal, Gunther e Montero (2002) e Torcal e Montero (2006).

No primeiro trabalho, os autores desenvolvem dois tipos de “anti-partidarismo”. O primeiro deles seria um anti-partidarismo reativo, isto é, uma hostilidade proveniente de sucessivas avaliações ruins da performance do regime democrático. O segundo seria o anti-partidarismo cultural, uma atitude que assenta a hostilidade a partidos políticos em tradições históricas e valores da cultura política.

Existiriam também efeitos diferentes sobre o comportamento político do cidadão, a depender do tipo de anti-partidarismo presente. O anti-partidarismo cultural geraria menor interesse e menor engajamento geral na política, ao passo que o anti-partidarismo reativo seria fortemente associado à participação e sofisticação política.

Assim, o primeiro seria mais ritualístico e reflexo de determinada socialização e o segundo mais oscilante e associado à performance.

O interessante a notar é que diferentes dimensões vão constituir o anti-partidarismo cultural ou reativo. A depender de como o respondente avalia a relação de partidos entre si⁷ e a função que seriam atribuídas a partidos políticos⁸, se teria um respondente culturalmente anti-partidário. Ao passo que a posição destinada a partidos⁹ no regime democrático pelos respondentes indicaria um respondente “anti-partidário reativo” pela avaliação negativa de que compartilha.

Percebe-se que os autores mobilizam diferentes indicadores para captar uma atitude largamente estudada na área. Além disso, este trabalho serve de primeiro estágio para o de Torcal e Montero (2006) que argumentam a favor da existência de diferenças conceituais e empíricas entre apoio à democracia, descontentamento político e o que chamam de “*political dissaffection*”, mais uma vez mobilizando outros indicadores como eficácia política, isto é, o entendimento por parte do respondente de que ele ou ela se sente capaz de ingerir sobre o funcionamento do regime e do processo de produção de decisões. Brevemente, demonstra-se como diversas variáveis são usadas para investigar o que afeta a atitude da opinião pública ante partidos políticos.

O fato é que este trabalho se utiliza da confiança como variável fundamental para capturar a atitude do eleitorado brasileiro ante partidos políticos, pois esta é uma variável realista¹⁰ de apoio – ou falta de – a partidos políticos, que permite ao respondente fornecer seu posicionamento, sem se sentir constrangido, seja por questões

⁷ Isto é, quando o respondente avalia que os partidos são iguais, independentemente das discussões que ocorrem entre eles, por exemplo.

⁸ Isto é, quando o respondente afirma que partidos apenas servem para dividir as pessoas, por exemplo.

⁹ Isto é, quando o respondente afirma que regimes democráticos são viáveis sem partidos políticos, por exemplo.

¹⁰ Vale dizer que o emprego do termo “realista” é similar àquele de Mishler e Rose (2001), onde para os autores, uma medida realista de apoio à democracia, em países de democratização recente, é uma de comparação entre a performance do atual regime com a do anterior. Essa medida seria superior às demais – aderência idealizada ou satisfatória –, pois não ameaçaria o suposto consenso de superioridade da democracia, em sua forma abstrata, a qualquer outra forma de governo. Perguntas de *survey* como a tradicional aqui parafraseada “A despeito de todos seus problemas, a democracia é a melhor forma de governo?” constrangeria o respondente que não avalia positivamente o regime, impedindo que este manifeste sua real opinião. Embora se faça recurso à argumentação dos autores aqui, vale mencionar que a medida “realista” usada por eles de aderência à democracia é uma que poderia capturar a avaliação da performance do regime, não o regime em si, dimensões conceitual e empiricamente distintas, segundo Norris (1999, 2011).

pessoais ou por aquelas em que o mesmo acha que vá ser julgado por um posicionamento, em tese, amplamente condenável em sua comunidade¹¹.

Em suma, esta é uma atitude em que o respondente pode expressar sem impedimentos um posicionamento aguerridamente hostil a essas instituições ou uma avaliação extremamente positiva. Ademais, esta é uma atitude mais resistente a vieses dos autores por não se atribuir a ela nenhum significado subjacente, como se a ausência de confiança apontasse para um anti-partidarismo cultural ou a apenas para “*political disaffection*”, por exemplo, como o fazem Torcal, Gunther e Montero (2002) e Torcal e Montero (2006), respectivamente, ao manipular seus indicadores de interesse para operacionalização de suas variáveis dependentes.

No primeiro caso, arbitrariamente se estabelece que a avaliação de que partidos são todos iguais afeta a atitude cultural, bem como se estabelece que o entendimento de que a democracia seria capaz de funcionar independentemente de partidos políticos constitui a dimensão de anti-partidarismo reativo. No entanto, a avaliação de que partidos são todos iguais pode refletir uma tendência centrípeta do sistema partidário, no caso de sistemas multipartidários moderados (SARTORI, 1982), onde estes realmente seriam semelhantes, sendo uma característica advinda da performance do regime. Sem estar, portanto, relacionada ao compartilhamento de valores naquela sociedade de que partidos políticos são indiferentes.

Por outro lado, avaliar que a democracia pode funcionar sem partidos políticos pode refletir uma cultura autoritária que é expressa de maneira ritualística no momento de aplicação da pesquisa, sendo, na verdade, uma dimensão de anti-partidarismo cultural. O mesmo ocorre em Torcal e Montero (2006); afirmar que apoio à democracia, descontentamento político e “*political disaffection*” são atitudes conceitual e empiricamente distintas exige ilustrar explicitamente uma relação causal manifestada pelos respondentes de pesquisas de opinião pública, tarefa que extrapola análises fatoriais que demonstram essa relação apenas estatisticamente.

Contudo, em que pesem as críticas que poderiam ser feitas a esses trabalhos, indubitavelmente, os mesmos avançaram na análise de quais fatores afetam a atitude dos indivíduos em relação a partidos políticos, que tipos de atitudes são importantes

¹¹ Como seria o caso da pergunta que acessa o apoio à democracia: “Apesar de seus defeitos, a democracia é a melhor forma de governo?”.

para compreender essa relação e quais são os efeitos dessas atitudes. Esses avanços são caudatários da obra seminal de Easton (1975).

Um inequívoco marco teórico no campo, seu trabalho possibilitou tal refinamento na área que tornou as variáveis dependentes de interesse no campo mais complexas, como criou as fundações para os principais modelos explicativos para as atitudes da opinião pública.

Grosso modo, Easton (1975) o fez com a distinção entre apoio difuso e apoio específico. Faz-se necessário explicitar que o autor entende como apoio uma orientação favorável ou negativa de uma pessoa em relação a um objeto. A distinção entre tipos de apoio se fazia necessária, pois a existência contínua de atitudes negativas perante a democracia, ao mesmo tempo em que este regime se mantinha como único regime político viável, por conseguinte, investido de legitimidade, indicava que certo apoio era referente ao seu funcionamento, enquanto que outro se referia à sustentação do regime, segundo o autor.

Apoio específico seria o produto da satisfação obtida por eleitores das decisões, políticas e resultados apresentados pelo regime. O mesmo seria uma resposta, uma reação, “indiretamente relevante” (EASTON, 1975, p. 437) para a sustentação do regime e da comunidade política.

Conceivably a person may have little trust in the political authorities and may not even believe in their legitimacy. But, if he perceives that his demands have been met, he may be prepared to extend limited support to the particular incumbents in office (EASTON, 1975, p. 438).

Em contrapartida, o apoio difuso é um apoio abstrato ante aquilo que o objeto, a autoridade ou a entidade em questão representa. Dado que o apoio específico é um que deriva da performance percebida do regime, o apoio difuso é mais durável ou estável do que o específico, sensível e suscetível a variações de curto prazo. Por essas características, este tipo de apoio seria mais importante para a estabilidade do regime, sendo suas fontes o processo de socialização do eleitor desde sua infância até idade adulta e experiência direta.

Subjaz em sua argumentação que uma das dimensões de apoio difuso é a legitimidade. Mas também faz parte dela o entendimento de que confiança também é uma dimensão constitutiva de apoio difuso. Em tese, esta seria uma crença de que seus interesses serão, em geral, atendidos pelas autoridades. A ausência desta confiança

indicaria que as autoridades e as instituições representativas não têm mais o apoio necessário para operar o regime. Por certo, esta argumentação influencia consideravelmente as preocupações em torno dos efeitos da desconfiança generalizada em partidos políticos, em que pese o dissenso acerca de seus efeitos e o fato de que não é do escopo deste trabalho investigar a qual tipo de apoio a confiança se remeta.

A centralidade da obra está no lançamento das fundações dos modelos racionalistas e culturalistas. Se o apoio específico se refere à performance do regime e se prevê uma interação entre esta performance e o apoio difuso – já que Easton (1975) reconhece que o apoio difuso é afetado pela experiência direta – é plausível supor que a avaliação que se faz da performance do regime vai afetar a confiança que se tem em suas autoridades e instituições, seja considerando a avaliação das políticas públicas apresentadas pelo Estado, seja considerando o cumprimento de princípios democráticos, como o império da lei.

Por outro lado, se o apoio difuso também é afetado pela socialização, variáveis que acessem diferenças individuais como confiança interpessoal, renda e escolaridade também são relevantes para a confiança em instituições representativas. Eis os centros dos modelos racionalistas e culturalistas, respectivamente.

Antes de avançarmos, é fundamental salientar que sendo um fenômeno multicausal, é preciso incorporar as variáveis de ambos os modelos para precisamente mensurar o efeito dessas sobre a confiança em partidos políticos ou qualquer outra atitude da opinião pública. Lançar mão apenas de variáveis racionalistas impossibilitaria a explicação de porquê regiões e continentes apresentam, sistematicamente, diferenças no nível de confiança, sugerindo a presença de fatores culturais. Por outro lado, mobilizar apenas variáveis culturalistas criaria contradições para explicar porque todas as comunidades políticas apresentam oscilações na trajetória de seus indicadores atitudinais, como é demonstrado empiricamente por Norris (2011), sugerindo a presença de fatores mais sensíveis ao contexto.

É de Norris (1999) o outro marco teórico que serve à pesquisa. A autora parte da distinção feita por Easton (1975) e supõe que existem cinco dimensões de apoio, em outras palavras, cinco dimensões do regime democrático que são objeto de apoio. A primeira – e mais abstrata – seria a comunidade política. Nesta, o membro de uma comunidade pode manifestar seu apoio indicando que se sente parte deste grupo.

A segunda seria o regime democrático em si, seus princípios, ou seja, a avaliação do respondente de que o regime democrático é o melhor, o mais justo ou superior a outros regimes. Em seguida, emerge a avaliação da performance do regime, uma avaliação acerca de seu funcionamento.

Por fim, as duas últimas dimensões são as instituições do regime, como partidos políticos, e as autoridades do regime. À medida que se parte da primeira para a quinta e última dimensão, mais próximo se estará do apoio específico. Consequentemente, o apoio à comunidade política indicaria a dimensão mais próxima do apoio difuso.

A divisão proposta por Norris (1999) é importante, pois demonstra que cidadãos podem manifestar seu desacordo a partidos políticos, sem condenarem o regime, por exemplo. Algo que é empiricamente investigado em seu livro, ilustrando que coexistem altos níveis de apoio à comunidade política e aos princípios do regime democrático, ao mesmo tempo que existem tendências erráticas em relação à performance do regime e às autoridades, com uma tendência decrescente de confiança nas instituições representativas, como partidos políticos.

Por conseguinte, a divisão é efetivamente presente para a opinião pública, não só em teorizações a respeito das atitudes da opinião pública. De modo que isso engendra, para a autora, a existência dos chamados cidadãos críticos. Cidadãos que são aguerridamente democráticos, mas avaliam negativamente as instituições que, ao invés de se absterem do sistema político, se engajam e investem no aprimoramento dessas instituições.

O trabalho de Norris (1999) indica que existiriam fatores proeminentes para definir a confiança em partidos políticos, mas que não afetam as outras dimensões, daí sua importância. O mesmo indica a necessidade de desenvolver o argumento que se encontra implícito em cada modelo, racionalista e culturalista, e em suas hipóteses. Pelo fato dessas hipóteses orientarem abaixo a análise empírica, avancemos para sua formulação.

2.2 Fatores Determinantes para a Confiança em Partidos: hipóteses

2.2.1 Modelos Racionalistas

Há um claro enfoque nessa vertente de modelos na efetivação do apoio específico (EASTON, 1975). Conforme o autor, se o apoio específico varia de acordo com o desempenho do regime, variáveis que captem a situação econômica ou o

desempenho de instituições seriam as melhores alternativas para explicar o nível de confiança em partidos políticos.

Nessa vertente, testam-se duas hipóteses, grosso modo. A primeira é de que a mídia comprometeria a confiança em partidos políticos, pois se daria evidência apenas às quebras de expectativas ou frustrações acerca do desempenho dessas instituições. Em outras palavras, haveria um viés pessimista na análise da performance do regime, a partir do momento em que grandes veículos de comunicação são a principal fonte de informação. Chama-se este argumento de hipótese informacional.

A segunda hipótese, dentro do modelo racionalista, é muito mais próxima do cerne do argumento do apoio específico. A performance do regime democrático seria decisiva para confiança em partidos políticos, pois essas instituições seriam as principais responsáveis pela qualidade dessa performance.

Nela, existiriam três tipos de performance que importariam para a confiança em partidos políticos. Uma envolvendo a qualidade procedimental do regime democrático, outra envolvendo, mais especificamente, a performance econômica e, por fim, outra formulando o argumento de que a avaliação da performance do regime está associada à preferência eleitoral do respondente, manifestada no sufrágio anterior. Esses argumentos formulam as chamadas hipóteses de performance ou as hipóteses avaliativas. Trataremos de todas essas hipóteses abaixo em detalhe, por ora, nos debruçemos sobre a hipótese informacional.

Hipótese Informacional

A passagem da democracia de partido para a democracia de público significou a crescente irrelevância da mídia partidária (MANIN, 1995). A opinião pública passou a buscar informação em veículos ditos independentes, abrindo espaço para um tom muito mais crítico do desempenho que o sistema político apresenta.

O enfoque se daria muito mais sobre os aspectos negativos do governo, do que sobre os pontos positivos ou melhorias trazidas por ele. Dado o distanciamento entre cidadãos e partidos políticos (DALTON e WATTENBERG, 2000) e a migração para uma mídia apartidária, a tese se torna particularmente importante, já que a principal fonte de informações sobre política se daria naqueles veículos interessados, justamente, no constrangimento de autoridades e partidos políticos.

TV broadcasts, they [Lang e Lang, 1966] argued, fueled public cynicism by over-emphasizing political conflict and downplaying routine policymaking in [Washington] DC. This process, they suggested, had most impact on the 'inadvertent audience', who encountered politics because they happened to be watching TV when the news was shown, but who lacked much interest in, or prior knowledge about, public affairs (NORRIS, 2011, Capítulo 9, p. 2).

Porém, não seria justamente a vigilância, o monitoramento e a crítica os principais papéis a serem desempenhados pela imprensa? Afinal, a imprensa independente deveria servir como um meio para que a sociedade civil fiscalize o Estado, inexistindo qualquer obrigação para poupar autoridades e partidos de críticas. Na verdade, a crítica seria uma condição fundamental para a conservação dessa independência, sobretudo aos olhos da opinião pública, para que a imprensa – ou um determinado veículo – não seja taxada como partidária.

Ademais, o peso que o partido incumbente tem em disputas eleitorais e nas atividades ordinárias do Estado para a divulgação ou posicionamento público da administração exigiria que a oposição encontrasse meios de mitigar essa desigualdade nas vias de comunicação com a sociedade. A imprensa se apresentaria como substituta funcional, portanto, à inviabilidade da oposição se comunicar com o público, facilitando, inclusive, que a população conheça não só o governo, como a oposição.

Sob essa perspectiva, percebe-se que os efeitos dessa variável independente sobre a confiança em partidos políticos não são facilmente previsíveis. Não obstante, este não é o sentido que a literatura segue, ao tratar da hipótese informacional. Em seu cerne está a hipótese de que maior a exposição aos tradicionais veículos de comunicação, maior a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos, já que a exposição a notícias negativas seria maior.

Norris (2011) se debruça sobre a questão, pois segundo a autora, os efeitos da exposição à mídia se encontravam ainda inconclusivos. Em que pese sua variável dependente ser o que a mesma chama de déficit democrático – a diferença entre aspirações democráticas e satisfação democrática –, Norris (2011) não aceita as premissas da teoria.

Usando os dados de 42 países na quinta onda do World Value Survey (WVS), indica-se que maior a exposição a jornais, televisão e internet, menor é o déficit democrático. Ademais, a exposição a esses veículos aumenta as aspirações democráticas dos respondentes. De qualquer maneira, ainda que possamos inferir sobre a importância

de que o déficit democrático seja reduzido – discutivelmente um *proxy* para confiança em partidos políticos, já que seria uma medida que avalia em que medida os interesses da opinião pública foram atendidos por partidos – a análise não se restringe a partidos políticos, tampouco trata do fenômeno de interesse, confiança.

A mesma se enquadra dentro de um modelo racionalista, pois a confiança estaria oscilando a partir de uma variável indireta, talvez instrumental, da performance dos partidos. Em outras palavras, a hipótese informacional se encontra num modelo racionalista, pois a avaliação da performance do regime seria “deturpada” pela mídia. Muito embora o termo “deturpada” se refira à influência que a mídia teria sobre o cidadão e sobre o raciocínio que o levaria à uma conclusão, qualquer que ela seja. Nesse sentido, o efeito da mídia sobre a confiança em instituições representativas seria indireto.

Hipóteses Avaliativas

Talvez seja nesse segmento que a literatura mais se aproxime da definição de confiança de Hardin (1999). O argumento é simples e direto: melhor a performance, menor a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Porém, dois conflitos emergem a partir dessa argumentação: i) qual é o nível de análise que as variáveis independentes devem assumir e; ii) que tipo de performance importa para a confiança em partidos políticos.

De imediato, se impõe uma questão acerca do nível em que se encontra a variável mais adequada para capturar a performance do regime, mesmo que nos atenhamos apenas à situação econômica – um dos tipos de performance que importariam para confiança, como se verá abaixo.

Por um lado, variáveis em nível agregado, como índice de crescimento do PIB, proporção de desempregados ou rendimento nacional bruto, ainda que forneçam um panorama preciso da situação econômica num país, não são capazes de elucidar como, mesmo um país em franco crescimento, o desempenho econômico está sendo efetivamente sentido e percebido pela população. Por exemplo, um país pode desfrutar de forte crescimento ou forte reversão de um quadro de crise, mas este não é sentido pela população, que, hipoteticamente, não capta os efeitos do novo cenário sobre sua renda.

Por outro, variáveis em nível individual seriam mais adequadas, pois exprimiriam de maneira explícita o posicionamento do respondente, sendo possível traçar sua trajetória, opinião e posição na sociedade, diminuindo a probabilidade de falácia ecológica. Não obstante, a avaliação subjetiva do respondente pode não corresponder à realidade, refletindo, na verdade, uma tendência favorável ao governo, ao partido no poder ou a alguma entidade ou ator que influencia positivamente sua avaliação sobre a economia.

A despeito da discussão, recorreremos a variáveis no nível individual pela, em primeiro lugar, imprecisão presente em variáveis em nível agregado, contribuindo para falácia ecológica, pois se atribui exógena e arbitrariamente avaliações e posicionamentos a todos os membros de uma comunidade. Em segundo lugar, pela significância encontrada em outros trabalhos, como se verá em detalhe abaixo. Além, é claro, da plausibilidade do argumento de que indivíduos pessimistas em relação às perspectivas das economias de suas comunidades ou de que avaliações críticas da presente situação econômica aumentem a desconfiança em partidos políticos, pois se tem o entendimento expresso e explícito, por parte do respondente, de que os partidos não foram capazes de executar suas funções ou ainda, de efetivar os interesses daquele que responde à pesquisa.

O outro conflito que emerge trata do tipo de performance que é avaliada pelo respondente. A distinção é formalizada na obra de Norris (2011), ainda que a celeuma esteja difusa no campo. Por essa razão que adotaremos a nomenclatura da autora para formular a hipótese de cada um dos argumentos.

Em primeiro lugar, haveria a performance procedimental – ou política para alguns autores, como Miller e Listhaug (1999). Essa performance é baseada na qualidade da democracia percebida pelo respondente, como o respeito ao império da lei ou o combate à corrupção. Para a autora, isso diria respeito à conservação dos principais direitos cívicos e políticos, como liberdade de expressão, pensamento e isonomia jurídica, num regime democrático.

A dimensão impõe consideráveis dificuldades para mensurar esse tipo de avaliação. Afinal, em países autoritários, o respondente pode se sentir constrangido em expressar seu descontentamento com o regime, em especial considerando que a simples manifestação de desacordo significa um desagravo ao regime.

Ademais, estabelecer uma relação causal entre a confiança e essa avaliação subjetiva representa um considerável desafio. Inexiste qualquer garantia ou controle de que esse posicionamento não represente o viés da própria cultura política em que o sujeito se insere, onde a insatisfação para com o funcionamento da democracia, sob a perspectiva procedimental, é reflexo de um ceticismo arraigado naquela cultura, sendo a resposta, na verdade, um posicionamento ritualístico de desacordo.

De qualquer modo, a hipótese da avaliação procedimental é intuitiva, pior a avaliação, maior a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Nessa linha, destacam-se os trabalhos de Mishler e Rose (1997, 2001). Os autores investigam o fenômeno de confiança especialmente em sociedades pós-comunistas. Vale dizer que os mesmos usam como variável dependente um indicador que generaliza confiança em instituições políticas, como o parlamento e partidos políticos.

Sistematicamente, seus trabalhos demonstram que a performance é fundamental para uma atitude positiva da opinião pública frente diferentes dimensões do regime democrático. No caso, as variáveis da performance procedimental – aumento percebido da liberdade, de justiça e influência (MISHLER; ROSE, 1997) – se mostraram menos importantes para essa confiança generalizada, do que as variáveis de performance econômica, ainda que significantes do ponto de vista estatístico. Na verdade, são esses dois grupos de variáveis – de performance procedimental e econômica – que se mostram os mais influentes nos modelos testados. O mesmo pode ser dito para o trabalho seguinte sobre a confiança em instituições políticas (MISHLER; ROSE, 2001).

A avaliação da performance econômica ou dos produtos ofertados pelo poder público teriam a mesma lógica que a avaliação procedimental. Pior a avaliação da economia, menor é a confiança em partidos políticos. Em primeiro lugar, é fundamental frisar uma crítica importante a esse tipo de hipótese. Dada a natureza política da confiança em partidos, seriam políticos os fatores que influenciam essa confiança. Em segundo lugar, fez-se essa distinção entre performance econômica e dos produtos ofertados pelo poder público, pois a avaliação dos chamados *outcomes* do sistema político podem se debruçar tanto sobre a situação econômica em geral, finanças pessoais e status empregatício, como sobre políticas públicas, como destacado acima por McAllister (1999).

Nos trabalhos de Norris (2011), a autora demonstra, mais uma vez recorrendo ao World Value Survey, a forte correlação entre esse tipo de performance, sobretudo nas avaliações subjetivas da economia, como finanças pessoais, e déficit democrático. Ao passo que nem todos os indicadores de performance no nível agregado se mostraram significativos e as variáveis que captavam a performance de políticas sociais como gastos em saúde, mortalidade infantil e taxa de alfabetismo mostraram baixa correlação e nenhuma significância estatística.

Com efeito, as hipóteses da avaliação procedimental e da avaliação econômica foram as que receberam a maior atenção nos modelos racionalistas. Ademais, o impacto do desempenho, sobretudo econômico, se mostra sistematicamente relevante em democracias avançadas (NORRIS, 2011; MCALLISTER, 1999; MILLER; LISTHAUG, 1999), como também em sociedades pós-comunistas (MISHLER; ROSE, 1997 e 2001).

Mesmo assim, ainda resta uma última hipótese que se enquadra nos modelos racionalistas: a performance institucional. Por sua vez, esta hipótese se assenta sobre a premissa de que diferentes instituições apresentam desempenhos diferentes. Modelos ditos consociativos (LIJPHART, 2003), por normalmente estarem associados a maior inclusão, já que seriam supostamente mais afeitos à inclusão de minorias em arenas representativas, produziriam mais “vencedores”, de modo que os interesses de uma quantidade maior de pessoas seria atendida, aumentando a confiança em partidos políticos, diferentemente de modelos ditos majoritários. Por outro lado, o mesmo aconteceria com arranjos federativos ou sistemas eleitorais proporcionais. O primeiro por acomodar os interesses divergentes de diferentes regiões e o segundo por facilitar a inclusão de minorias, similar ao modelo consociativo.

No entanto, uma série de questionamentos emerge desse tipo de hipótese. Em primeiro lugar, esse tipo de generalização não é capaz de identificar as regras que, de fato, determinam o nível de inclusão de um determinado regime político. Isto é, arranjos federativos podem reduzir a autonomia fiscal, política e/ ou econômica dos entes subnacionais, deixando ao governo federal a responsabilidade por decidir acerca dessas esferas, superando qualquer preocupação pelas especificidades dos interesses de cada ente subnacional deste arranjo. Diz-se aqui que os efeitos dessas instituições não podem ser facilmente previstos pela teoria.

O quadro fica evidente a partir dos resultados contraditórios observados. Controlando por fatores econômicos, culturais e sociais, Norris (1999) demonstra que sistemas majoritários – em comparação com presidencialistas – e sistemas bipartidários ou multi-partidários moderados têm um efeito positivo sobre confiança institucional. Assim como arranjos federativos teriam um efeito negativo sobre essa confiança. Porém, esses efeitos são pequenos e, como dito acima, não elucidam os efeitos institucionais, já que acobertam as diferentes regras que operam essas instituições, sem auxiliar na construção de uma hipótese mais clara acerca desses efeitos.

O mesmo ocorre em Norris (2011), mas dessa vez, as variáveis do sistema eleitoral, o sistema parlamentarista ou o presidencialista e a organização estatal – federativa ou unitária – não apresentaram significância estatística. A única tida como relevante foi o apoio individual ao partido do governo, isto é, a identificação do respondente com o partido incumbente na arena nacional. De modo que a hipótese testada é similar ao achado de Norris (2011). Testa-se se a identificação com o partido incumbente no momento de realização da pesquisa, no governo federal, o Partido dos Trabalhadores, tem um impacto negativo sobre a desconfiança. Testa-se, em outras palavras, se os “vencedores” das últimas eleições nacionais têm menores chances de desconfiarem de partidos políticos.

Findas as hipóteses dos modelos racionalistas, se recorrêssemos apenas a elas para explicar o fenômeno de interesse da pesquisa, estar-se-ia ignorando tanto os fatores culturais que influenciam a atitude em questão – confiança em partidos políticos –, bem como a interação entre esses fatores e a avaliação que se faz da performance do regime. Isto é, uma consolidada cultura de desconfiança criaria uma pré-disposição daqueles que compartilham dessa cultura em ter uma avaliação negativa do desempenho do regime e, consequentemente, dos partidos políticos.

Ignorar-se-ia também diferenças sistemáticas no nível de confiança em partidos ou confiança interpessoal que existem entre diferentes regiões e continentes, como demonstra Norris (2011). Por fim, se a confiança em partidos nos EUA, por exemplo, se consolidou num patamar inferior ao existente na década de 60, seria plausível supor que o desempenho atual – seja sob a perspectiva procedimental, econômica ou institucional – desse Estado é sistematicamente inferior ao apresentado em 1960, todas as vezes, desde o referido ano? Caso contrário, por que a confiança não recuperou o terreno perdido desde então? As evidências indicam, ao menos nesse caso, fatores mais

resilientes da confiança em partidos políticos e nas autoridades, em geral. Exigindo que se investiguem os fatores culturais que influenciariam essa atitude. É essa a tarefa da próxima seção, sobre a qual os modelos culturalistas se debruçam.

2.2.2 Modelos Culturalistas

Enquanto a influência do trabalho de Easton (1975) é muito mais clara nos modelos racionalistas, os modelos culturalistas se revelam caudatários de uma longa tradição na Ciência Política na área de Cultura Política e, é claro, do trabalho supracitado, ainda que por um caminho mais tortuoso.

Há uma clara influência do trabalho de Easton (1975) nesses modelos quando tratamos da perenidade da confiança política, quando determinada por fatores culturais, e de como a confiança é impactada por fatores contextuais, como renda e escolaridade, que criariam as condições vão determinar tendências culturais para o apoio difuso. Esses fatores contextuais são caros às hipóteses pós-materialista e de socialização.

Em primeiro lugar, assim como o apoio difuso era, para Easton (1975), um tipo de apoio mais resistente a variações em curto prazo, seria possível observar uma trajetória mais estável desse apoio ao longo do tempo. É o que ocorre em relação às dimensões mais abstratas de apoio à democracia, como aderência à comunidade política e aderência aos princípios ideais do regime democrático (Norris, 1999), em que há uma tendência clara de estabilidade. E, em segundo lugar, acerca das diferenças constantes que existem entre países de apoio às dimensões mais específicas da democracia, como deferência para com autoridades e confiança em partidos políticos (KLINGEMANN, 1999).

Quanto à influência da Cultura Política, destaca-se o trabalho de Almond e Verba (1989 [1963]). A obra dos autores é seminal para a área de Cultura Política. Como se sabe, os autores realizaram pesquisas de opinião pública em cinco países, a saber, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Alemanha e México. O argumento central da obra – e que influencia sobremaneira as reflexões acerca do impacto que a desconfiança teria sobre o regime – é de que a cultura política de uma comunidade deve ser compatível com suas instituições. Os autores distinguem três tipos de culturas políticas, bem como estruturas políticas: paroquial, súdita e participante.

Caso a cultura política de uma comunidade fosse altamente participante, isto é, engajada politicamente e crítica, grosso modo, na eventualidade das instituições dessa

comunidade serem paroquiais, ou seja, pouco inclusivas e refratárias à participação, haverá instabilidade. A cultura política serve de elo que vincula instituições políticas e sociedade.

Para os autores, o cidadão de uma comunidade participante é um que compartilha de uma cultura cívica, onde, concomitantemente, é aderente às leis de sua comunidade e engajado para o aprimoramento de suas instituições. Reside aí, inclusive, o cerne da consternação provocada em alguns com índices baixos de confiança em partidos políticos. Parca confiança produziria distanciamento para com as instituições políticas, sendo incompatível com o regime democrático, ou hostilidade ante instituições centrais para o funcionamento do regime democrático. De qualquer forma, existiriam, nesses casos, condições para uma debilidade crescente do regime democrático em processar e resolver conflitos.

Reitera-se que não é objeto desse trabalho tratar dos efeitos que a desconfiança vai ter sobre o comportamento político da opinião pública. Mas, parte da discussão em Cultura Política, a premissa de que determinados valores consolidados numa comunidade vão determinar a conduta e as atitudes da opinião pública em relação às instituições representativas e ao regime democrático, em geral.

Sob outra perspectiva, se as causas da desconfiança nos modelos racionalistas estão na oferta ou nos ofertantes do Estado, isto é, aqueles responsáveis pelos *outcomes* do sistema político, em que parte deles a produção de confiança ou desconfiança, nos modelos culturalistas, a causa ou origem da confiança está na própria opinião pública. No caso, mudanças paradigmáticas na cultura política explicariam a queda da confiança em partidos políticos nos Estados Unidos e, conseqüentemente, poderiam ser estendidas a qualquer comunidade política. É, portanto, sobre essas premissas que as hipóteses subsequentes vão ser fundamentadas. Estaria na própria opinião pública as causas da desconfiança política.

Hipóteses da Socialização

Converse (1969) chamou de “*partisan push*” a tendência geracional que existiria no partidarismo. Isto é, pessoas cujos pais se identificavam ou votavam sistematicamente em um partido X tinham mais chances de se identificar com esse mesmo partido. O fenômeno era explicado a partir da socialização de determinados valores na infância do respondente que aumentavam a propensão em votar como seus

país. Este é o típico mecanismo que argumentos de socialização vislumbram. A depender do contexto em que o indivíduo se insere, este se torna mais propenso a apresentar mais ou menos confiança em partidos políticos. No entanto, como essa predisposição é definida culturalmente, não é possível estabelecer um sentido claro e válido para todos os países de como a renda, por exemplo, vai afetar a confiança em partidos políticos.

Consequentemente, variáveis como gênero, raça, renda e escolaridade não são simples variáveis de controle, elas podem revelar uma situação em que fatores contextuais determinam a confiança em partidos políticos, talvez demonstrando uma importância maior da avaliação procedimental, hipoteticamente, em alguns setores da opinião pública.

Por exemplo, uma associação entre desconfiança e raça, onde pessoas negras têm maiores chances de desconfiar de partidos, ou uma associação entre o gênero feminino e a desconfiança em partidos políticos pode indicar a baixa representatividade desses grupos nas arenas legislativas e nos cargos do Executivo e do Legislativo no Brasil. Portanto, as variáveis raça, gênero, renda, idade e escolaridade serão usadas não como controles, mas como eventuais reveladoras de tendências importantes no Brasil.

Hipótese da Confiança Interpessoal

A hipótese de confiança interpessoal é caudatária do trabalho de Putnam (1995). Segundo o autor, a confiança entre os indivíduos de uma mesma sociedade é fundamental para o associativismo, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, para o vigor da democracia. A preocupação do autor emerge a partir da constatação de que esta confiança entre estranhos estaria caindo nos EUA. Enquanto os cidadãos americanos nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, participavam ativamente em diversas associações, os cidadãos americanos atualmente são caracterizados pela apatia e pelo distanciamento para com esse tipo de associação.

O mecanismo causal entre essa confiança interpessoal e confiança em partidos políticos não é explicitado pelos teóricos. Há um entendimento implícito de que existe uma predisposição do indivíduo desconfiado de seus congêneres em sua sociedade de também desconfiar das instituições representativas. Ou ainda, existem tentativas de tratar do tema em nível agregado, já que parca confiança interpessoal indicaria

condições gerais que tornam mais oneroso investir confiança em alguém ou em alguma entidade.

Newton (2006) argumenta, por exemplo, que “as tradicionais medidas de confiança são interpretadas como julgamentos sobre o mundo externo no qual elas se encontram” (NEWTON, 2006, p. 93), de modo que o pesquisador deveria analisar indicadores agregados sobre o quanto aquela sociedade inspira confiança ou quais as chances da sociedade como um todo ter confiança nos outros ou em instituições políticas. Sob essa perspectiva, condições econômicas, medidas em nível agregado, explicariam a confiança média que comunidades políticas têm.

Infelizmente, o autor apenas ilustra a associação entre a porcentagem de pessoas que confiavam no parlamento em 65 países da WVS com a confiança interpessoal nos mesmos países, sem controlar por quaisquer outras variáveis. Mesmo assim, o “impacto” da confiança interpessoal sobre confiança no parlamento é bastante limitado.

Norris (2011) também se interessou pelo tema e investigou o impacto da confiança interpessoal sobre as aspirações democráticas e o déficit desse regime. A autora encontrou um efeito positivo dessa variável sobre aspirações democráticas e o déficit que os respondentes manifestam. Desse modo o argumento sugere que a confiança interpessoal vai afetar negativamente a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos.

Hipótese Pós-Materialista

Inglehart (1987) é, com certeza, o principal expoente dessa hipótese. Adaptando o argumento do autor para a questão partidária em evidência – já que seus trabalhos não mobilizam explicações específicas para a confiança em partidos políticos –, tem-se que os partidos políticos se mantiveram como organizações hierárquicas e adeptas a valores materialistas, sendo, por conseguinte, incompatíveis com os valores pós-materialistas. Mas em que momento valores pós-materialistas teriam condições de prosperar e quais são esses valores?

Segundo ele, a ocorrência de valores desse tipo se deve à tese da utilidade marginal decrescente. Isto é, no nível nacional ou agregado, o crescimento econômico passa a ter um impacto menor sobre a qualidade de vida, assim como a atratividade de políticas redistributivas cai, a partir do momento que certo limiar de riqueza é superado.

Recorramos à mesma analogia que o autor. O efeito da riqueza sobre a taxa de mortalidade é maior numa sociedade pobre, em relação a uma sociedade rica. Por exemplo, o aumento de 10% na quantidade de médicos de uma sociedade com poucos profissionais da saúde é maior do que o mesmo aumento sobre uma sociedade que já tem amplo atendimento desses profissionais.

De modo que o acréscimo de renda ou riqueza na vida de indivíduos de sociedades ricas segue uma evolução curvilínea sobre a qualidade de vida desses indivíduos, isto é, um impacto íngreme no início da trajetória e um impacto limitado ao seu final. O mesmo ocorreria com plataformas redistributivas.

Enquanto plataformas redistributivas seriam muito atraentes para um eleitorado marcado por extrema desigualdade, à medida que essa sociedade se torna menos desigual e o poder aquisitivo da população aumenta, menos pessoas estão inclinadas a adotar plataformas redistributivas, pois estas estariam satisfeitas com a renda auferida.

In the long run there seems to be a tendency for the pursuit of economic self-interest itself to reach a point of diminishing returns in advanced industrial societies, and gradually give way to postmaterialist motivation, including greater emphasis on social solidarity. (INGLEHART e FLANAGAN, 1987: 1292).

O deslocamento para questões pós-materialistas se daria, portanto, pela menor preocupação com questões econômicas ou materiais, propriamente ditas, pois estas estariam asseguradas, ainda que possam ser comprometidas numa eventual situação de crise econômica. É digno de nota que esse deslocamento seria gradual. Afinal, a redução do efeito marginal do crescimento econômico sobre a qualidade de vida ou a atratividade de políticas redistributivas não acontece abruptamente, mas conforme mais pessoas têm suas necessidades materiais atendidas.

A “solidariedade social” à que o autor faz referência no excerto acima não é no sentido de aprofundar políticas sociais – ao menos aquelas de cunho materialista –, mas sim dar maior ênfase à solidariedade que pode ser estabelecida entre grupos sociais, conforme questões étnicas, de orientação sexual e de gênero pautam injustiças no interior da comunidade.

Disso se desprende que os valores pós-materialistas envolvem interesses para a eliminação de preconceitos e discriminação sobre minorias, tais como imigrantes, membros da comunidade LGBT, mulheres, etc. Reforçando, a prioridade é dada a essas

questões, deixando as tradicionais questões que marcam indelevelmente eleições nacionais, como crescimento econômico, emprego e indústria, por exemplo, em segundo plano.

No nível individual, segundo o autor, o argumento seria corroborado pela tendência de queda nas votações para partidos trabalhistas, socialdemocratas e pelo crescimento de partidos ecologistas, os chamados partidos verdes, pautados por questões ambientalistas, também inclusas no rol de interesses dos valores pós-materialistas.

Vale lembrar que a tendência de queda não é clara em partidos de direita, de centro ou conservadores, sendo esta uma evolução errática. Por essa razão que o autor entrará num debate com Flanagan (1987) sobre a coexistência de dois eixos estruturantes dos sistemas políticos em democracias avançadas, opondo pós-materialistas e materialistas, sendo esses divididos pelo tradicional eixo de esquerda e direita, em que pese a crítica de Flanagan (1987) sobre a existência de uma divisão adicional entre a nova esquerda e a nova direita.

Posto isso, seria plausível supor que indivíduos ricos e escolarizados tenham uma predisposição a desconfiar de partidos políticos, se assumirmos que estes seriam pós-materialistas e de que nenhum partido dessa natureza está competindo no sistema político nacional. É preciso apontar, entretanto, que não é possível investigar esse argumento da maneira preconizada pelo autor. Propõe-se uma operacionalização tentativa e insuficiente para mobilizar essa hipótese no capítulo seguinte. De todo modo, indivíduos pós-materialistas são identificados em *surveys*, segundo Inglehart, quando se aponta, explicitamente, que pautas LGBT e ambientalistas são prioridade ao respondente, em detrimento das pautas ditas materialistas, como emprego e inflação.

Trazer essa hipótese para o caso brasileiro é, obviamente, desafiador. Supor que o Brasil atingiu um grau de desenvolvimento que permite que um grupo considerável de pessoas ignore as condições materiais do país, bem como seus níveis de crescimento econômico não só parece irreal, como vai em oposição à resistente desigualdade brasileira e à configuração econômica da região (HUBER e STEPHENS, 2012). Assim como todas as hipóteses ilustram a marcada influência da literatura estrangeira na discussão sobre as atitudes políticas da opinião pública, a hipótese pós-materialista

explicita, portanto, o quão premente é a tarefa de tratar como essas hipóteses já foram testadas no caso brasileiro. Este é o objeto da próxima seção.

2.3 As Explicações do Caso Brasileiro

Partindo efetivamente para os estudos brasileiros das atitudes da opinião pública, ressaltam-se dois fatores. Primeiro, por certo estaremos cometendo injustiças em deixar de incluir alguma obra relevante para o campo, entretanto, cremos estar apresentando um conjunto relevante de obras na Ciência Política brasileira. Segundo, mais uma vez, a diversidade de variáveis dependentes de interesse nos trabalhos é notória. De modo que, à luz da literatura estrangeira, a produção de pesquisas focando especificamente na confiança em partidos políticos é consideravelmente prolífica.

Tratemos dos estudos que se situam, sobretudo, na hipótese da socialização. Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) revisitam os perfis básicos descritos por Dalton (2013) dos eleitores nos Estados Unidos ou nas democracias avançadas, em geral. Este último afirma que há em curso a emergência de um tipo de eleitor apartidário, escolarizado e simpático à política que difere do partidário tipicamente presente nos anos 1960 nessas democracias.

De modo que a identificação desse tipo de eleitor poderia ser importante para o contexto brasileiro, dado o crescimento do acesso ao sistema de ensino desde a democratização e o crescente índice de indivíduos apartidários no país. Utilizando-se do LAPOP de 2006, 2008, 2010 e 2012, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) encontram que a maior parte do eleitorado brasileiro é composta por independentes apolíticos, ou seja, indivíduos que não têm preferência partidária, tampouco interesse pela política. Logo, pode-se esperar nesses um menor interesse e engajamento na política.

Conforme a expectativa, o perfil apartidário está fortemente associado à aderência à democracia, à busca por informações políticas, à eficácia política, ao comparecimento eleitoral e à participação em protestos. Sobre todas essas variáveis, o menor efeito desse perfil se dá sobre a aderência à democracia, onde ser apartidário aumenta em 108,4% as chances de ser aderente ao regime, ao passo que pertencer ao grupo aumenta em 559% as chances de participar em um protesto.

Considerando que dos modelos testados a variável raça se mostrou importante, em que indivíduos de pele branca têm maiores chances de pertencer a este grupo, é

possível esperar que esse fator continue sendo relevante sobre a confiança em partidos políticos.

Ainda à luz do aumento do acesso à educação no país, Schlegel (2013) trata dos retornos políticos obtidos a partir da educação. O autor encontra que sim, de fato a educação tem um efeito positivo sobre a preferência pela democracia, pelo interesse sobre a política e sobre a participação em manifestações, entre outros fatores. Contudo, esses retornos políticos foram menores com o tempo e à medida que se ascendia no sistema educacional.

Em outras palavras, enquanto em 1989 ter o ensino fundamental completo aumenta em 36%, aproximadamente, as chances de se preferir a democracia, em relação àquele que tem o fundamental incompleto, em 2006, esse efeito caiu para 7,3%. Vale dizer que sobre confiança em partidos políticos, a escolaridade foi significativa. De modo que em relação aquele que tinha o fundamental incompleto, ter o fundamental completo, cursado o ensino médio ou o ensino superior aumentava, respectivamente, 19,2%, 48,1% e 129% as chances de se confiar em partidos políticos, em 1993.

Partindo para a hipótese da confiança interpessoal, destaca-se o trabalho de Moisés (2007). Em 2006, 22,3% da população brasileira não tinha nenhuma confiança sobre os membros da sociedade brasileira em geral. Com efeito, a correlação da confiança interpessoal com algumas atitudes chaves para o regime democrático, como preferência pela democracia ou satisfação com o mesmo, se mostra moderada. Paradoxalmente, a confiança interpessoal tem um efeito negativo sobre a eficácia política sentida pelo cidadão e sobre a satisfação com a democracia.

Encerrando as hipóteses caras a modelos culturalistas, Carneiro (2014) trata dos impactos do pós-materialismo sobre a confiança em partidos políticos, especificamente. Em primeiro lugar, vale destacar que, em perspectiva comparada, de acordo com os dados da 5ª do World Value Survey, o Brasil apresenta mais confiança em partidos políticos do que o Japão, Reino Unido, Itália, França, EUA, apenas para citar alguns. Em segundo lugar, destaca-se que não se evidencia significância estatística do pós-materialismo sobre confiança em partidos políticos, em que pese que os modelos não se restringirem ao caso brasileiro, mas se estenderem aos países que participaram do *survey*; justificando, inclusive, uma análise mais detalhada e circunscrita ao caso brasileiro.

No mesmo trabalho, a autora também analisa duas hipóteses importantes para modelos racionalistas, tanto os efeitos institucionais, quanto a diferença que poderia derivar de um indivíduo “vencedor” em relação a um “perdedor” na relação com partidos políticos. Parlamentarismo, federalismo, multipartidarismo moderado e sistema eleitoral majoritário estão positiva e sistematicamente associados a maior confiança em partidos políticos. O mesmo é válido para vencedores; ter votado no partido vencedor aumenta em 34,8% as chances de se confiar em partidos políticos.

Um achado interessante se encontra no trabalho de Moisés e Carneiro (2015). Conjuntamente, os autores encontram, num modelo agregado, que ser apartidário e ser um “perdedor” aumentam as chances de se desconfiar de partidos políticos, conforme a onda de 2011 do Latinobarômetro. Contudo, o número efetivo de partidos políticos também. Um acréscimo no número de partidos efetivos aumenta em 40% as chances de se desconfiar de partidos políticos. Discute-se, entretanto, se não seria preciso controlar, em modelos agregados, a influência do caso brasileiro, já que o país apresenta o maior índice de número efeito de partidos – 11,21 e 10,36 no eleitorado e no congresso, respectivamente – superando a Colômbia, segunda colocada, com 4 partidos efetivos, aproximadamente, a menos que o Brasil.

Destacam-se também os trabalhos de Mesquita (2010, 2013), ao investigar os efeitos da exposição à mídia sobre o apoio político à democracia no país. Sugerindo que o conteúdo da mídia brasileira é marcadamente antipolítico, argumenta o autor que esse estudo ressaltaria a importância de analisar essa relação para o caso brasileiro. Em concomitante, o autor argumenta que, assim como o apoio à democracia é multidimensional, também o é o consumo da mídia. Logo, exposição a programas diferentes teriam efeitos diferentes sobre esse apoio. Por essa razão que o autor executa modelos que incorporam o consumo do telejornal Jornal Nacional, reconhecidamente um telejornal de grande audiência nacional e com boa parte de seu conteúdo dedicado à cobertura de acontecimentos políticos.

Como os modelos são executados com diversas variáveis dependentes, do quadro não é possível concluir um efeito geral da mídia sobre o apoio à democracia. Assim como essa exposição afeta positivamente a proximidade com partidos políticos e com o desacordo com a ideia de um regime unipartidário, a maior exposição à mídia diminui as chances de discordar da afirmação de que “só uma ditadura pode dar jeito no Brasil”.

É bem verdade que os coeficientes encontrados são pequenos. Porém, destaca-se o efeito contraditório que a mídia pode ter sobre diversas dimensões de apoio político. Tratando-se a audiência do Jornal Nacional, maior a exposição ao telejornal, maiores são as chances do respondente discordar da afirmação de que um líder salvador devesse ter plena liberdade de atuação, por exemplo.

Por fim, bem como nos estudos internacionais, a performance econômica está positivamente associada à confiança em partidos políticos e apoio político a diversas dimensões de apoio à democracia (MOISÉS, 2013). Destaca-se no Brasil também, a importância da percepção da corrupção sobre diversas dimensões de apoio à democracia.

Desprende-se das análises do caso brasileiro que, assim como as variáveis de avaliação de performance – notadamente próximas dos modelos racionalistas – são determinantes para a confiança em partidos, variáveis tidas como culturais também o são.

Especificamente, as análises apontam a necessidade da adoção de modelos explicativos que articulem, de forma efetiva, as duas respectivas [racionalista e culturalista], no sentido de integrar os referenciais culturais e valorativos a indicadores institucionais e referenciais econômicos objetivos. As reflexões apresentadas indicam que a explicação do fenômeno de desconfiança política no Brasil, assim como a de um conjunto de outras atitudes relacionadas aos posicionamentos dos indivíduos a respeito do regime democrático, têm natureza multidimensional e recorrem a valores e avaliações objetivas, como a percepção da economia, da política e dos governos do momento (MENEGUELLO e MOISÉS, 2013, p. 363).

Com isso em mente, a análise empírica que se segue tentará integrar ambos os modelos, ao mesmo tempo em que investiga as hipóteses levantadas na seção anterior. O caso brasileiro, repleto de especificidades, vide a trajetória histórica que seguiu e sua configuração socioeconômica, torna o tema ainda mais relevante, podendo contribuir para um melhor entendimento acerca dos fatores determinantes para confiança em partidos políticos. Passemos a ele, portanto.

2.4 Adesão à Democracia e Atitude ante Partidos no Brasil

Esta seção busca descrever o terreno sobre o qual a presente pesquisa se assenta. Seu objetivo é descrever o nível de apoio às diversas dimensões de apoio elencadas pela literatura, dando-nos um cenário inicial sobre que tipo de conduta é predominante em relação ao regime e a partidos políticos no Brasil.

Os dados dessa dissertação são derivados de um questionário aplicado e coletado em 2014, num projeto conduzido pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP (NUPPS). No caso, foram entrevistadas 2000 pessoas, constituindo uma amostra representativa da população brasileira, por diversos municípios brasileiros. O banco originado dessa coleta segue um esforço da academia brasileira de registrar a opinião pública via *surveys*, tais como o ESEB, organizado pelo Cesop, da Unicamp.

Além disso, é fundamental frisar o contexto no qual esses dados foram coletados. A pesquisa foi feita no primeiro trimestre de 2014, sendo, portanto, anterior aos acontecimentos políticos que marcaram as eleições de 2014, realizadas em outubro, mas posterior às manifestações de junho de 2013. Em outras palavras, o presente trabalho capta o quadro generalizado de insatisfação para com partidos políticos que marcou as manifestações daquele ano. Por conseguinte, é de se esperar que os dados reflitam a explosão dessa insatisfação, em relação a *surveys* anteriores de natureza similar. A conjuntura é, portanto, essencial para analisar os dados que são revelados nesse estudo.

Iniciemos a análise empírica com a investigação do nível de apoio às dimensões de democracia, conforme o faz Norris (2011). Ou seja, analisa-se qual é o apoio da opinião pública nacional à comunidade política, ao regime, à sua performance e às suas autoridades.

Tabela 1 - Apoio às dimensões de apoio à democracia

Dimensão	Apoio
Comunidade Política	80,79*
Regime	67,71**
Performance	55,05***
Autoridades	29,75****

* Respondentes que afirmaram se sentir muito ou razoavelmente orgulhoso(a) de ser brasileiro(a); ** respondente que tinha o entendimento de que a democracia era o melhor regime; *** respondentes que deram nota maior ou igual a 6 à democracia brasileira; **** respondentes que afirmaram discordar muito ou pouco da frase de que as autoridades eram incompetentes. Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Vê-se um quadro similar àquele encontrado em outros países. Há um forte apoio à comunidade política, quase 81% da população afirmou ter muito ou algum orgulho de ser brasileiro. Em seguida, ainda em nível elevado, há considerável apoio ao regime. Quando perguntados se a democracia era a melhor forma de governo ou, a depender da situação, um regime autoritário seria mais apropriado, 67% dos respondentes afirmaram que a democracia era o melhor regime.

Mais uma vez conforme dados internacionais encontrados por Norris (2011), há razoável apoio à performance do regime democrático, em que pese estar num nível menor do que as duas dimensões anteriores. Quando demandados uma nota para a performance do regime, variando de 0 como muito ruim, até 10 como muito bom, mais da metade da amostra deu uma nota mínima de 6 para o regime. Por fim, o apoio às autoridades é visivelmente menor. Genericamente, apenas 3 em cada 10 brasileiros discordam da ideia de que as autoridades são incompetentes, denotando pequena deferência para com essas figuras.

Evidentemente, passamos sobre a quarta dimensão de apoio, já que a mesma será tratada em detalhes abaixo. Porém, vale refletir acerca das críticas que podem ser feitas às perguntas que visam mensurar o apoio a essas dimensões. Pode-se questionar se realmente é acessada a aderência à comunidade apenas com o orgulho de sua nacionalidade, como também pode-se questionar, como o fizeram Mishler e Rose (2001), de com quanta cautela se deve admitir esses resultados, sobretudo o apoio à democracia. Por essa razão que se empreendeu um esforço de tratar da aderência “prática” à democracia.

O *survey* realizou uma bateria de questões acerca de ações ou acontecimentos supostamente compatíveis com um regime democrático. Como se os respondentes concordavam com a ideia de que o governo deveria passar por cima das leis para resolver os problemas do país ou se o país funcionaria melhor com os militares no poder, etc¹². Com essas perguntas, elaborou-se uma variável que contava quantas afirmações compatíveis com uma atitude democrática o respondente concordava.

Como eram seis perguntas nessa bateria, o índice 0 indica que em todas as perguntas, o respondente concordou com atitudes anti-democráticas e/ ou autoritárias, ao passo que o número 6 acusa total concordância com as atitudes democráticas testadas.

¹² Compõem o índice as seguintes afirmações: i) se o governo deve passar por cima das leis para superar os problemas do país; ii) se em situações difíceis, o presidente deve se desvencilhar de partidos e do congresso e tomar decisões sozinho; iii) se os problemas do países seriam sanados com os militares no poder; iv) se valeria a pena dar um “cheque em branco” para um líder salvador; v) se o país seria melhor se existisse apenas um partido político; vi) se o respondente concordava com o fato de que só uma ditadura pode dar um jeito no Brasil.

Tabela 2 - Aderência Prática à Democracia

Aderência Prática	N	%
0	97	6,29
1	121	7,85
2	221	14,34
3	271	17,59
4	306	19,86
5	242	15,70
6	283	18,36

Fonte: NUPPS (2014).

A tabela acima demonstra que há uma pequena parcela da população francamente autoritária. Os respondentes que não estavam alinhados à nenhuma conduta democrática ou à apenas uma chegam a 15% da população. Por outro lado, são poucos os respondentes que se mostram consistentes em suas convicções democráticas, já que apenas 18% da amostra concordou com todas as afirmações democráticas, sendo que a maior parte dos respondentes concordou com 4 perguntas da bateria.

Gráfico 1 - Democracia como melhor forma de governo por Aderência Prática

Fonte: NUPPS (2014). $\chi^2=121,30$ (gl=12) $p<0,000$; V de Cramer= 0,20. Elaboração do autor.

O gráfico acima foi feito a partir de uma tabela de contingência entre a pergunta que media apoio à democracia – eixo Y – e os valores possíveis do que se chamou aderência prática – eixo X. No caso, dos indivíduos que não concordaram com nenhuma afirmação democrática – Aderência Prática igual a 0 – 37,08% concordaram com a ideia de que a democracia é a melhor forma de governo, ilustrando uma contradição e corroborando para o argumento de Mishler e Rose (2001) de que é necessário problematizar o apoio que se tem à democracia.

O mesmo é válido para indivíduos que concordaram com todas as questões da bateria – Aderência Prática igual a 6 –, 82,33% concordaram com a ideia de que a democracia é a melhor forma de governo. Consequente e aproximadamente, 18% avaliam que a democracia não é a melhor forma de governo, necessariamente, mesmo rechaçando condutas anti-democráticas e/ ou autoritárias. Por outro lado, é clara a tendência no gráfico de que maior a aderência prática, maior a aderência à democracia *per se*, algo ilustrado pela significância do teste de qui-quadrado.

Partindo efetivamente para as atitudes em relação a partidos políticos, apresenta-se a tabela abaixo. Nela, sistematizam-se todas as perguntas envolvendo opiniões dos respondentes a partidos políticos do *survey*. De forma que, menos da metade concorda com a ideia de que sem partidos não pode haver democracia (48,1%), de que o presidente deve ter uma relação com partidos (43,41%), que os partidos representam o eleitorado e o grupo que os apoiam, não eles próprios (31,81%) e de que eles são indispensáveis à democracia (31,06%).

Tabela 3 - Atitudes ante Partidos

Atitude	%
Sem Partidos não pode haver democracia	48,10
Relação com o presidente*	43,41
O que os partidos representam**	31,81
São indispensáveis à democracia	31,06
Existe algum partido que o representa	16,67
Muito ou próximo de algum partido	5,14
Atividade em partidos políticos	3,91

* Respondentes que defenderam a posição de que é melhor um presidente identificado com algum partido político; ** Respondentes que concordaram com a afirmação de que partidos representam o conjunto da população ou dos eleitores ou grupos que os apoiam. Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Não só, apenas 16% se sentem representados por algum partido, 5% se sentem muito ou razoavelmente próximos a qualquer partido brasileiro e 3,91% se engajam em alguma atividade partidária. A tabela 4 indica que o Partido dos Trabalhadores (PT) é o partido que mais tem respondentes que se sentem representados por ele (8,73%) e que sentem muito ou razoavelmente próximos a ele (22,87%).

Tabela 4 - Representatividade e Proximidade com os Partidos Brasileiros

	Representação (%)*	Proximidade (%)**
PSB	0,2	1,24
DEM	0,3	0,72
PSDB	0,95	3,93
PMDB	2,76	7,81
PT	8,73	22,87
Outros	2,6	9,06
Nenhum	84,44	54,37

* Partido que melhor representa o respondente; ** partido do qual o respondente está mais próximo.
 Fonte: NUPPS (2014).

Por fim, tratando-se da atitude em foco do trabalho, expõe-se a confiança que essas instituições têm. De 2000 pessoas, 53 afirmaram ter muita confiança em partidos políticos. Enquanto que 911 afirmaram ter nenhuma confiança nessas instituições, isso representa quase metade da amostra (45,73%). Em contraste – e em dados não apresentados aqui – partidos são as instituições que menos têm confiança do que todas as outras instituições do estudo, abordando um rol de outras 12 instituições, desde igrejas, sindicatos, empresários e forças armadas, até congresso, governo e as leis do país.

Tabela 5 - Confiança em Partidos Políticos

Confiança	Frequência	%
Muita Confiança	53	2,66
Alguma Confiança	252	12,65
Pouca Confiança	776	38,96
Nenhuma Confiança	911	45,73

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

A distribuição da desconfiança na amostra e consequentemente no país é suficiente para a afirmação subjacente da pesquisa de que os brasileiros não confiam, majoritariamente, em partidos políticos. Se adotássemos a mesma operacionalização de Carneiro (2014), por exemplo, onde indivíduos com muita e alguma confiança são aglomerados num só grupo, se teria apenas 15% da população, aproximadamente, confiando em partidos políticos. Sendo assim, o presente trabalho tomará a liberdade de partir da premissa de que não há confiança nessas instituições, tentando explorar os fatores que contribuem ou erodem a confiança em partidos políticos. Tarefa que finalmente a presente dissertação passa a se debruçar empiricamente a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISES PRELIMINARES DOS CONDICIONANTES DA CONFIANÇA EM PARTIDOS

3.1 Trajeto do Capítulo

O caminho que este capítulo segue é razoavelmente claro, uma vez que a discussão teórica e a descrição do estado da arte foram feitas nos capítulos 1 e 2, respectivamente. O objetivo é descrever a relação entre a confiança em partidos políticos e as variáveis independentes listadas no capítulo anterior.

Este é o primeiro capítulo empírico dessa dissertação, onde são realizados testes e análises descritivas do fenômeno de interesse, a partir dos fatores aduzidos como importantes pelos diversos expoentes da área. Os métodos são simples, analisam-se individualmente os argumentos da literatura via tabelas de contingência, testes de qui-quadrado e análises de correspondência.

Os dois primeiros são amplamente conhecidos. O propósito é de simplesmente destacar, quando cabível, grupos da amostra que teriam maior ou menor confiança em partidos para, em seguida, testar estatisticamente sua associação ou independência. Entretanto, o último método indicado – análises de correspondência – é menos recorrente. Essas análises transformam em fatores estatísticos as categorias das variáveis dependente e independente, demonstrando graficamente sua relação.

Sendo assim, em primeiro lugar tratamos das hipóteses de modelos racionalistas – informacional, avaliação procedimental, econômica e institucional – para, posteriormente, tratar daquelas que se inserem em modelos culturalistas – variáveis demográficas, confiança interpessoal e pós-materialista. Por fim, apresentam-se breves considerações dessa análise inicial.

3.2 Análise Descritiva da Hipótese Informacional

Iniciamos nossa análise descritiva tratando da chamada hipótese informacional. Recordando o cerne desta argumentação, tem-se que a avaliação e, conseqüentemente, o posicionamento do cidadão em relação a partidos políticos seriam afetados pelo viés negativo e crítico a essas instituições que veículos de comunicação, alegadamente, disseminam. No limite, o argumento é de que a despeito do desempenho dos partidos políticos, a avaliação feita dessas instituições seria “deturpada” pela mídia.

Para acessar essa hipótese, lança-se mão de pergunta feita em relação à quantidade de horas de TV consumidas pelo respondente em uma semana. À luz da argumentação mobilizada pela hipótese, à medida que esse “consumo” sobe, maior seria a predisposição do respondente em desconfiar de partidos políticos. Em tempo, sabe-se que esta talvez não seja a melhor maneira de avaliar essa hipótese, como argumenta Mesquita (2010). Por isso, no anexo deste trabalho se encontram as mesmas análises feitas abaixo, mas com uma operacionalização alternativa¹³. O mesmo procedimento é repetido para as demais hipóteses analisadas, tentando fornecer um quadro mais completo da variável dependente em foco e das variáveis independentes tidas pela literatura como relevantes.

Em primeiro lugar se apresenta o contingenciamento da variável independente em análise para a realização de testes qui-quadrado. Em seguida, são realizadas as análises de correspondência. O primeiro teste possui claras limitações, tais como a sensibilidade do tamanho da amostra, afetando a estatística encontrada¹⁴, e o fato de apenas apontar superficialmente uma associação ou independência aparente entre as variáveis. No entanto, acredita-se que esta seria uma etapa necessária para as análises subsequentes do capítulo quatro. Vale dizer que se usa o V de Cramer como ferramenta auxiliar dessa análise. Variando entre 0 e 1, o índice é uma maneira de acessar a força da associação entre as variáveis.

As análises de correspondência servem a dois propósitos. O primeiro é explicativo, já que se demonstra graficamente a relação entre as variáveis, de maneira clara. Nesse tipo de análise, as categorias das variáveis dependentes e independentes são transformadas em fatores, numa coordenada padronizada, ilustrando a proximidade que esses fatores têm, estatisticamente, entre si. Consequentemente, seu segundo propósito é de se apresentar como complemento à análise feita nas tabelas de contingência, possivelmente reforçando o cenário observado nessas tabelas.

Ademais, apresentou-se ao final do capítulo anterior a distribuição da confiança em partidos políticos no Brasil. Como se viu, a pesquisa apresentou as alternativas

¹³ No caso, o anexo apresenta o uso de diferentes variáveis independentes para as hipóteses elencadas aqui ou a operacionalização da variável dependente em quatro níveis, nenhuma, pouca, alguma ou muita confiança em partidos políticos.

¹⁴ Por essa razão, valores-*p* significantes serão tomados com extrema cautela, sem determinar, evidentemente, uma associação clara entre as variáveis. Por outro lado, valores-*p* não significantes serão interpretados como evidências mais críveis de que a variável independente em questão não está associada à confiança em partidos políticos.

possíveis em quatro níveis, nenhuma, pouca, alguma e muita confiança em partidos políticos. Carneiro (2014) opta, por exemplo, nesse tipo de estudos, por segregar a amostra em dois grupos. O primeiro deles seria daqueles que confiam em partidos, abrangendo respondentes que afirmaram ter muita ou alguma confiança em partidos, ao passo que o grupo daqueles que não confiam em partidos compreendem os respondentes que definiram ter nenhuma ou pouca confiança em partidos. Esse trabalho segue um caminho diferente. Dada a parca quantidade de pessoas com muita e alguma confiança em partidos, seria inviável a execução de tabelas de contingência com a realização de testes de qui-quadrado, pois muitas células teriam um valor inferior a 5, algo não permitido em testes de qui-quadrado. Como se viu, apenas 53 respondentes afirmaram ter muita confiança em partidos. Assim, a presente pesquisa tem três níveis na variável dependente. O primeiro é o de nenhuma confiança, seguido pelo de pouca confiança e o terceiro de “razoável confiança”, englobando respondentes de muita e alguma confiança. Com essa escolha, esperamos mitigar os óbices às análises descritivas e lidar com a assimétrica distribuição da variável dependente em foco.

Observando a tabela abaixo, não é possível encontrar uma tendência evidente à medida que o consumo de TV sobe, ante a confiança em partidos políticos. Considerando que os números entre parênteses indicam a porcentagem da coluna, tem-se que 13% e 14% dos indivíduos que não consomem TV e daqueles que consomem mais de 5 horas por semana, respectivamente, têm razoável – muita ou alguma – confiança em partidos políticos. Enquanto que nessa categoria, o pico é de 20% daqueles que consomem 4 horas. É no grupo que consome 5 horas que se encontra o menor contingente com razoável confiança em partidos. De modo que esse quadro oscilante inviabiliza a observação de um padrão claro entre as variáveis.

Tabela 6 - Contingenciamento Confiança e Consumo de TV em Horas

Confiança	0 horas	1 hora	2 horas	3 horas	4 horas	5 horas	Mais de 5
Razoável	9 (13)	42 (14)	74 (13)	93 (19)	54 (20)	12 (9)	18 (14)
Pouca	19 (26)	135 (43)	219 (39)	172 (36)	114 (41)	58 (41)	55 (42)
Nenhuma	45 (61)	136 (43)	267 (48)	220 (45)	107 (39)	72 (50)	58 (44)

$$\chi^2 = 30,89; \text{ gl} = 12; \text{ Pr} = ,002$$

$$V \text{ de Cramer} = 0,088$$

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

À exceção desse mesmo grupo de 4 horas, a moda para todos os demais é ter nenhuma confiança. Além de que no grupo de 1 hora, a distribuição de confiança é bimodal, de modo que 43% da amostra têm pouca confiança e outros 43% não têm

nenhuma. Evidentemente, não é apenas o consumo de TV em horas que pode afetar a confiança em partidos políticos, por isso essa variável será controlada por outras variáveis no capítulo seguinte. De todo modo, a tabela de contingência, o teste qui-quadrado e o V de Cramer fornecem indícios de que essa variável não estaria associada ao nível de confiança em partidos no Brasil.

Gráfico 2 – A. de Correspondência Confiança e Consumo de TV em Horas

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

O quadro é complementado pela análise de correspondência acima. Idealmente, espera-se numa análise de correspondência uma clara formação de “pares” ou grupos. Isto é, variáveis associadas teriam suas variáveis próximas umas das outras de maneira inteligível. Hipoteticamente, de acordo com essa hipótese, poder-se-ia esperar que a categoria da variável independente daqueles que consomem mais de 5 horas de TV semanalmente estivesse próxima da categoria da variável dependente “nenhuma confiança”¹⁵.

Em contrapartida, o que se vê no gráfico acima é uma nuvem de categorias formada de maneira aparentemente aleatória. Assim, à exceção da categoria daqueles

¹⁵ É digno de nota que as coordenadas em si não têm um valor próprio, a não ser a viabilização da plotagem dos dados.

que não consomem TV – isolada no quadrante superior esquerdo –, todas as demais categorias se encontram próximas. Da variável independente, a mais próxima de “razoável confiança” é daqueles que consome até 3 horas de TV. Sendo assim, a priori, o consumo de TV em horas é independente da confiança em partidos políticos.

3.3 Análise Descritiva da Hipótese da Avaliação Procedimental

A hipótese da avaliação procedimental argumenta que o apoio a partidos políticos – ou a outras dimensões do regime democrático – seria afetado pela qualidade dos “procedimentos” da democracia, tais como: aplicação da lei, realização das eleições, entre outros. Um “procedimento” que vem recebendo crescente atenção, em especial no Brasil é a corrupção (MOISÉS, 2013). Os desvios de conduta de agentes e autoridades públicas abalariam a credibilidade das instituições públicas e de seus integrantes por violar, direta ou indiretamente, a isonomia jurídica entre os indivíduos, o propósito encarnado pelas instituições e o respeito à coisa pública, um ataque à República, por assim dizer.

Assim, a avaliação de que a corrupção aumentou, por exemplo, contribuiria para o aumento da desconfiança em partidos políticos¹⁶. Ademais, supondo que a avaliação do quadro atual do combate à corrupção teria maior importância para a atitude em análise, instrumentaliza-se a avaliação feita da evolução do tema no Brasil.

Tabela 7 - Contingenciamento Confiança e Avaliação da Corrupção em Rousseff

Confiança	Piorou	Ficou Igual	Melhorou
Razoável	59 (9)	100 (14)	136 (25)
Pouca	226 (34)	296 (41)	230 (43)
Nenhuma	377 (57)	328 (45)	167 (32)
$\chi^2 = 104,41$; gl = 4; Pr = ,000			
V de Cramer = 0,164			

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Como se vê, os respondentes poderiam afirmar que a corrupção piorou no país ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff até 2014, momento de coleta do *survey*. Nesse caso, a corrupção teria aumentado. Em seguida, poderiam afirmar que a corrupção ficou igual ou melhorou, isto é, diminuiu. Ainda que se possa criticar a imprecisão do parâmetro dessa avaliação, já que não se especifica em relação a qual

¹⁶ O caso seria particularmente importante no país recentemente, dados os escândalos de corrupção que permearam a história política brasileira recente, além do ativismo de diversas instituições do sistema de integridade no Brasil, como por exemplo, a Polícia Federal, a extinta Controladoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República, sobretudo a PF e a PGR que tiveram e têm um papel importante na operação Lava Jato.

período a corrupção melhorou, ficou igual ou piorou; argumenta-se que essa é uma medida adequada da avaliação procedimental da democracia brasileira. Portanto, melhor avaliação, menor seria a desconfiança, conforme a hipótese.

Diferentemente do caso da hipótese informacional, a associação nesse caso é mais clara. Enquanto daqueles que afirmaram que a corrupção piorou, apenas 9% afirmaram ter razoável confiança, o mesmo índice sobe para 14% e 25%, respectivamente, para aqueles que viram uma estabilidade e uma melhora no combate à corrupção no país. A mesma trajetória pode ser observada para a categoria de pouca confiança e nenhuma confiança.

Nesta, daqueles que afirmaram que a corrupção piorou, 57% afirmaram não ter nenhuma confiança em partidos, ao passo que dos indivíduos que avaliaram uma melhora na corrupção, 32% afirmaram não ter nenhuma confiança, uma associação coadunada pelo valor-*p* encontrado, com uma força de associação de 0,164.

Gráfico 3 – A. de Correspondência Confiança e Avaliação Corrupção em Rousseff

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Na análise de correspondência feita com as categorias de avaliação procedimental, vê-se um quadro coerente e inteligível. As categorias de “pouca

confiança” e a avaliação de que a corrupção “ficou igual” estão muito próximas, da mesma maneira que as categorias de “nenhuma confiança” e a avaliação de que a corrupção “piorou”. Ainda que a distância entre as categorias de “razoável confiança” e a avaliação de que a corrupção “melhorou” seja maior daquela observada entre os demais fatores, é clara a associação entre esses. Como se verá em detalhe no capítulo seguinte, o quadro reforça o argumento desse trabalho que as hipóteses da literatura para explicar o apoio a partidos políticos são assimétricas. De todo modo, a priori, a associação entre avaliação procedimental e confiança em partidos políticos existe.

3.4 Análise Descritiva da Avaliação Econômica

Se, por um lado, a hipótese de avaliação procedimental foca em características eminentemente políticas, a hipótese econômica segue a racionalidade de uma avaliação economicista. A hipótese é simples e direta, melhor o desempenho da economia, maior a confiança. Focando mais uma vez no desempenho do governo Rousseff, mas desta vez sobre o prisma econômico, observa-se uma associação entre as variáveis.

Tabela 8 - Contingenciamento Confiança e Avaliação da Economia em Rousseff

Confiança	Piorou	Ficou Igual	Melhorou
Razoável	42 (8)	116 (15)	144 (22)
Pouca	181 (33)	299 (38)	287 (44)
Nenhuma	317 (59)	367 (47)	220 (34)
$\chi^2 = 88,79$; gl = 4; Pr = ,000			
V de Cramer = 0,15			

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Enquanto 8% dos respondentes afirmaram que a economia piorou e têm razoável confiança em partidos, 22% também têm razoável confiança, mas avaliam uma melhora no cenário econômico. Ademais, se daqueles que reconheceram uma piora no cenário econômico, 59% não tinham nenhuma confiança em partidos políticos, o índice cai para 34% entre aqueles que afirmaram que a economia melhorou no período em questão.

Gráfico 4 - A. de Correspondência Confiança e Aval. Economia em Rousseff

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Por sua vez, diferentemente do cenário inteligível da análise de correspondência feita com as hipóteses de avaliação procedimental, as hipóteses de avaliação econômica engendram uma análise equivalente contraditória. As categorias de que a economia “melhorou” e “pouca confiança” estão próximas, de modo que a hipótese sugeriria uma proximidade maior entre essa dimensão de avaliação e “razoável confiança”. Em geral, não é possível desprender uma conclusão inicial clara a partir desse quadro, sobretudo se considerarmos que ele contradiz a associação ilustrada na tabela de contingência. A depender dos controles aplicados, essa variável pode revelar um impacto claro sobre a atitude que é objeto desse trabalho, algo realizado no capítulo seguinte.

3.5 Análise Descritiva da Avaliação Institucional

Como se disse no capítulo anterior, a hipótese de que diferenças institucionais afetariam as atitudes de cidadãos, tais como confiança em partidos políticos, é comumente analisada em perspectiva comparada. De modo que se testa se regimes presidencialistas teriam uma correlação maior com o contentamento de cidadãos, em relação a regimes parlamentaristas, por exemplo.

A racionalidade por trás desses questionamentos é de que diferentes instituições engendram uma quantidade diferente de “vencedores”, isto é, de eleitores que avaliam que seus interesses são contemplados por incumbentes. Assim, manifestar alguma proximidade com o partido que ocupa a presidência nacional poderia estar associada à uma maior confiança em partidos, genericamente.

O argumento se enquadra numa hipótese de avaliação institucional e num modelo racionalista, pois se faria uma avaliação da performance de partidos políticos em geral que, por sua vez, é caudatária da relação que se estabelece entre o indivíduo e o partido político de sua preferência, no caso, aquele que o ocupa o Executivo nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Portanto, dividiu-se os respondentes em dois grupos. O primeiro é constituído por aqueles que escolheram o PT como seu respectivo partido “predileto”, denominados de “vencedores-partidários”. Os demais foram denominados de “perdedores-não partidários”. A expectativa é que os vencedores tenham maiores chances de confiar em partidos políticos. É digno de nota, ainda, que não só o PT ocupava a presidência no momento de realização da pesquisa, como foi o partido com o maior contingente de pessoas manifestando representatividade, predileção ou proximidade.

Tabela 9 - Contingenciamento Confiança e Partidário Vencedor (2010)

Confiança	Perdedor-Não Partidário	Vencedor-Partidário
Razoável	170 (12)	135 (26)
Pouca	558 (38)	218 (41)
Nenhuma	737 (50)	174 (33)
		$\chi^2 = 76,10; gl = 2; Pr = ,000$
		V de Cramer = 0,195

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Conforme as expectativas, vencedores e partidários do PT aparentam estar associados à uma maior confiança em partidos políticos. Desses, 26% afirmaram que tinha muita ou alguma confiança em partidos, diferentemente dos 12% dos perdedores. A diferença entre os grupos continua sendo grande entre aqueles que não possuem nenhuma confiança em partidos. Metade dos perdedores não tinha nenhuma confiança em partidos políticos, ao passo que dos vencedores, apenas um terço afirmou não ter nenhuma confiança.

Gráfico 5 - A. de Correspondência Confiança e "Partidário Vencedor" (2010)

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

A razoável associação demonstrada no contingenciamento das variáveis – além das estatísticas encontradas – é corroborada na análise de correspondência. Em que pese a distância conservada entre os fatores, a categoria de “razoável confiança” está no quadrante mais próximo da categoria “vencedores-partidários”, e claramente as categorias de “nenhuma confiança” e “perdedores-não partidários” estão próximas.

Reitera-se que o quadro pode contribuir para o que se argumentará mais adiante de que as hipóteses levantadas pela literatura têm, ao menos no caso brasileiro, um efeito assimétrico. Por ora, revela-se uma associação entre a identificação com o partido vencedor das eleições presidenciais de 2010 e a confiança em partidos políticos.

3.6 Análise Descritiva das Variáveis Demográficas

Diferentemente das análises descritivas empenhadas até aqui, não é possível prever a associação entre a confiança em partidos e sexo, renda, escolaridade ou idade. Essa associação não poderia ser antevista teoricamente, a despeito da comunidade política em questão, pois essas associações seriam histórica e coletivamente constituídas no bojo de cada sociedade.

Tabela 10 - Contingenciamento Confiança e Sexo

Confiança	Feminino	Masculino
Razoável	156 (15)	149 (16)
Pouca	395 (38)	381 (40)
Nenhuma	485 (47)	426 (44)
		$\chi^2 = 1,02$; gl = 2; Pr = ,6
		V de Cramer = 0,027

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Sendo assim, passemos à análise de como se dá a relação entre confiança em partidos e o sexo. Na tabela acima denota-se que não existe nenhuma associação aparente entre as variáveis. A maior diferença registrada é de 3 pontos percentuais, na categoria de nenhuma confiança. Ademais, não só a força da associação é muito baixa (0,027), como o teste qui-quadrado realizado não permite rejeitar a hipótese nula, sugerindo que as variáveis são independentes entre si.

Gráfico 6 - A. de Correspondência Confiança e Sexo

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

A quase sobreposição da categoria “nenhuma confiança” e o sexo feminino contradiz o contingenciamento feito acima, em que pese o fato de que essa mesma categoria da variável dependente ser a mais próxima do sexo masculino. Ainda que com

as devidas precauções, pode-se esperar nos testes subsequentes a inexistência de uma grande diferença na confiança em partidos entre brasileiros e brasileiras.

Partindo para a análise descritiva da renda, optou-se por tratar dessa relação com a classe social, partindo do grupo mais pobre, classe E, até o grupo mais rico, classes A2 e A1¹⁷.

Tabela 11 - Contingenciamento Confiança e Classe Social

Confiança	E	D	C2	C1	B2	B1	A2 e A1
Razoável	8 (35)	47 (15)	80 (17)	90 (15)	55 (13)	14 (9)	11 (30)
Pouca	8 (35)	103 (34)	179 (37)	239 (42)	172 (42)	59 (39)	16 (43)
Nenhuma	7 (30)	157 (51)	223 (46)	250 (43)	186 (45)	78 (52)	10 (27)
$\chi^2 = 28,51$; gl = 12; Pr = ,005							
V de Cramer = 0,084							

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Tratemos em primeiro lugar daqueles que afirmaram ter razoável confiança em partidos políticos. Não existe uma grande diferença entre as classes D e B1, de forma que não é possível desprender uma tendência do comportamento da variável dependente à medida que se avança na pirâmide social. As extremidades da distribuição apresentam os maiores índices de razoável confiança, contudo, se argumenta que isso se deva ao pequeno tamanho da amostra nesses grupos, relativizando os resultados encontrados. Mesmo se pudéssemos admitir seus dados sem reservas, os mesmos inviabilizariam uma inferência de como a confiança evolui, a depender de classes sociais, já que são justamente nos grupos mais rico e mais pobre que os maiores índices de razoável confiança são encontrados.

Em segundo lugar, a categoria de pouca confiança. As diferenças entre as classes sociais são ainda menores. O grupo que teve o maior contingente da amostra se localizando nessa categoria da variável dependente foi o mais rico, classes A2 e A1, 1% a mais que as classes C1 e B2, uma diferença irrisória. Por fim, a última categoria de confiança em partidos também não apresenta grandes variações. Novamente, os grupos que se apresentam de maneira mais destoante são os mais ricos, A2 e A1, e os mais pobres, E. A análise de correspondência realizada visa elucidar a aparente dissociação entre as variáveis.

¹⁷ A junção dessas duas classes, A2 e A1, se deve à necessidade de realizar o teste de qui-quadrado, pelo reduzido número de indivíduos localizados na classe A1, isoladamente.

Gráfico 7 - A. de Correspondência Confiança e Classe Social

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

As classes D e C2 são as mais próximas da categoria de “nenhuma confiança”. De modo que as categorias mais pobres, depois da E, aparentemente não têm nenhuma confiança em partidos. B2 e B1 estão mais próximas da categoria de muita confiança. No entanto, as categorias mais ricas B1 e A2/A1 se encontram em posições opostas no plano, impedindo a derivação de uma associação clara entre classe social, um *proxy* para renda, e confiança em partidos políticos. Como a variável anterior, classe social parece ser, a priori, independente da confiança em partidos políticos.

Em seguida tratamos da relação com escolaridade. Dividindo os respondentes de acordo com o *survey*, são 8 as categorias, partindo de analfabeto ou primário incompleto, passando pelos demais níveis da educação brasileira, tendo sido completados ou não, até a pós-graduação, categoria abreviada pelo numeral VIII na tabela abaixo.

Tabela 12 - Contingenciamento Confiança e Escolaridade

Confiança	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Razoável	39 (17)	26 (12)	72 (19)	21 (15)	33 (16)	81 (15)	10 (9)	23 (12)
Pouca	94 (41)	83 (39)	123 (33)	46 (32)	91 (42)	212 (41)	40 (39)	87 (43)
Nenhuma	97 (42)	101 (48)	177 (48)	75 (53)	91 (42)	226 (44)	53 (42)	91 (45)

 $\chi^2 = 21,44$; gl = 14; Pr = ,091

V de Cramer = 0,073

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor. Legenda: I, Analfabeto; II, Primário Completo; III, Ginásio Incompleto; IV, Ginásio Completo; V, Colégio Incompleto; VI, Colégio Completo; VII, Universitário Incompleto; VIII, Universitário Completo ou Pós-Graduação.

Adotando a mesma estratégia na análise feita por classes sociais, vê-se no primeiro nível – razoável confiança – que não existe uma tendência clara na evolução dentro do sistema de ensino, tampouco grandes diferenças entre os grupos. O maior deles concentra 19% com razoável confiança – ginásio incompleto (III) – 2% a mais que o grupo de analfabetos (I) – 17%. O mesmo se repete nos demais níveis.

Gráfico 8 - A. de Correspondência Confiança e Escolaridade

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Não bastasse a fraca associação revelada no teste de qui-quadrado, a análise de correspondência ilustra graficamente como as categorias se relacionam de maneira

independente. De forma que se reforça o quadro de que essa variável não afeta a confiança em partidos políticos.

Tabela 13 - Contingenciamento Confiança e Faixa Etária

Confiança	De 16 a 24	De 25 a 34	De 35 a 44	De 45 a 59	De 60 ou mais
Razoável	60 (15)	64 (15)	48 (13)	84 (18)	49 (15)
Pouca	161 (41)	164 (38)	156 (42)	163 (35)	132 (40)
Nenhuma	175 (44)	204 (47)	167 (45)	217 (47)	148 (45)
$\chi^2 = 7,62$; gl = 8; Pr = ,471					
V de Cramer = 0,043					

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Dividindo a amostra em 5 faixas etárias, também não é possível derivar uma associação entre as variáveis. A moda de todos os grupos é a categoria de nenhuma confiança.

Gráfico 9 - A. de Correspondência Confiança e Faixa Etária

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Corroborada pela análise de correspondência, chega-se ao final desta seção com a inicial conclusão que nenhuma das variáveis demográficas estaria associada a diferentes níveis de confiança. A princípio, o quadro se justifica pelo tamanho do contingente da população total que não tem nenhuma ou apenas pouca confiança em

partidos políticos. Abrangendo aproximadamente 85% da amostra, a desconfiança atravessa divisões sociais, erodindo eventuais expectativas de que determinado grupo tivesse maior propensão a desconfiar de partidos políticos.

3.7 Análise Descritiva da Hipótese de Confiança Interpessoal

A hipótese de confiança interpessoal não elucida explicitamente de que maneira a confiança que se tem nos concidadãos de uma sociedade poderia contribuir para uma maior confiança em partidos ou apoio a outras dimensões de apoio à democracia. Ainda que o mecanismo causal não seja facilmente desvelado, a correlação é intuitivamente clara, maior a confiança nos demais cidadãos de sua comunidade política, maior seria a confiança em partidos políticos. Vale dizer ainda que o baixo nível de confiança interpessoal não é reflexo da conjuntura em que se coletaram as informações dessa pesquisa. Se recorrermos, por exemplo, ao WVS, pode-se observar que nas três ondas que o Brasil fez parte da pesquisa, 1989, 2005 e 2010, o país apresentava 6,4, 9,2 e 6,5%, respectivamente, de confiança interpessoal. Conforme pode ser observado no anexo, o índice em 2014, nessa pesquisa, ficou em torno de 9,7%.

Vejamos os níveis de confiança em partidos entre aqueles que afirmaram não ter nenhuma confiança interpessoal. Desses, 5% afirmaram que tinham razoável confiança em partidos políticos, ao passo que 7 entre 10 afirmaram não ter nenhuma confiança em partidos políticos. Em compensação, quando se desloca para os indivíduos com maior muita confiança interpessoal 42% afirmam ter razoável confiança em partidos políticos. Ao passo que apenas 24% defenderam que não tinham nenhuma confiança em partidos políticos.

Tabela 14 - Contingenciamento Confiança e Confiança Interpessoal Ordinal

Confiança	Nenhum C.	Pouco C.	Algum C.	Muito C.
Razoável	25 (5)	111 (12)	137 (27)	31 (42)
Pouca	114 (25)	431 (45)	205 (40)	25 (34)
Nenhuma	313 (70)	404 (43)	172 (33)	17 (24)
$\chi^2 = 229,60$; gl = 6; Pr = ,000				
V de Cramer = 0,24				

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

A análise de correspondência corrobora a associação aparente entre as variáveis. Existe a clara configuração de pares no plano, as categorias de pouca confiança se encontram muito próximas, bem como as de nenhuma confiança. A categoria de “razoável confiança” em partidos políticos parece estar numa posição grosso modo

equidistante entre muita e alguma confiança interpessoal, reforçando a tese de que maior a confiança interpessoal, maior a confiança em partidos políticos.

Gráfico 10 - A. de Correspondência Confiança e Confiança Interpessoal Ordinal

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Sendo assim, para os testes subsequentes, as variáveis de confiança interpessoal podem apresentar um efeito claro sobre a confiança em partidos políticos, à luz da aparente associação revelada até aqui.

3.8 Análise Descritiva do Proxy de Pós-Materialismo

A maneira de “identificar” indivíduos pós-materialistas é objeto de intenso debate. Sugerida por Inglehart e empregada no World Value Survey, pede-se ao respondente para estabelecer uma lista de prioridades que deveriam ser aplacadas pelo Estado, entre 4 propostas pela pesquisa. Duas das temáticas seriam “materialistas” como controle da inflação e geração de empregos, as restantes estariam associadas a pautas LGBT ou sustentabilidade, por exemplo. O indivíduo que escolhesse as duas agendas pós-materialistas seriam enquadrados como membros desse grupo.

Mesmo assim, essa forma é passível de críticas. Dar prioridade ao controle da inflação ou geração de empregos, sobretudo num momento de crise econômica, não

implica que esse mesmo indivíduo não dê nenhuma importância às outras pautas, consideradas pós-materialistas. O *survey* mobilizado na pesquisa não realiza essa pergunta, de modo que a alternativa proposta é criar um termo interativo entre renda e escolaridade, onde maior o valor encontrado, maior seria a possibilidade de o indivíduo ser pós-materialista, já que Inglehart argumenta que esse tipo de indivíduo “emerge” uma vez conquistada certa estabilidade socioeconômica, via renda e escolaridade.

Evidentemente que essa proposta de operacionalização da hipótese pós-materialista é passível de críticas. Pode-se questionar que a interação entre renda e escolaridade estaria acessando a suposição do argumento pós-materialista de que apenas indivíduos seguros em termos socioeconômicos teriam condições de desenvolver valores pós-materialistas, sem captar, efetivamente, seus valores. Ou seja, a estabilidade socioeconômica seria condição necessária, mas não suficiente para o compartilhamento de valores pós-materialistas, fazendo com que a operacionalização proposta seja inadequada para distinguir aqueles que possuem, de fato, esses valores, daqueles que não possuem. Contudo, defende-se a proposta de operacionalização de duas maneiras. Em primeiro lugar, indivíduos mais ricos e escolarizados teriam uma maior propensão a desenvolverem valores pós-materialistas. Assim, embora seja plausível supor que nem todos indivíduos nesse recorte sejam pós-materialistas, esse grupo seria aquele com a maior quantidade de indivíduos que compartilham desses valores. Em segundo lugar, o questionário que baseia essa dissertação não dispõe de perguntas mais eficientes para auferir um conjunto tão específico de valores.

Reconhece-se que essa não é uma maneira de diretamente acessar o argumento, mas um *proxy* para o pós-materialismo. Logo, os resultados devem ser admitidos com extrema precaução. Pesquisas futuras fazem-se necessárias para dimensionar, de maneira precisa, o efeito pós-materialista, se ele houver. Ademais, dado que a pesquisa atual vem adotando uma estratégia de contingenciar as variáveis independentes com a dependente, dividiu-se, para efeitos ilustrativos, a amostra de acordo com seus quartis, como se vê na tabela abaixo.

Tabela 15 - Contingenciamento Confiança e Quartis de Proxy Pós-Materialismo

Confiança	1°	2°	3°	4°
Razoável	82 (16)	91 (17)	73 (16)	59 (12)
Pouca	192 (38)	181 (35)	204 (42)	199 (42)
Nenhuma	235 (46)	252 (48)	202 (42)	222 (46)

 $\chi^2 = 11,74$; gl = 6; Pr = ,068

V de Cramer = 0,054

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Decorrente da operacionalização ou das evidências *per se*, é fato que as variáveis se mostram independentes. Não só pela estatística qui-quadrado encontrada, mas também pela distribuição da amostra. Inexistem grandes diferenças entre os grupos, a depender dos níveis de confiança.

A análise de correspondência abaixo realizada com os mesmos quartis contribui, novamente, para a impressão de que essas variáveis se relacionam de maneira independente. Assim, realizadas as análises descritivas, podemos passar à sistematização dos achados encontrados até aqui para, enfim, investigar essas hipóteses e elaborar uma resposta de porque os brasileiros não confiam em partidos políticos.

Gráfico 11 - A. de Correspondência Confiança e Quartis Proxy Pós-Materialismo

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

3.9 Considerações da Análise Descritiva

Pelo fato de incluirmos os controles de todas essas variáveis no capítulo seguinte, as inferências feitas a partir desses testes são preliminares. Aduz-se, no entanto, que o presente capítulo se faz necessário e fornece indícios importantes de como se dá a relação entre as diversas variáveis independentes elencadas pela literatura e a confiança em partidos políticos, sendo um primeiro passo importante para o desenvolvimento de uma explicação de porquê, ao menos atualmente, os brasileiros não confiam em partidos políticos.

Tratemos em primeiro lugar das hipóteses racionalistas. A informacional, que se debruça sobre a relação entre a mídia e a confiança em partidos políticos, parece não encontrar evidências para sua sustentação nesse trabalho. Não só o consumo de TV parece estar independente da confiança em partidos políticos, como inexiste uma tendência no consumo de TV, em horas, e a atitude objeto de estudo nesse trabalho.

Em contrapartida, as hipóteses avaliativas – procedimental, econômica e institucional – apontam para uma relação mais clara, inclusive conforme aduz os argumentos teóricos que as fundamentam. Sistemáticamente, maior a avaliação ou a proximidade com o partido que ocupa a presidência nacional, menor era a desconfiança nos partidos políticos.

É instigante ressaltar que, se por um lado as categorias dessas variáveis independentes claramente mitigavam a desconfiança em partidos políticos, por outro, a avaliação positiva não se traduzia em confiança, automaticamente, algo que ficou implícito na distância conservada nas análises de correspondência com a categoria de razoável confiança; ponto este que retornaremos adiante.

Em segundo lugar, passemos para as hipóteses inseridas no bojo culturalista. Os testes ilustraram que as variáveis demográficas testadas aqui não têm, isoladamente, uma relação clara com a confiança em partidos políticos. Na verdade, a confiança em partidos políticos parece não variar entre brasileiros e brasileiras, ricos e pobres, analfabetos ou pós-graduados ou jovens e idosos. O quadro sugere que a desconfiança em partidos políticos atravessa essas clivagens.

A variável de confiança interpessoal apresentou uma importância considerável, já que se mostrou claramente associada à confiança em partidos políticos. A análise de correspondência referente à hipótese é indubitável, os pares formados indicam uma

clara aproximação. Finalmente, o argumento pós-materialista parece não se aplicar no caso brasileiro. No entanto, as limitações da medida proposta exigem que a relação exposta seja investigada mais uma vez, possivelmente com a “tradicional” medida de pós-materialismo presente em outras pesquisas.

CAPÍTULO 4 – INVESTIGANDO OS EFEITOS DOS CONDICIONANTES DA LITERATURA: HIPÓTESES ASSIMÉTRICAS E EXPLICAÇÕES

4.1 Detalhamento do Método e Trajetória do Capítulo

Nesse capítulo, realizar-se-ão regressões logísticas ordinais para dimensionar os efeitos das variáveis tidas como relevantes pela literatura, controlando por outras. Sumariamente, a regressão logística é um método inferencial que estima o impacto de uma variável independente, x , afetar a probabilidade de y ocorrer. Consequentemente, nesse exemplo a variável dependente, y , varia entre 0 e 1. Essas são as chamadas regressões logísticas binárias.

Contudo, a variável dependente desse trabalho não é binária, exigindo outro tipo de método. No caso, opta-se pelas regressões logísticas ordinais. Como o próprio nome indica, supõe-se que a variável dependente assume diferentes categorias que, entre si, constituem um ordenamento. Afinal, as três formas possíveis da variável dependente desse trabalho são nenhuma, pouca ou razoável confiança. Por essa razão, inclusive, que se preferiu a opção de empenhar esforços em regressões logísticas multinomiais.

A principal diferença produzida por essa escolha são os chamados pontos de corte. Como se verá nas tabelas abaixo, apresentam-se dois pontos de corte. Isso acontece, pois são três as categorias que y pode assumir. Logo, em todas as tabelas abaixo, o ponto de corte 1 indica o valor que determina, estatisticamente, o intercepto de y igual a 0, no caso, razoável confiança. Os valores compreendidos entre os pontos de corte 1 e 2 determinam estatisticamente o intercepto de y igual a 1, pouca confiança. Enfim, o ponto de corte 2 indica o intercepto que determina estatisticamente os valores de y igual a 3, nenhuma confiança.

Com efeito, a operacionalização proposta e detalhada acima implica que coeficientes positivos indicam um fator que *aumenta* a probabilidade de se ter nenhuma confiança em partidos políticos; ou, em outras palavras, a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Por outro lado, coeficientes negativos indicam um fator que *diminui* a probabilidade de se ter nenhuma confiança em partidos políticos. Outra ressalva que deve ser feita para a leitura dos resultados apresentados a seguir é a distinção importante entre os coeficientes estimados, β , em relação aos mesmos coeficientes encontrados em regressões lineares.

Nessas últimas, o coeficiente β estimado de x se traduz, intuitivamente, num efeito claro em y . Isto é, suponha que se realize uma regressão linear simples, onde x se remete a peso e y à altura. De modo que o modelo precisará o efeito do peso, x , sobre a altura, y . Um coeficiente β estimado de 2,5 significa que para cada unidade adicional de peso, a altura será 2,5 centímetros maior. Em regressões logísticas isso não é possível, já que os coeficientes estimados são as razões de chances em base logarítmica. Assim, não é possível afirmar que numa regressão logística, onde o coeficiente β de x sendo de 2,5; à cada unidade de x , y tem uma probabilidade 2,5% maior de ocorrer, hipoteticamente.

Portanto, ainda que úteis para a estimação de coeficientes, já que supõem uma linearidade entre x e y , as razões de chances em base logarítmica não permitem uma simples interpretação. Por essa razão, são incluídas na tabela as razões de chance, simplesmente a conversão da probabilidade logística por sua função exponencial, $Exp(\beta)$. Sucintamente, um coeficiente de $Exp(\beta)$ igual a 2,5, sendo x uma variável binária, indica que quando x é igual a 1, y tem 2,5 mais chances de ocorrer, do que quando x é igual a 0. É digno de nota também que as razões de chance variam entre 0 e o infinito positivo, assim, um coeficiente negativo nas razões de chances em base logarítmica implica numa razão de chance menor que 1. Hipoteticamente, se o coeficiente de $Exp(\beta)$ for igual a 0,75, quando x for igual a 1, y tem 25% menos chances de ocorrer, do que quando x é igual a 0.

Enfim, antes de detalharmos o trajeto do capítulo e partir definitivamente para os testes empíricos, vale lembrar que todas as variáveis serão investigadas com os controles das variáveis avaliativas – procedimental, econômica e institucional –, além das variáveis de confiança interpessoal¹⁸ e engajamento partidário.

As variáveis avaliativas e confiança interpessoal são incluídas como controle, à luz dos resultados apresentados no capítulo anterior, onde, nos testes descritivos, se mostram sistematicamente associadas à confiança em partidos políticos. Em compensação, a variável de engajamento partidário é incluída, pois é plausível supor

¹⁸ Diferentemente do capítulo anterior que se usou a variável multinominal de confiança interpessoal, nesse capítulo usar-se-á a variável binária por fins ilustrativos. No caso, a categoria de referência são os respondentes que afirmaram que “todo cuidado é pouco quando se relaciona com outras pessoas” e a categoria de sucesso é atribuída àqueles respondentes que afirmaram ser possível “confiar na maioria das pessoas”, tendo, portanto, confiança interpessoal.

que respondentes que participam de agremiações partidárias tenham um viés consideravelmente positivo para confiar em partidos políticos.

Sendo assim, inicialmente parte-se para a investigação dos efeitos das variáveis chamadas demográficas e do *proxy* para pós-materialismo. Em seguida, trata-se do argumento da hipótese informacional, para, por fim, tratar dos efeitos isolados dessas mesmas variáveis avaliativas e de confiança interpessoal. Argumenta-se que o modelo que inclui as variáveis avaliativas, a de confiança interpessoal e de engajamento partidário seja o mais apropriado para a investigação do fenômeno de interesse deste trabalho. A partir dessa argumentação, o modelo em si será investigado e serão mensuradas as probabilidades de se confiar ou não em partidos políticos. Essa investigação dará evidências, assim defende esse trabalho, de que as hipóteses da literatura são assimétricas. O trajeto permitirá que nas conclusões se desenvolva um argumento de porquê os brasileiros não confiam em partidos políticos.

4.2 Avaliando Efeitos de Características Demográficas, Pós-Materialismo e do Consumo de TV

Bem como nos exames descritivos feitos no capítulo 3, o sexo aparenta não importar na confiança em partidos políticos. Seja controlando apenas pelas demais variáveis demográficas, seja controlando pelas variáveis avaliativas – modelos (1) e (2), respectivamente –, não só os coeficientes de sexo não são significantes como ficam sistematicamente próximos a 0, nas colunas de β . Frisa-se que as variáveis avaliativas, de confiança interpessoal e de engajamento partidário são tratadas em maior detalhe nos últimos modelos, em que pese a evidente importância que essas têm em todos os modelos.

Avaliando os efeitos da classe social sobre a confiança em partidos políticos, também não é possível identificar um efeito claro. Lembrando que a categoria de referência dessa variável é a classe E, de modo que os coeficientes de $Exp(\beta)$ indicam as chances de se ter nenhuma confiança em partidos políticos, em relação à classe E. Assim, ser da classe D, no modelo 1, aparenta ter algum efeito positivo sobre a probabilidade de se ter nenhuma confiança em partidos políticos, ainda que a evidência estatística seja parca. No modelo 2, a baixa significância encontrada no modelo 1 desaparece.

Isso permite afirmar que a renda não afeta, positiva ou negativamente, a probabilidade de se confiar em partidos políticos, corroborando o argumento de que a desconfiança em partidos políticos corta, transversalmente, a sociedade brasileira também sobre clivagens socioeconômicas.

Um quadro similar emerge com a variável educacional. Tendo como categoria de referência os respondentes analfabetos ou com primário incompleto, apenas no modelo 2 é possível observar que indivíduos com primário completo, ginásio completo e universitário incompleto têm mais de chances de desconfiar de partidos políticos, 61%, 59% e 69%, aproximada e respectivamente, ainda que, há de se ponderar, a evidência estatística seja pequena, isto é, não apresentam significância estatística ante limiares mais rigorosos, tais como um nível de significância de 1%. Ademais, dado que não existe uma tendência observável no prisma educacional, pode-se argumentar que maior escolaridade não implica em menor ou maior probabilidade de se confiar em partidos políticos.

Tabela 16 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (1) e (2)

	(1)		(2)	
	(β)	Exp(β)	(β)	Exp(β)
Sexo	-0,089 (0,09)	0,915 (0,079)	-0,040 (0,09)	0,961 (0,08)
D	0,898* (0,43)	2,454* (1,04)	0,696 (0,44)	2,004 (0,89)
C2	0,644 (0,42)	1,904 (0,80)	0,432 (0,44)	1,540 (0,67)
C1	0,562 (0,42)	1,753 (0,73)	0,274 (0,44)	1,314 (0,57)
B2	0,624 (0,43)	1,865 (0,79)	0,379 (0,45)	1,460 (0,65)
B1	0,822 (0,46)	2,273 (1,03)	0,506 (0,48)	1,658 (0,79)
A2 e A1	-0,299 (0,53)	0,741 (0,39)	-0,609 (0,55)	0,543 (0,29)
Primário Completo	0,265 (0,19)	1,303 (0,24)	0,478* (0,20)	1,612* (0,31)
Ginásio Incompleto	0,180 (0,17)	1,197 (0,20)	0,340 (0,18)	1,405 (0,25)
Ginásio Completo	0,433 (0,22)	1,542 (0,33)	0,468* (0,23)	1,596* (0,36)
Colegial	0,077	1,080	0,060	1,061

Incompleto	(0,20)	(0,22)	(0,21)	(0,22)
Colegial	0,103	1,080	0,112	1,118
Completo	(0,17)	(0,19)	(0,18)	(0,20)
Universitário	0,444	1,558	0,530*	1,698*
Incompleto	(0,25)	(0,39)	(0,27)	(0,45)
Universitário ou mais	0,260	1,297	0,380	1,462
	(0,22)	(0,29)	(0,23)	(0,34)
Idade	-0,001	0,998	-0,001	0,998
	(0)	(0,02)	(0)	(0)
Tom de Pele	-0,022	0,977	-0,010	0,990
	(0,02)	(0,01)	(0,02)	(0,01)
Engajamento	-1,524***	0,217***	-1,258***	0,284***
Partidário	(0,24)	(0,05)	(0,25)	(0,07)
Corrupção Igual			-0,273*	0,761*
			(0,12)	(0,08)
Corrupção Melhor			-0,705***	0,493***
			(0,14)	(0,06)
Economia Igual			-0,345**	0,707**
			(0,12)	(0,08)
Economia Melhor			-0,567***	0,567***
			(0,14)	(0,05)
Vencedor			-0,575***	0,562***
Partidário			(0,10)	(0,05)
Confiança			-1,001	0,367
Interpessoal			(0,15)	(0,05)
Ponto de Corte 1	-1,187*		-2,278***	
	(0,47)		(0,50)	
Ponto de Corte 2	0,750		-0,173	
	(0,47)		(0,50)	
χ^2 (gl)	71,02 (17) ***		267,32 (23) ***	
Pseudo-R ²	0,017		0,069	
N	1985		1898	

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Notas: categoria de referência da variável sexo: feminino; categoria de referência da variável renda: E; categoria de referência da variável escolaridade: analfabeto; categoria da variável de avaliação da corrupção: piorou; categoria de referência da variável de avaliação da economia no próximo ano: pior; categoria de referência da variável de partidário do vencedor: não partidário/perdedor; categoria de referência da variável de confiança interpessoal: sem confiança interpessoal; categoria de referência da variável de engajamento em partidos políticos: raramente se engaja, * p<,05; **p<,01; ***<,001. Desvio padrão entre parênteses.

Idade e tom de pele também não afetam a confiança em partidos políticos, seja no modelo 1 ou 2. Vale lembrar que no capítulo anterior não se incluiu a variável de tom de pele pela impossibilidade de realizar os testes na ocasião, a saber, tabelas de contingência e análises de correspondência, pois o tom de pele foi registrado no *survey*

num contínuo preenchido pelo entrevistador, partindo do tom mais claro, 0, para o mais escuro, 10.

Passando para os modelos 3 e 4, que testam, sobretudo, o *proxy* para pós-materialismo, incluímos também as variáveis de renda e escolaridade, já que esse *proxy* é um termo interativo constituído por essas variáveis. Mais uma vez, as variáveis não se mostram significantes e não permitem afirmar que essas sejam condicionantes para a confiança em partidos políticos no Brasil. Embora, é bem verdade, os três primeiros níveis educacionais tenham se mostrado moderadamente significantes no modelo 4.

Tabela 17 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (3) e (4)

	(3)		(4)	
	(β)	Exp(β)	(β)	Exp(β)
D	0,936* (0,43)	2,550* (1,08)	0,713 (0,44)	2,045 (0,90)
C2	0,707 (0,43)	2,027 (0,86)	0,465 (0,44)	1,592 (0,70)
C1	0,660 (0,44)	1,935 (0,85)	0,334 (0,46)	1,396 (0,64)
B2	0,768 (0,49)	2,154 (1,04)	0,471 (0,51)	1,601 (0,81)
B1	1,028 (0,58)	2,794 (1,63)	0,652 (0,61)	1,920 (1,17)
A2 e A1	0,001 (0,75)	1,001 (0,75)	-0,393 (0,79)	0,674 (0,53)
Primário Completo	0,309 (0,19)	1,361 (0,25)	0,515** (0,20)	1,673** (0,32)
Ginásio Incompleto	0,242 (0,18)	1,273 (0,22)	0,397* (0,19)	1,487* (0,28)
Ginásio Completo	0,527* (0,25)	1,694 (0,42)	0,548* (0,26)	1,729* (0,45)
Colegial Incompleto	0,227 (0,27)	1,254 (0,33)	0,184 (0,28)	1,202 (0,33)
Colegial Completo	0,284 (0,32)	1,328 (0,41)	0,264 (0,33)	1,302 (0,43)
Universitário Incompleto	0,689 (0,44)	1,991 (0,87)	0,732 (0,47)	2,079 (0,96)
Universitário ou mais	0,543 (0,54)	1,721 (0,92)	0,612 (0,56)	1,844 (1,03)

Proxy Pós-Materialismo	-0,011 (0,02)	0,989 (0,02)	-0,009 (0,02)	0,990 (0,02)
Engajamento Partidário	-1,530*** (0,24)	0,216*** (0,05)	-1,258*** (0,25)	0,284*** (0,07)
Corrupção Igual			-0,270* (0,11)	0,763* (0,08)
Corrupção Melhor			-0,705*** (0,14)	0,494*** (0,06)
Economia Igual			-0,351** (0,12)	0,703** (0,08)
Economia Melhor			-0,572*** (0,14)	0,564*** (0,05)
Vencedor Partidário			-0,580*** (0,10)	0,560*** (0,05)
Confiança Interpessoal			-1,007*** (0,15)	0,365 (0,05)
Ponto de Corte 1	-0,881* (0,43)		-2,102*** (0,46)	
Ponto de Corte 2	1,054* (0,43)		0,004 (0,46)	
χ^2 (gl)	68,56 (15) ***		268,01 (21) ***	
Pseudo-R ²	0,017		0,069	
N	1988		1901	

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Notas: categoria de referência da variável sexo: feminino; categoria de referência da variável renda: E; categoria de referência da variável escolaridade: analfabeto; categoria da variável de avaliação da corrupção: piorou; categoria de referência da variável de avaliação da economia no próximo ano: pior; categoria de referência da variável de partidário do vencedor: não partidário/perdedor; categoria de referência da variável de confiança interpessoal: sem confiança interpessoal; categoria de referência da variável de engajamento em partidos políticos: raramente se engaja, * p<,05; **p<,01; ***<,001, Desvio padrão entre parênteses.

Contudo, o *proxy* para pós-materialismo se mostrou insignificante para a variável dependente, sugerindo que este não é um fator determinante para a confiança em partidos políticos, se admitirmos sua validade. Reitera-se, mais uma vez, que a maneira como a medida foi construída imprimir sérias limitações a essa investigação, exigindo que uma medida mais apropriada seja instrumentalizada em outros estudos.

Percebe-se que as variáveis avaliativas, de confiança interpessoal e de engajamento partidário não foram abordadas até então. Fez-se isso, pois mais abaixo elas serão consideradas em detalhe. Mesmo assim, nos modelos 1, 2, 3 e 4, todas elas se mostraram associadas à confiança. Melhor a avaliação do respondente, seja ela

procedimental, econômica ou institucional, menor a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Na ocorrência de confiança interpessoal, menor a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Finalmente, na ocorrência de engajamento partidário, isto é, na eventualidade do respondente participar de uma sigla partidária, também é menor a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Afirma-se que as variáveis em foco nessa seção – aquelas demográficas e o *proxy* do pós-materialismo – não contribuem para uma maior ou menor confiança em partidos políticos, em conformidade com os achados das análises descritivas realizadas no capítulo anterior.

Tabela 18 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (5) e (6)

	(5)		(6)	
	(β)	Exp(β)	(β)	Exp(β)
Consumo de TV	-0,033 (0,03)	0,967 (0,02)	-0,012 (0,03)	0,988 (0,02)
Engajamento Partidário	-1,512*** (0,24)	0,220*** (0,05)	-1,231*** (0,25)	0,291 (0,07)
Corrupção Igual			-0,264* (0,11)	0,768* (0,08)
Corrupção Melhor			-0,678*** (0,14)	0,507*** (0,06)
Economia Igual			-0,320** (0,12)	0,726** (0,08)
Economia Melhor			-0,523*** (0,14)	0,592*** (0,08)
Vencedor Partidário			-0,581*** (0,10)	0,559*** (0,05)
Confiança Interpessoal			-1,008*** (0,15)	0,364*** (0,05)
Ponto de Corte 1	-1,883*** (0,10)		-2,782*** (0,14)	
Ponto de Corte 2	0,032 (0,09)		-0,702*** (0,13)	
χ^2 (gl)	42,83 (2) ***		231,92 (8) ***	
Pseudo-R ²	0,010		0,060	
N	1972		1886	

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Notas: categoria da variável de avaliação da corrupção: piorou; categoria de referência da variável de avaliação da economia no próximo ano: pior; categoria de referência da variável de partidário do vencedor: não partidário/perdedor; categoria de referência da

variável de confiança interpessoal: sem confiança interpessoal; categoria de referência da variável de engajamento em partidos políticos: raramente se engaja, * p<,05; **p<,01; ***<,001. Desvio padrão entre parênteses.

No capítulo 3, o consumo de TV não estava associado à confiança em partidos políticos. Controlando por outras variáveis, vê-se rapidamente que a confiança em partidos políticos não é afetada pelas horas de TV consumidas semanalmente pelo respondente. De maneira que, ao final dessa seção, observa-se que seja isoladamente, seja controlando por variáveis inicialmente associadas à variável dependente desse estudo, características demográficas, pós-materialismo e consumo de TV em horas nem mitiga a desconfiança em partidos políticos, tampouco a cultiva.

4.3 Avaliando Efeitos das Variáveis Avaliativas e Confiança Interpessoal

Os modelos 7, 8, 9 e 10 ilustram como, mesmo isoladamente, as variáveis avaliativas e a variável de confiança interpessoal afetam negativamente a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Vale dizer que não incluímos a forma exponencial das razões de chance em base logarítmicas, pois o faremos em detalhe no modelo 11.

Tabela 19 - Regressões Logísticas Ordinais dos Modelos (7), (8), (9) e (10)

	(7)	(8)	(9)	(10)
	(β)	(β)	(β)	(β)
Confiança Interpessoal	-1,035*** (0,14)			
Engajamento Partidário	-1,376*** (0,24)	-1,378*** (0,24)	-1,460*** (0,24)	-1,454*** (0,24)
Corrupção Igual		-0,444*** (0,10)		
Corrupção Melhor		-1,107*** (0,11)		
Economia Igual			-0,514*** (0,11)	
Economia Melhor			-1,043*** (0,11)	
Vencedor Partidário				-0,786*** (0,10)
Ponto de Corte 1	-1,920*** (0,07)	-2,312*** (0,10)	-2,388*** (0,10)	-2,033*** (0,07)
Ponto de Corte 2	0,037 (0,05)	-0,318*** (0,08)	-0,415*** (0,09)	-0,068 (0,05)
χ^2 (gl)	98,73 (2) ***	132,57 (3) ***	126,40 (3) ***	107,08 (2)
Pseudo-R ²	0,023	0,034	0,031	0,026
N	1982	1915	1969	1988

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Notas: categoria da variável de avaliação da corrupção: piorou; categoria de referência da variável de avaliação da economia no próximo ano: pior; categoria de referência da variável de partidário do vencedor: não partidário/perdedor; categoria de referência da variável de confiança interpessoal: sem confiança interpessoal; categoria de referência da variável de

engajamento em partidos políticos: raramente se engaja, * $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$. Desvio padrão entre parênteses.

Por ora, os modelos são capazes de demonstrar como uma melhor avaliação procedimental, econômica ou institucional reduz a probabilidade de se ter nenhuma confiança em partidos políticos. O mesmo ocorre com confiança interpessoal e a variável de controle proposta, o engajamento partidário. Por isso, argumenta-se que o modelo mais preciso para estimar as probabilidades de se confiar em partidos políticos é, à luz da literatura e dos testes até aqui realizados, um que inclua as variáveis avaliativas e de confiança interpessoal, fornecendo um cenário mais preciso dos condicionantes – e em que medidas eles afetam a confiança em partidos políticos – da atitude foco desse trabalho, no Brasil.

Tabela 20 - Regressão Logística Ordinal do Modelo (11)

	(11)	
	(β)	Exp(β)
Corrupção Igual	-0,261* (0,11)	0,770* (0,08)
Corrupção Melhor	-0,682*** (0,14)	0,505*** (0,06)
Economia Igual	-0,333** (0,12)	0,716** (0,08)
Economia Melhor	-0,533*** (0,14)	0,586*** (0,08)
Vencedor Partidário	-0,581*** (0,10)	0,559*** (0,05)
Confiança Interpessoal	-0,996*** (0,15)	0,369*** (0,05)
Engajamento Partidário	-1,233*** (0,25)	0,291*** (0,07)
Ponto de Corte 1	-2,754*** (0,12)	
Ponto de Corte 2	-0,677*** (0,10)	
χ^2 (gl)	233,67 (7) ***	
Pseudo-R ²	0,060	
N	1901	

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Notas: categoria da variável de avaliação da corrupção: piorou; categoria de referência da variável de avaliação da economia no próximo ano: pior; categoria de referência da variável de partidário do vencedor: não partidário/perdedor; categoria de referência da variável de confiança interpessoal: sem confiança interpessoal; categoria de referência da variável de engajamento em partidos políticos: raramente se engaja, * $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$. Desvio padrão entre parênteses.

Sendo assim, o modelo 11 proposto acima servirá de referência para a pesquisa e para os dados estimados mais abaixo. Passemos em detalhe o efeito das variáveis independentes do estudo. Em primeiro lugar, a avaliação procedimental. Afirmar que a corrupção ficou igual ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff implica em 23% menos chances de se ter nenhuma confiança em partidos políticos, em relação aqueles que afirmaram que a corrupção piorou – aumentou – no mesmo período – categoria de referência desta variável independente. O efeito dessa mesma variável cresce à medida que a avaliação que se faz do combate à corrupção melhora ainda mais. No caso, em relação àqueles que afirmaram que a corrupção piorou, responder que esta melhorou diminui as chances de se ter nenhuma confiança em partidos políticos em 49,5%, sendo que ambos os coeficientes estimados para essa variável são estatisticamente significantes.

Pertinente à análise econômica, afirmar que a economia ficou igual no mesmo período diminui em 29%, aproximadamente, as chances de se ter nenhuma confiança em partidos políticos. Ao passo que a afirmação de que a economia melhorou diminui em 41%, aproximadamente, as mesmas chances, em relação àqueles que reconheceram uma piora na situação econômica. Um efeito no mesmo sentido, ainda que menor, daquele causado pela avaliação procedimental.

Na última das variáveis avaliativas, o efeito de identificação partidária com o PT, partido que ocupava a presidência nacional há mais de dez anos, diminui em 45% as chances de se desconfiar de partidos políticos. O quadro é, portanto, incontestável. As variáveis centrais de modelos racionalistas são essenciais para se inferir sobre os fatores que afetam a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos. Conforme aduz a teoria, melhor a avaliação, independentemente de qual ela seja, menor a desconfiança em partidos políticos. Fazendo alusão aos argumentos de Norris (2011), se encontra também na oferta – no Estado – algumas das causas do ceticismo e hostilidade da opinião pública perante essas instituições. Isso não implica, necessariamente, que essas instituições vêm tendo um desempenho ruim ou positivo, afinal, existem avaliações

divergentes no interior da mesma sociedade, contudo, pior a percepção geral dessas diferentes performances, pode-se esperar uma maior desconfiança em partidos políticos.

No entanto, não reside apenas nas variáveis racionalistas o cerne da desconfiança em partidos políticos. Algo claro conforme se observa a dimensão dos efeitos estimados pelo modelo para as variáveis de confiança interpessoal e engajamento partidário. Afirmar que é possível confiar na maioria das pessoas, ter confiança interpessoal, portanto, reduz em até 64% as chances, aproximadamente, de se desconfiar de partidos políticos. Fica evidente que a confiança em partidos políticos tem uma relação estreita com a confiança interpessoal, ao menos na sociedade brasileira.

Finalmente, os dados apresentados justificam a inclusão do engajamento partidário como variável de controle. Foi esta a variável que apresentou o maior efeito nas regressões realizadas. Participar regularmente em legendas partidárias reduz em 81% as chances de se desconfiar de partidos políticos, em relação àqueles que não participam, a vasta maioria da amostra.

Porém, não é possível a partir desse quadro derivar um argumento claro que responda à pergunta de porque os brasileiros não confiam em partidos políticos. É preciso, em primeiro lugar, estimar as probabilidades e os efeitos marginais de cada variável sobre a confiança em partidos, como também, em segundo lugar, avaliar se os efeitos de cada variável sobre a confiança e desconfiança são os mesmos. O estudo se debruça agora sobre esses dois pontos.

4.4 Avaliando o Modelo e Observando Efeitos Assimétricos

Primeiramente, tratemos da avaliação do modelo. Diferentemente de regressões lineares, onde a precisão de modelos estimados é acessada, por exemplo, calculando os resíduos, em regressões logísticas tal método não é possível. Por isso adotamos duas estratégias. A primeira se encontra na tabela abaixo. A partir do modelo 11 executado na seção anterior, estimou-se a probabilidade de se ter nenhuma, pouca ou razoável confiança em partidos políticos para cada variável, controlando as demais em sua média.

Tabela 21 - Probabilidades Estimadas de Confiança em Partidos

	Confiança											
	Nenhuma				Pouca				Razoável			
	Pr. E.	IC [95%]	Pr. O.	Dif.*	Pr. E.	IC [95%]	Pr. O.	Dif.*	Pr. E.	IC [95%]	Pr. O.	Dif.*
Corrupção Pior	0,516	[0,474; 0,558]	0,569	-0,053	0,378	[0,347; 0,409]	0,314	0,064	0,104	[0,086; 0,123]	0,089	0,015
Corrupção Igual	0,451	[0,414; 0,488]	0,453	-0,002	0,416	[0,388; 0,444]	0,408	0,008	0,132	[0,111; 0,152]	0,138	-0,006
Corrupção Melhor	0,35	[0,307; 0,394]	0,313	0,037	0,461	[0,432; 0,489]	0,431	0,03	0,188	[0,157; 0,219]	0,255	-0,067
Economia Pior	0,521	[0,473; 0,569]	0,587	-0,066	0,375	[0,340; 0,409]	0,335	0,04	0,102	[0,082; 0,123]	0,077	0,025
Economia Igual	0,438	[0,402; 0,474]	0,469	-0,031	0,423	[0,395; 0,450]	0,382	0,041	0,138	[0,117; 0,158]	0,148	-0,01
Economia Melhor	0,39	[0,349; 0,431]	0,337	0,053	0,446	[0,417; 0,474]	0,44	0,006	0,163	[0,137; 0,189]	0,221	-0,058
Perdedor/Não-Partidário	0,483	[0,456; 0,510]	0,503	-0,02	0,398	[0,374; 0,422]	0,38	0,018	0,118	[0,102; 0,133]	0,116	0,002
Partidário-Vencedor	0,343	[0,303; 0,383]	0,33	0,013	0,463	[0,435; 0,491]	0,413	0,05	0,193	[0,163; 0,222]	0,256	-0,063
Sem Confiança Interpessoal	0,468	[0,444; 0,493]	0,482	-0,014	0,406	[0,383; 0,430]	0,382	0,024	0,124	[0,109; 0,139]	0,135	-0,011
Com Confiança Interpessoal	0,245	[0,193; 0,297]	0,232	0,013	0,476	[0,450; 0,503]	0,453	0,023	0,277	[0,221; 0,333]	0,314	-0,037
Sem Engajamento Part.	0,456	[0,433; 0,480]	0,465	-0,009	0,413	[0,390; 0,437]	0,396	0,017	0,129	[0,114; 0,144]	0,138	-0,009
Com Engajamento Part.	0,196	[0,121; 0,272]	0,282	-0,086	0,465	[0,425; 0,505]	0,205	0,26	0,338	[0,231; 0,444]	0,512	-0,174

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. * Probabilidade estimada é a probabilidade calculada a partir do modelo 11, controlando as demais variáveis em sua média e, quando se aplica, os demais níveis da variável independente em 0. Probabilidade observada é a probabilidade de se ter nenhuma confiança, por exemplo, quando o respondente também avaliara que a corrupção piorara, de acordo com os dados coletados no *survey*. Diferença entre probabilidade estimada e probabilidade original: [(Pr. E.) – (Pr. O.)]. Nessa coluna, sinais positivos indicam que o modelo superestimou a probabilidade de se ter aquele nível de confiança (ex., Y = 2), dado X. Sinais negativos implicam que o modelo subestimou a probabilidade. Números em negrito indicam probabilidades originais compreendidas no intervalo de confiança estimado.

Vale dizer que para variáveis independentes que têm mais do que duas categorias – como por exemplo, as de avaliação procedimental e econômica – quando se testava pelo efeito de uma avaliação que a corrupção melhorou, necessariamente se controlava a avaliação de que a corrupção ficou igual em 0. Assim, para efeitos argumentativos, tem-se que a probabilidade estimada de 0,516 na linha de que a corrupção piorou foi calculada controlando na equação do modelo as avaliações de que a corrupção ficou igual e melhorou em 0, além de todas as outras variáveis do modelo em suas médias. Poder-se-ia criticar essa escolha de controlar as demais variáveis em suas médias, pois, obviamente, não é possível que qualquer respondente tenha uma resposta média sobre confiança interpessoal. No entanto, optou-se por esse caminho para evitar a elaboração de múltiplas combinações que dificultariam a interpretação dos dados.

Enfim, a tabela acima pode ser lida da seguinte forma. Apresentam-se as probabilidades estimadas para cada variável do modelo 11, tanto para nenhuma confiança, como para pouca e razoável confiança em partidos políticos. Em cada segmento desses valores da variável dependente encontra-se, em primeiro lugar, a probabilidade estimada a partir do referido modelo. Em seguida, ilustra-se o intervalo de confiança de 95% da probabilidade estimada, para, por fim, introduzir o que se chamou de probabilidade original, isto é, a probabilidade registrada no *survey* de se ter nenhuma confiança em partidos políticos, desde que se afirme que a corrupção piorou. No caso, das 2000 pessoas entrevistadas no *survey*, 662 afirmaram que a corrupção piorara no período, dessas, 377 não tinham nenhuma confiança em partidos, levando à probabilidade original de 0,569 de se desconfiar de partidos políticos, dadas essas características. Finalmente, apresenta-se a diferença entre a probabilidade estimada a partir do modelo 11 e essa probabilidade original. Essa diferença seria uma maneira de acessar a precisão do modelo, intuitivamente, menor a diferença, maior a precisão do modelo.

Em geral, as diferenças encontradas não excedem os seis pontos percentuais. De modo que se argumenta que as diferenças são pequenas. Ademais, das 36 probabilidades e intervalos estimados, 20 compreendem a probabilidade original encontrada, como indica o negrito. As maiores diferenças encontradas foram entre aqueles que tinham engajamento partidário. No entanto, defende-se que isso ocorre pela

baixa quantidade de respondentes que, de fato, se engajavam nessas instituições na amostra. Das 2000 pessoas entrevistadas, apenas 78 participavam frequentemente de partidos, comprometendo a precisão dos dados.

Defende-se, portanto, que esse passo inicial já indica que o modelo executado é adequado para compreender a atitude foco desse trabalho, em que pese sua imprecisão em alguns quesitos. Com efeito, o quadro é reforçado na tabela abaixo. Mais simples e inteligível que a anterior, sua constituição foi feita da seguinte forma. A partir das informações coletadas no próprio *survey*, se estimou à luz do modelo 11, a probabilidade do respondente em questão ter nenhuma, pouca ou razoável confiança em partidos políticos.

Sendo assim, suponha-se que o respondente 1 afirmou ter uma avaliação de que a corrupção ficou igual, que a economia piorou, que não era partidário do partido incumbente, que tinha confiança interpessoal e, por fim, não participava regularmente de partidos políticos. Essas informações eram preenchidas no modelo citado e sua probabilidade para cada categoria de *y* calculada. Se entre essas, a maior probabilidade encontrada fosse de que ele teria pouca confiança em partidos políticos, entendeu-se que o modelo o apontava como um respondente com pouca confiança em partidos políticos. A tabela abaixo simplesmente contingencia esse procedimento com o que foi, de fato, registrado no *survey*. Assim, a célula que opõe a linha de pouca confiança e a coluna de pouca confiança mostra quantos indivíduos o modelo coincidiu com a realidade registrada na coleta. A expectativa é de que um modelo preciso apresente o maior contingente naquelas células que reproduzam essa coincidência¹⁹.

¹⁹ Vale dizer que a mesma estratégia foi adotada por Whitten e Palmer (1996).

Tabela 22 – Contingenciamento da Estimação do Modelo e Amostra (%)

Amostra	Estimação do Modelo			
	Razoável	Pouca	Nenhuma	Total
Razoável	28 (53,8)	181 (23)	96 (8,33)	305 (15,3)
Pouca	18 (34,6)	343 (43,5)	415 (35,9)	776 (38,9)
Nenhuma	6 (11,5)	263 (33,4)	642 (55,6)	911 (45,7)
Total	52 100	787 100	1153 100	1992 100

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor. Valores entre parênteses indicam a porcentagem da coluna. Valores em negrito indicam o contingenciamento que apresenta a maior proporção da coluna.

Em termos absolutos, as estimações do modelo sempre convergem para aquilo que foi observado no *survey*, isto é, sempre a maior proporção encontrada se encontra nas células em que modelo e *survey* convergem. Nas categorias de razoável e muita confiança, mais de 50% dos casos foram estimados corretamente, enquanto que na categoria de pouca confiança, ainda que o mesmo índice seja inferior à metade, 43,5% dos casos foram estimados corretamente, superior aos 23% e 33,4% estimados para as outras categorias.

Evidentemente isso não significa que o modelo não careça de imprecisões e limitações, é mister ainda aprimorá-lo, para mitigar vieses ocultos ou das próprias variáveis usadas. Contudo, aponta-se para a necessidade de encontrar outros fatores que afetariam essa atitude, já que os outros argumentos elencados pela área se mostraram insignificantes, sistematicamente, ao menos no caso brasileiro. Por ora, defende-se que este seja um modelo adequado para acessar a confiança em partidos políticos no Brasil. Gráficamente se apresenta abaixo as probabilidades produzidas pelo modelo, adotando o procedimento descrito acima.

Gráfico 12 - Probabilidades Estimadas por Variável Independente

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Resta, enfim, avaliar os efeitos marginais das variáveis. O procedimento para esse procedimento se deu da seguinte forma. Suponha que se deseje mensurar o efeito marginal de se ter uma avaliação de que a corrupção se manteve igual no governo de Rousseff. Nesse caso, estima-se a probabilidade do respondente 1 ter razoável confiança em partidos políticos, por exemplo, conservando os valores das demais variáveis, conforme estes foram coletados, mas tratando como se o respondente 1 tivesse, de fato, essa avaliação, independentemente de qual ela seja. Em seguida, faz-se o mesmo procedimento, mas supondo que o respondente 1 não teve uma avaliação de que a corrupção ficou igual. A diferença entre essas probabilidades compõe o efeito marginal dessa variável no caso do respondente 1. A estratégia é repetida em todos os casos, isto é, nas 2000 pessoas, sendo que a soma dos efeitos marginais de cada caso compõe o efeito marginal da variável em questão.

Tabela 23 - Efeitos Marginais das Variáveis Independentes

	Confiança		
	Nenhuma	Pouca	Razoável
Corrupção Pior	0,0982	-0,0455	-0,0526
Corrupção Igual	-0,0588	0,0273	0,0314
Corrupção Melhor	-0,1535	0,0713	0,0821
Economia Pior	0,1059	-0,0491	-0,0568
Economia Igual	-0,0749	0,0348	0,0401
Economia Melhor	-0,1199	0,0557	0,0641
Perdedor-Não-PT	0,1483	-0,0687	-0,0795
Vencedor Partidário	-0,1307	0,0607	0,0699
Sem Confiança Interpessoal	0,2331	-0,1081	-0,1250
Com Confiança Interpessoal	-0,2242	0,1042	0,1199
Sem Engajamento Partidário	0,2775	-0,1286	-0,1488
Com Engajamento Partidário	-0,2773	0,1289	0,1484

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Conforme elucidado, a tabela acima computa esses efeitos marginais. É interessante observar, em primeiro lugar, que os efeitos marginais das variáveis de confiança interpessoal e engajamento partidário são maiores do que os das variáveis avaliativas. O efeito marginal de se ter confiança interpessoal é 71% maior do que ser partidário do partido que ocupa a presidência nacional²⁰. Em segundo lugar, nota-se que o efeito negativo sobre a probabilidade de se ter nenhuma confiança em partidos políticos ao ter uma avaliação positiva da economia, por exemplo, é maior do que o efeito positivo sobre essa mesma probabilidade no caso de se ter uma avaliação negativa da economia.

Em terceiro lugar, é importante ressaltar como o efeito marginal de cada uma das variáveis *diminui* à medida que se tem mais confiança. Precisamente, o efeito marginal de cada variável sobre a probabilidade de se ter nenhuma confiança é, em média, 115% maior do que o efeito produzido sobre a probabilidade de se ter pouca

²⁰ Cálculo obtido a partir da razão entre o efeito marginal computado para a variável de confiança interpessoal e a variável de ser um vencedor partidário do PT. De forma que, doravante, esse tipo de comparação reproduzirá o mesmo cálculo.

confiança em partidos, e 87%²¹, em média, sobre a probabilidade de se ter razoável confiança em partidos políticos. O cenário aponta no sentido de que as hipóteses da literatura são, portanto, assimétricas. O termo foi explorado por Clark, Gilligan e Golder (2006), segundo os autores, uma hipótese é simétrica

if the *same* change in the causally produced phenomenon is expected both when the cause is added and when it is taken away. For example, the claim that X is a symmetric cause of Y means that (1) if X is present, Y is more likely to occur (or in the continuous case, more of X causes more of Y) and (2) if X is absent, Y is less likely to occur (or in the continuous case, less of X causes less of Y). [...] In the discrete case, the claim that X is an asymmetric cause of Y either means (i) that if X is present, Y will certainly occur, but if X is absent, Y may or may not occur or (ii) if X is present, Y may or may not occur, but if X is absent, Y will certainly not occur (CLARK, GILLIGAN e GOLDER, 2006, p. 313), ênfase nossa.

Isso não significa que as causas da desconfiança sejam diferentes, mas assinalam que esses fatores podem, isoladamente, até mitigar a desconfiança, mas não geram, necessariamente, confiança. É digno de nota que isso também não significa que as diferentes categorias das variáveis dependentes sejam independentes, apenas que a confiança é menos vulnerável aos condicionantes elencados pela literatura.

4.5 Considerações Finais

Ao longo de toda a dissertação se trabalhou para investigar os fatores que afetam a confiança em partidos políticos, de forma que tanto se levantou o estado da arte na área, bem como testes descritivos e inferenciais foram executados para responder à pergunta principal desse trabalho.

Enfim, pode-se afirmar que os brasileiros não confiam em partidos políticos não por pertencer a um determinado grupo; indefere seu gênero, renda, escolaridade e idade para a confiança investida nessas instituições. Tampouco importa a relação que se estabelece com um dos principais veículos de comunicação, a televisão. Por que, então, os brasileiros desconfiam de partidos políticos?

A resposta recorre tanto a argumentos inseridos em modelos racionalistas, quanto culturalistas. Por um lado, os brasileiros não confiam em partidos políticos pela percepção que têm de suas performances econômicas e políticas. Dá-se ênfase à percepção, pois o Brasil é, hoje, mais igualitário e rico do que era no final da Ditadura

²¹ Vale dizer que o desvio padrão dessas razões é de 0,0027, indicando quão sistematicamente o efeito marginal é maior, quando se estime desconfiança, em detrimento das categorias de pouca e razoável confiança.

Militar, a despeito da infinidade de falhas e deficiências que restam reparar. De modo que persevera uma percepção que a economia poderia estar muito melhor e que alguns procedimentos democráticos não são respeitados em sua plenitude, algo agravado pelos recentes escândalos de corrupção.

À luz do trabalho de Sztompka (1999), pode-se dizer que os partidos quebram as expectativas instrumentais que os cidadãos têm dessas instituições. Espera-se que essas instituições sejam eficientes e competentes, que cumpram suas funções com diligência, visão que não é compartilhada pela maior parte da população nacional, criando-se, por conseguinte, desapontamento e hostilidade ante as instituições representativas.

Mas ao mesmo tempo, a pequeníssima quantidade de eleitores que se identifica com o partido incumbente no plano federal, ou com qualquer outro partido, também contribui para o quadro; produzindo um estranhamento entre essas entidades, eleitorado e partidos. Não se espera que os partidos representem, de fato, os interesses e preferências de eleitores, criando fissuras nas expectativas fiduciários dos eleitores, recorrendo mais uma vez a Sztompka (1999).

Mas não é só, a confiança em partidos também é afetada por fatores culturalistas, como a confiança interpessoal e o engajamento partidário, por assim dizer, já que este último socializa valores que consagram e valorizam partidos políticos. Assim, ainda que os fatores avaliativos possam ser responsáveis, circunstancialmente, pelo quadro de desconfiança em partidos políticos, a ausência de confiança interpessoal e o desinteresse da população em participar na rotina diária dessas instituições indicam fatores perenes, que criam uma predisposição para a desconfiança em partidos políticos. De certa maneira, esses fatores culturais atribuem certa imprudência ao ato de investir confiança em partidos políticos.

A questão que emerge a partir desse argumento é de que, à luz dos incontestáveis avanços observados na economia e na política recentes no nível nacional, os fatores culturalistas poderiam afetar a avaliação que se faz dos procedimentos, da economia e das instituições políticas nacionais.

No entanto, além de demonstrar que a desconfiança em partidos é, no Brasil, fruto da ausência de confiança interpessoal, da própria participação em partidos políticos e de negativas avaliações, a demonstração de que os fatores supracitados são

assimétricos indica, possivelmente, a consolidação de uma cultura de desconfiança (SZTOMPKA, 1999), onde a desconfiança é definida culturalmente e fatores circunstâncias, como uma melhora na economia, não são capazes de reverter o quadro.

Once the decay of trust reaches this cultural level, distrust becomes contagious and self-enhancing. From now on it is a 'normal', accepted reaction to be distrustful, and all displays of trust are considered as signs of credulity, naivety, and simple-mindedness, and meet with ridicule, mockery, and other negative sanctions. Sadly and paradoxically, cynicism has been raised to a virtue (SZTOMPKA, 1999, p. 174).

Se este for o caso, as chances de reformas institucionais produzirem o efeito desejado, a saber, menor hostilidade ou maior credibilidade de partidos políticos, por exemplo, são mínimas. Exigir-se-ia um longo período de políticas bem-sucedidas, aos olhos da opinião pública, para reverter o quadro, algo improvável, à luz das vicissitudes da atividade e do sistema representativo, como se sugeriu no primeiro capítulo. Nesse cenário, ainda que a desconfiança não seja condição suficiente para colocar a legitimidade do regime em xeque, a consolidação de uma cultura de desconfiança pode ser, em contrapartida, condição necessária; ainda que, conforme se argumenta na conclusão subsequente, esse tipo de inferência que toma tal atitude como variável explicativa de quase a totalidade do regime democrático seja demasiadamente ambiciosa.

CONCLUSÃO

Não é fortuita a escolha do título dessa dissertação. Pergunta-se "por que os brasileiros não confiam em partidos políticos?". A pergunta é tacitamente diferente de "por que os brasileiros desconfiam de partidos políticos", ainda que ambas sejam próximas. A segunda é facilmente respondida pelos dados apresentados no último capítulo, enquanto que a primeira exige uma resposta mais sofisticada, calcada na demonstração dos efeitos assimétricos impostos sobre a variável dependente.

O trabalho iniciou se debruçando sobre a relação permanente existente no interior de um regime democrático representativo entre representantes e representados. O argumento apresentado era o de que as especificidades dessa relação engendram condições para a existência de uma relação de confiança ou de desconfiança, já que esta seria um instrumento para mediar a relação dessas duas partes, mitigando o risco associado à atuação dos representantes e reduzindo o custo da ineficácia dos dispositivos formais disponíveis que visam moderar essa relação. Em outras palavras, entende-se a desconfiança como um instrumento imperfeito que modera essa relação.

O capítulo subsequente investigou de que maneira a literatura poderia oferecer respostas ao quadro de latente desconfiança em partidos políticos no Brasil, desenvolvendo os argumentos de diferentes hipóteses de pesquisa acerca dos possíveis condicionantes dessa atitude. Essas hipóteses fundamentaram e conduziram as análises empíricas realizadas ao longo do restante desta dissertação. Em primeiro lugar, uma análise descritiva foi feita para apreender uma relação inicial entre as variáveis independentes e dependente. Em seguida e em segundo lugar, por meio de métodos inferenciais, propôs-se quais seriam os fatores determinantes para a confiança em partidos políticos no Brasil, à luz das evidências coletadas. Assim, encontrou-se que idade, sexo e escolaridade têm, por exemplo, um efeito nulo sobre a confiança em partidos, positiva ou negativamente. Ao passo que a existência de confiança interpessoal, as variáveis avaliativas e o engajamento partidário se mostraram significantes para entender o comportamento da atitude em foco nesse trabalho. Em resumo, na ocorrência de confiança interpessoal, na eventualidade de uma avaliação positiva da economia ou dos procedimentos democráticos, além da possível

identificação com o partido vencedor e engajamento frequente em partidos políticos, a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos diminui.

Do ponto de vista teórico, os resultados corroboram com o argumento desenvolvido ao longo da dissertação, onde para compreender essa atitude, é mister articular fatores culturalistas e racionalistas. Porém, observou-se um efeito assimétrico dessas variáveis. Isto é, o efeito negativo sobre a desconfiança produzido pela presença dessas variáveis é maior do que o efeito positivo produzido sobre a confiança. Grosso modo, pode-se dizer que enquanto uma avaliação positiva da economia minora a desconfiança em partidos, a mesma não produz confiança em partidos, necessariamente.

A assimetria das hipóteses, sustentada na investigação empírica feita, tem implicações teóricas importantes. As hipóteses aventadas pela literatura não são capazes de explicar todas as facetas do fenômeno. A rigor, poderia se avaliar que os condicionantes encontrados constroem a desconfiança e não fomentam confiança. Derivada das análises feitas, os resultados refutam o argumento de que a mera identificação com o partido vencedor das últimas eleições nacionais seria, por exemplo, capaz de mitigar plenamente a desconfiança em partidos. Argumentar nessa direção prontamente contrastaria com os próprios dados, onde 88% dos respondentes têm nenhuma ou pouca confiança em partidos políticos; um quadro incontestável de distanciamento e hostilidade. A assimetria de efeitos encontrada demonstra, empiricamente, como confiar em partidos políticos se mostra, ao menos culturalmente, despropositado e equivocado; próximo à alienação. Por essa razão, ao final do último capítulo se disse que se teria a instalação de uma cultura de desconfiança.

É como se a função normativa associada a essas instituições fosse, justamente, a frustração das expectativas da população ou ainda a convicção de que essas instituições não são dignas de confiança, de modo algum. Cria-se um argumento tautológico que consagra a cultura de desconfiança; brasileiros não confiam em partidos políticos, pois partidos políticos não inspiram confiança; tornou-se prudente, consensual ou inevitável desconfiar de partidos políticos.

Aqui vale ressaltar a importância da conjuntura. A pesquisa utilizada aqui foi coletada nos primeiros meses de 2014. Recorrendo ao WVS, vê-se que em sua 5ª onda, em 2006, especificamente, 46% dos respondentes afirmaram não ter confiança alguma

em partidos, saltando para 59% em maio de 2014, na 6ª onda do estudo. Pode-se observar, portanto, que o contexto da pesquisa utilizada nessa dissertação é um que capta o crescimento exponencial da insatisfação de brasileiros com partidos políticos. Seus resultados podem ser interpretados como uma análise que revela o momento em que se tornou cultural e normativamente defensável desconfiar de partidos políticos. Assim, a conjuntura revela o que poderia ser o ponto de maior distanciamento entre representantes e representados, sendo plausível supor que essa relação será afetada inevitavelmente, exigindo incluir a natureza dessa relação na análise dos partidos políticos e no cumprimento de seus diversos papéis no eleitorado, no parlamento e enquanto organização.

Se existe um entendimento de que a confiança é uma maneira de processar relações entre representantes e representados, deve-se refletir, por conseguinte, acerca dos efeitos causados por essa desconfiança latente sobre essa relação. Ou seja, faz-se premente analisar se a falta de confiança em partidos compromete a eficácia da função representativa dessas instituições, de alguma maneira, ou produz efeitos positivos. Afinal, se uma cultura de desconfiança é consolidada, pode-se entendê-la como uma instituição informal, onde os atores políticos – representantes e representados – incorporam essa atitude como uma constante em suas estratégias. Dessa forma, deve-se estudar doravante a possibilidade de que a desconfiança seja uma atitude que afeta e transforma estratégias, incentivos, custos e expectativas dos atores do sistema político brasileiro, onde se deve incorporá-la às análises, quando da investigação das diversas ocasiões em que partidos políticos se engajam nessa relação, como no recrutamento de candidatos, na renovação de quadros partidários ou ainda nas próprias eleições, por exemplo.

Percebe-se que tal entendimento apresenta uma espécie de inflexão em relação aos trabalhos que tentam tomar a desconfiança em partidos políticos como variáveis independentes. Em outras palavras, ao invés de tomá-la como uma atitude que afetaria, generalizadamente, o regime democrático, podendo imputar-lhe grande instabilidade e gerar crises, prefere-se investigar como a confiança afetaria determinados fenômenos, num escopo muito mais reduzido.

Numa espécie de exercício teórico para futuras pesquisas, mobiliza-se esse argumento para investigar, superficialmente, o efeito que a desconfiança teria sobre o recrutamento partidário. A falta de confiança compromete a capacidade do sistema político de formar e selecionar novos quadros na sociedade. Se os indivíduos não confiam em partidos políticos, e ainda desejam afetar ou participar de alguma maneira da política, os mesmos vão fazê-lo recorrendo a outras instituições que não partidos políticos. Ou seja, visa-se a participação política via ONGs, grupos de interesse, manifestações e outras organizações, desde que essas não operem sob uma lógica partidária.

No modelo que se argumentou como o mais apropriado para estimar a desconfiança em partidos, usou-se o engajamento partidário como variável independente. Contudo, a relação entre engajamento e confiança em partidos poderia ser inversa, isto é, a confiança poderia afetar o engajamento. De modo que por não confiarem em partidos, os indivíduos não se engajam politicamente neles. Num modelo simples de regressão logística, onde o engajamento partidário em si é tomado como variável dependente, tal efeito fica evidente.

Tabela 24 - Determinantes para o Engajamento Partidário

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Pouca Confiança	0,139*** (0,04)	- -	0,150*** (0,46)
Nenhuma Confiança	0,163*** (0,04)	- -	0,188*** (0,053)
Confiança Interpessoal	- -	3,214*** (0,88)	2,239** (0,65)
Constante	0,151*** (0,02)	0,033*** (0,004)	0,124*** (0,023)
χ^2 (gl)	58,26 (2) ***	14,87 (1) ***	65,17 (3) ***
Pseudo-R ²	0,088	0,000	0,099
N	1988	1989	1982

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Das variáveis mobilizadas ao longo da dissertação, as únicas que se mostraram significativas para o engajamento partidário foram a própria confiança em partidos políticos e a confiança interpessoal. Lembrando que os parâmetros apresentados acima são a razão de chance, no modelo 3, tem-se que ter pouca e nenhuma confiança em partidos políticos implica, respectivamente, em 85% e 82% menos chances de se

engajar politicamente num partido político frequentemente. Ao passo que ao ter confiança interpessoal, essas chances aumentam 123%. A relevância de estudar esse tema estaria na capacidade que o sistema partidário tem, nessas condições, de se renovar e produzir novas lideranças, algo apontado atualmente como problemático no país.

Outra agenda de pesquisa interessante seria analisar o impacto da desconfiança sobre a eleição de *outsiders* ou candidatos anti-establishment. Afinal, se a identificação com um partido político, por parte de um candidato, pode penalizá-lo perante a opinião pública, tornando mais vantajoso oferecer um candidato supostamente distante da política, candidatos mais radicais ou avessos ao processo democrático têm mais chances de ser eleitos, elucidativo disso foi o sucesso de candidaturas supostamente apolíticas nas eleições municipais de 2016, como a eleição de João Dória (PSDB) em São Paulo.

Resumidamente, são diferentes aspectos da vida partidária que devem ser, agora, objeto de análise para investigação do quanto de confiança é depositada nessas instituições. Se podemos dividir partidos analiticamente em três facetas, no eleitorado, no parlamento e como estrutura organizacional, e as hipóteses da literatura se mostraram assimétricas, pode-se esperar que a confiança que se tem separadamente em cada faceta também não seja linear. Assim, seria possível ter uma resposta mais complexa a respeito da desconfiança em partidos políticos, indicando se a desconfiança seria engendrada por suas ações no parlamento, eleitorado ou enquanto organização.

Por fim, espera-se que esta dissertação tenha logrado oferecer uma resposta ao quadro de hostilidade a partidos políticos no Brasil atualmente, denotando a tênue diferença entre confiança e desconfiança. Num cenário turbulento, como o que atravessou o Brasil entre os anos de 2013 e 2016, compreender como a sociedade civil reage e se comporta em relação a partidos políticos é um componente fundamental para se inferir sobre a capacidade que o regime tem de atender as aspirações de seus membros.

BIBLIOGRAFIA

ALBALA, Adrián; VIEIRA, Soraia Marcelino. Crisis de los partidos políticos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. *Política: Revista de Ciência Política*, Vol. 52, N° 1, 2014.

ALDRICH, John H. *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Londres: SAGE Publications, 1989.

BARDI, Luciano; BARTOLINI, Stefano; TRECHSEL, Alexander. Party adaptation and change and the crisis of democracy. *Party Politics*, Vol. 20, N° 2, 2014.

BLONDEL, Jean. Party Government, Patronage, and Party Decline in Western Europe. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder R.; RIBEIRO, Ednaldo A. Bases Sociais, Atitudinais e Comportamentais do Apartidarismo Brasileiro. *Revista Novos Estudos*, 101, 2015.

BURNELL, Peter. *Building Better Democracies: Why Political Parties Matter*. Londres: Westminster Foundation for Democracy, 2004.

CARNEIRO, Gabriela P. Consenso e Representação na Democracia: uma análise individual e sistêmica do apoio aos partidos políticos em perspectiva comparada. IN: MOISÉS, José A. *O Congresso Nacional, os Partidos Políticos e o Sistema de Integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

CLARK, William R.; GILLIGAN, Michael; GOLDER, Matt. A Simple Multivariate Test for Asymmetric Hypothesis. *Political Analysis*, Vol. 14, 2006.

CONVERSE, Philip. Of Time and Partisan Stability. *Comparative Political Studies*, N°2, 1969.

DAALDER, Hans. Parties: Denied, Dismissed, or Redundant? A Critique. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DALTON, Russel J. *The Apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington DC: SAGE, 2013.

DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P. *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, Russel J.; WELDON, Steven A. Public Images of Political Parties: A necessary evil? *West European Politics*, vol. 28, N° 5, 2005.

_____. Partisanship and Party System Institutionalization. *Party Politics*, vol. 13, n° 2, 2007.

DALTON, Russel J.; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, Vol. XXXVIII, n° 167, 2003.

DETH, Jan. Benevolent Aspects of Social Participation. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routhledge, 2006.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.

DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, Vol. 65, N° 2, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.

EASTON, David. A Re-Assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*. Vol. 5, N° 4, 1975.

ENYEDI, Zsolt. The discreet charm of political parties. *Party Politics*, Vol. 20, N° 2, 2014.

EVERITT, Brian S.; DUNN, Graham. *Applied Multivariate Data Analysis*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2001.

EZROW, Lawrence; DE VRIES, Catherine; STEENBERGEN, Marco; EDWARDS, Erica. Mean voter representation and partisan constituency representation: Do parties respond to the mean voter position or to their supporters? *Party Politics*, Vol. 17, N° 3, 2010.

FREIRE, Alessandro. Engajamento Cívico e Capital Social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. *Opinião Pública*, Vol. 20, N° 2, 2014.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel A. Trust and Political Information: Attitudinal Change in Participants in the Youth Parliament in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, Vol. 6, N° 1, 2012.

GREENACRE, Michael J. *Theory and Applications of Correspondence Analysis*. Londres, Academic Press, 1984.

GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J. *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. The Multidimensionality of Political Support for New Democracies. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006.

HARDIN, Russel. Do We Want Trust in Government? IN: WARREN, Mark E (ed). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HETHERINGTON, Marc. The Political Relevance of Political Trust. *The American Political Science Review*, Vol. 92, N° 4, 1998.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. *Applied Logistic Regression*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2013.

HUNTINGTON, Samuel. The Democratic Distemper. *Public Interest*, Vol. 41, 1975.

IGNAZI, Piero. Power and the (il)legitimacy of political parties: an unavoidable paradox of contemporary democracy? *Party Politics*, Vol. 20, N° 2, 2014.

INGLEHART, Ronald; FLANAGAN, Scott C. Value Change in Industrial Societies. *The American Political Science Review*, Vol. 81, N° 4, 1987.

INGLEHART, Ronald. Postmodernization erodes respect for Authority, but Increases Support for Democracy. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KATZ, Richard S. No man can serve two masters: Party politicians, party members, citizens and principal-agent models of democracy. *Party Politics*, vol. 20, N° 2, 2014.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. Londres: SAGE Publications, 1994.

_____. The Ascendancy of the Party in Public-Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KEY, Valdimer O. *Politics, parties and pressure groups*. Cincinnati: The Crowell Company, 1942.

_____. Secular Realignment and the Party System. *The Journal of Politics*, Vol. 21, N° 2, 1959.

KINZO, Maria D. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. Edições Símbolo, 1980.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. IN: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds). *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

LANG, Kurt; LANG, Gladys. The Mass Media and Voting. IN: BERELSON, Bernard; JANOWITZ, M. (Eds.). *Reader in Public in Public Opinion and Communication*. New York: Free Press, 1966.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. 'Effective' Number of Parties: A measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, Vol. 12, N° 1, 1979.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

- LAVALLE, Adrián G.; HOUTZAGER, Peter P. CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. São Paulo: *Lua Nova*, N° 67, 2006.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- LIMONGI, Fernando. Governo Representativo e Democratização: revendo o debate. Rio de Janeiro: *Sinais Sociais*, Vol. 9, N° 27, 2015.
- LINZ, Juan J. Parties in Contemporary Democracies: Problems and Paradoxes. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LISTHAUG, Old. Political Disaffection and Political Performance. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routhledge, 2006.
- MACHADO, Amanda. Adesão, Formação e Seleção Partidária de Jovens: algumas tendências do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: *1º Seminário Internacional de Ciência Política*, UFRGS, 2015.
- MAGALHÃES, Pedro. Confidence in Parliaments. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routhledge, 2006.
- MAIR, Peter. *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e Representação. São Paulo: *Lua Nova*, N° 67, 2006.
- MCALISTER, Ian. The Economic Performance of Governments. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MCCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional oversight overlooked: Political Patrols versus Fire Alarms. *American Journal of Political Science*, Vol. 28, N° 1, 1984.

MENARD, Scott. *Applied Logistic Regression*. Londres: SAGE University Press, 2002.

MESQUITA, Nuno C. Jornal Nacional, Democracia e Confiança nas Instituições Democráticas. IN: MOISÉS, José A. (Org.). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. Mídia e Apoio Político à Democracia no Brasil. IN: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. constituency Influence in Congress. *The American Political Science Review*, Vol. 57, N° 1, 1963.

MILLER, Arthur; LISTHAUG, Old. Political Performance and Institutional Trust. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MINGOTI, Sueli A. *Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Trust, Distrust and Skepticism: Popular Evaluations of Civil and Political Institutions in Post-Communist Societies. *The Journal of Politics*, Vol. 59, N° 2, 1997.

_____. Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs Idealist Theories and Measures. *International Political Science Review*, Vol. 22, N° 4, 2001.

MOISÉS, José A. A Desconfiança nas Instituições Democráticas. *Opinião Pública*, Vol. 11, N° 1, 2005.

_____. *Democracy, Political Trust and Democratic Institutions (The Case of Brazil)*. Paper presented to the seminar “Democracy and Citizens Distrust in Public Institutions in Brazil in Comparative Perspective”. Oxford University, 2007.

_____. Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Vol. 14, N° 1, 2008a.

_____. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência Brasileira. IN: MOISÉS, José A. (Org.). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. Os Significados da Democracia segundo os Brasileiros. IN: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. Sobre o Enraizamento dos Partidos Políticos na Sociedade Brasileira. *Revista Interesse Nacional*, Ano 7, N° 28, 2015.

MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel. O Papel da Confiança para a Democracia e suas Perspectivas. IN: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

MONTERO, José Ramon; GUNTHER, Richard. Reviewing and Reassessing Parties. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NEWTON, Kenneth. Social and Political Trust in Established Democracies. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NEWTON, Kenneth. Institutional Confidence and Social Trust. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routhledge, 2006.

NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa. Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance. Annual Meeting of the American Political Science Association, 1999.

NORRIS, Pippa. Institutional Explanations for Political Support. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. Conclusions: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences. IN: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Democratic Deficit: critical citizens revisited*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/pippanorris3/publications/books/democratic-deficits>.

Último acesso em: 01/10/2015, 2011.

NOVARO, Marcos. O Debate Contemporâneo sobre a Representação Política. *Novos Estudos*, N° 42, 1995.

NUPPS/USP. *Brasil, 25 anos de democracia – Balanço Crítico: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

OLIVIERI, Cecilia. Os Controles Políticos sobre a Burocracia. *Revista de Administração Pública*, Vol. 45, N° 5, 2011.

OFFE, Claus. How Can We Trust Our Fellow Citizens? IN: WARREN, Mark E (ed). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Political Disaffection as an Outcome of Institutional Practices? IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PATTERSON, Orlando. Liberty Against the Democratic State. IN: WARREN, Mark E (ed). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e ideias. São Paulo: *Lua Nova*, N° 67, 2006.

PORTO, Mauro P. La Crisis de Confianza en la Política y Sus Instituciones: los medios y la legitimidad de la democracia en Brasil. *América Latina Hoy*, Vol. 25, 2000.

PUHLE, Hans-Jürgen. Still the Age of Catch-Allism? Volksparteien and Parteienstaat in Crisis and Re-equilibration. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PUTNAM, Robert. Tuning in, Tuning out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. *Political Studies and Politics*, Vol. 28, N° 4, 1995.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *BIB*, N° 45, 1, 1998.

RICHARDSON, Bradley M. European Party Loyalties Revisited. *The American Political Science Review*, Vol. 85, N° 3, 1991.

SAMUELS, David J.; SHUGART, Matthew S. Presidentialism, elections and representation. *Journal of Theoretical Politics*, Vol. 15, N° 1, 2003.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCARROW, Susan E. Parties without members? Party organization in a Changing Electoral Environment. IN: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P (eds). *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCARROW, Susan E.; WEBB, Paul; FARREL, David M. From Social Integration to Electoral Contestation: The Changing Distribution of Power within Political Parties. IN: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P. *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCHERLIS, Gerardo. Political legitimacy, fragmentation and the rise of party-formation costs in contemporary Latin America. *International Political Science Review*, Vol. 35, N° 3, 2014.

SCHLEGEL, Rogério. A Educação Brasileira e seus Retornos Políticos Decrescentes. IN: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCOTT, Robert E. Political Parties and Policy-Making in Latin America. IN: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds). *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

SZTOMPKA, Piotr. *Trust: a sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STROM, Kaare. Parties at the Core of Government. IN: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P. *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THIES, Michael F. On the Primacy of Party in Government: Why Legislative Parties Can Survive Party Decline in the Electorate. IN: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P. *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

TORCAL, Mariano. Political Disaffection and Democratization History in New Democracies. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political Disaffection in Comparative Perspective. IN: TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (Eds.). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006.

TORCAL, Mariano; GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramon. Anti-Party Sentiments in Southern Europe. IN: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon; LINZ, Juan J (eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

URBINATI, Nadia. O que torna a Representação Democrática? São Paulo: *Lua Nova*, N° 67, 2006.

URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *Annual Political Science Review*, Vol. 11, 2008.

VAN BIEZEN, Ingrid; POGUNTKE, Thomas. The decline of membership-based politics. *Party Politics*, Vol. 20, N° 2, 2014.

WARREN, Mark E. *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Democratic Theory and Trust. IN: WARREN, Mark E (ed). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WEIL, Frederick. The Sources and Structure of Legitimation in Western Democracies: A Consolidated Model Tested with Time-Series Data in Six Countries Since World War II. *American Sociological Review*, Vol. 54, N° 5, 1989.

WHITTEN, Guy D.; PALMER, Harvey D. Heightening Comparativists' Concern for Model Choice: Voting Behavior in Great Britain and the Netherlands. *American Journal of Political Science*, Vol. 40, N° 1, 1996.

WHITELEY, Paul F. Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, Vol. 17, n° 1, 2011.

ANEXO

Tabela 25 - Contingenciamento Confiança e Atenção dada à TV

Confiança	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita
Razoável	99 (12)	74 (13)	96 (23)	34 (21)
Pouca	324 (39)	244 (43)	130 (31)	76 (46)
Nenhuma	409 (49)	249 (44)	190 (46)	55 (33)
$\chi^2 = 46,59$; gl = 6; Pr = ,000				
V de Cramer = 0,108				

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 13 – A. de Correspondência Confiança e Atenção dada à TV

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 26 - Contingenciamento Confiança e Império da Lei

Confiança	Não há isonomia	Há isonomia
Razoável	200 (13)	104 (24)
Pouca	586 (37)	186 (42)
Nenhuma	753 (50)	150 (34)
$\chi^2 = 43,27$; gl = 2; Pr = ,000		
V de Cramer = 0,147		

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 14 – A. de Correspondência Confiança e Império da Lei

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 27 - Contingenciamento Confiança e Lisura das Eleições

Confiança	Não há Lisura	Há Lisura
Razoável	180 (13)	112 (22)
Pouca	512 (38)	215 (43)
Nenhuma	672 (49)	173 (35)
		$\chi^2 = 39,94$; gl = 2; Pr = ,000
		V de Cramer = 0,146

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 15 - A. de Correspondência Confiança e Lisura Eleições

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 28 - Contingenciamento Confiança e Avaliação Economia Atual

Confiança	M. Ruim	Ruim	Regular	Boa	M. Boa
Razoável	6 (4)	63 (10)	46 (12)	176 (23)	13 (24)
Pouca	38 (24)	232 (37)	168 (44)	310 (41)	24 (44)
Nenhuma	114 (72)	330 (53)	164 (44)	276 (36)	18 (32)
$\chi^2 = 121,69$; gl = 8; Pr = ,000					
V de Cramer = 0,175					

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 16 - A. de Correspondência Confiança e Aval. Economia Atual

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 29 - Contingenciamento Confiança e Perspectivas da Eco. no Ano Seguinte

Confiança	M. Pior	P. Pior	Igual	P. Melhor	M. Melhor
Razoável	5 (6)	22 (7)	26 (9)	175 (18)	8 (31)
Pouca	23 (28)	104 (34)	129 (42)	406 (42)	10 (38)
Nenhuma	55 (66)	183 (59)	148 (49)	388 (40)	8 (31)

$\chi^2 = 73,23$; gl = 8; Pr = ,000

V de Cramer = 0,147

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 17 - A. de Correspondência Confiança e Persp. da Eco. no Ano seguinte

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 30 - Contingenciamento Confiança e Aval. Retrospectiva Últimos 10 Anos

Confiança	Piorou M.	Piorou P.	Igual	Melhorou P.	Melhorou M.
Razoável	2 (4)	17 (9)	23 (11)	170 (17)	89 (18)
Pouca	13 (27)	71 (36)	85 (41)	428 (41)	166 (35)
Nenhuma	34 (69)	108 (55)	101 (48)	435 (42)	223 (47)
$\chi^2 = 35,88$; gl = 8; Pr = ,000					
V de Cramer = 0,095					

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 31 - Contingenciamento Confiança e Eleitores de Rousseff (2010)

Confiança	“Perdedor”	“Vencedor”
Razoável	95 (14)	199 (16)
Pouca	244 (36)	492 (42)
Nenhuma	334 (50)	492 (42)
$\chi^2 = 11,28$; gl = 2; Pr = ,004		
V de Cramer = 0,078		

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Gráfico 19 - A. de Correspondência Confiança e Eleitores de Rousseff (2010)

Fonte: NUPPS (2014). Elaboração do autor.

Tabela 32 - Contingenciamento Confiança e Confiança Interpessoal Binária

Confiança	Sem Confiança Interpessoal	Com Confiança Interpessoal
Razoável	243 (14)	61 (31)
Pouca	685 (38)	88 (45)
Nenhuma	864 (48)	45 (24)
$\chi^2 = 62,8; gl = 2; Pr = ,000$		
V de Cramer = 0,177		

Fonte: NUPPS (2014). Nota: os números em parênteses indicam a porcentagem da coluna. Elaboração do autor.

Questionário - NUPPS

1. MÓDULO APOIO AO REGIME/DEMOCRACIA/SISTEMA POLÍTICO

1. Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais.

1	Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.
2	Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.
3	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.
77	NS
88	NR

2. Para você o que é uma democracia?

77	NS
88	NR

3. Falando de democracia, você acha que a democracia tem nada a ver, tem pouco a ver, tem a ver ou tem muito a ver com

		Tem nada a ver	Tem pouco a ver	Tem a ver	Tem muito a ver	NS	NR
A	Liberdade política para organizar sindicatos, movimentos, poder expressar-se, etc.	1	2	3	4	77	88
B	Maior igualdade social.	1	2	3	4	77	88
C	Igualdade de todos perante a Lei.	1	2	3	4	77	88
D	Fiscalização dos atos do governo pelo Congresso de deputados e senadores.	1	2	3	4	77	88
E	Direito dos eleitores de serem ouvidos pelo governo sobre suas reivindicações	1	2	3	4	77	88
F	Dever do governo de atender necessidades de saúde, emprego e educação	1	2	3	4	77	88
G	Direito de escolher o governo através de eleições	1	2	3	4	77	88
H	Fiscalização dos atos do governo pelos tribunais de justiça e pelo Ministério Público	1	2	3	4	77	88
I	Obrigação do governo de atender as reivindicações dos cidadãos.	1	2	3	4	77	88
J	Liberdade em questões morais e sexuais.	1	2	3	4	77	88
K	Direito dos eleitores de terem suas reivindicações e expectativas atendidas pelo governo	1	2	3	4	77	88
L	Acesso às informações sobre as ações do governo	1	2	3	4	77	88
M	Igualdade de direitos para as mulheres.	1	2	3	4	77	88
N	A existência de diversos partidos políticos	1	2	3	4	77	88
O	Menos corrupção, menos tráfico de influência.	1	2	3	4	77	88

4. Muitas coisas podem ser desejadas, mas nem todas elas são características essenciais da democracia. Nas seguintes frases que vou ler, por favor, diga-me o quanto você acredita que a característica é essencial para a democracia. Use essa escala de 1 a 10 na qual 1 significa que “não é uma característica essencial” e 10 significa que “é uma característica democracia essencial da democracia”.

		NOTA	NS	NR
A	O governo cobrar impostos dos ricos e apoiar os pobres.		77	88
B	As pessoas terem sua liberdade protegida pela Lei de Direitos Civis contra a opressão		77	88
C	Criminosos serem severamente punidos		77	88
D	Cidadãos poderem mudar as leis por iniciativa popular ou por meio de plebiscitos		77	88
E	O crescimento da economia		77	88

5. Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), na qual 0 significa péssima e 10 significa excelente, que nota você dá para a Democracia brasileira?

6. Tem gente que acha que sem partidos políticos não pode haver democracia, outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. O que você acha?

1	Sem partidos não pode haver democracia
2	A democracia pode funcionar sem partidos
77	NS
88	NR

7. O Congresso Nacional é formado por deputados federais e senadores eleitos pelo povo. Tem gente que acha que sem Congresso Nacional não pode ter democracia, enquanto outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem Congresso Nacional. O que você acha?

1	Sem Congresso Nacional não pode haver democracia
2	A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional
77	NS
88	NR

8. Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases que vou ler?

		Discorda Muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda/ nem discorda	NS	NR
A	Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país	1	2	3	4	5	77	88
B	Prefiro a democracia do que ter um líder salvador que tenha todo o poder, sem ser controlado pelas leis	1	2	3	4	5	77	88
C	Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de	1	2	3	4	5	77	88

	lado o Congresso e os partidos, e							
	tomar as decisões sozinho							
D	O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder	1	2	3	4	5	77	88
E	Eu daria um cheque em branco a um líder salvador que resolvesse os problemas do país	1	2	3	4	5	77	88
F	O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político	1	2	3	4	5	77	88
G	Só uma ditadura pode dar jeito no Brasil	1	2	3	4	5	77	88

9. Abaixo você irá ler três (quatro) frases sobre política.

Depois de ler todas as três (quatro), apenas me diga com QUANTAS delas você concorda.

1. No Brasil, ricos ou pobres, pretos ou brancos, homens ou mulheres, todas as pessoas são representadas igualmente na política;
2. A cobertura dada pela mídia aos assuntos políticos é sempre justa e raramente sensacionalista;
3. O grande número de partidos políticos do Brasil torna a política brasileira complicada;
4. Apesar de algo indesejado, é compreensível que os políticos as vezes roubem quando fazem política no Brasil.

10. Você tem orgulho de ser brasileiro(a)? Gostaria que me dissesse se você é nada orgulhoso, pouco orgulhoso, orgulhoso ou muito orgulhoso?

- 1 Nada orgulhoso (a)
- 2 Pouco orgulhoso (a)
- 3 Orgulhoso (a)
- 4 Muito orgulhoso
- 5 77 NS
- 88 NR

11. A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que todos são iguais perante a lei ou que não há igualdade perante a lei no Brasil?

- 1 Todos são iguais perante a Lei
- 2 Não há igualdade perante a Lei.
- 77 NS
- 88 NR

12. Quem deve tomar as decisões do país?

1	Especialistas e Técnicos não eleitos ou
2	Governantes eleitos
3	Nenhum deles (Espontânea)
4	Os dois (Espontânea)
77	NS
88	NR

13. Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?

E qual seria a segunda mais importante?

1	Manter a ordem no país
2	Aumentar a participação das pessoas em decisões importantes do governo
3	Combater a inflação (alta de preços)
4	Proteger a liberdade de expressão (o direito das pessoas de dizerem o que

	elas pensam, sem censura do governo)
77	NS
88	NR

14. Os partidos precisam de financiamento para exercer sua função segundo a Constituição política do Estado. Como você acha que os partidos políticos devem ser financiados? Com dinheiro do governo ou com doações de empresas e de particulares?

Devem ser financiados pelo governo	1
Devem ser financiados com doações de empresas	2
Ambos (ESPONTANEA)	3
Os partidos não deviam ter financiamento não deviam existir (ESPONTANEA)	4
NS	77
NR	88

15. Em uma escala de 1 a 10, onde 1 indica que as empresas não têm nenhuma influencia em quem ganha as eleições e 10 indica que as empresas influenciam muito quem ganha as eleições em qual ponto você se colocaria?

As empresas não têm nenhuma influência sobre os resultados das eleições	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	As empresas influenciam muito os resultados das eleições

16. Vou ler alguns aspectos que ocorrem nas campanhas eleitorais e gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se acha cada aspecto “Justo” ou “Injusto”. Utilize uma escala de 1 a 10 onde 1 representa que o(a) Sr(a) acha que é “Muito Injusto” e 10 representa que o (a) Sr(a) acha que é “Muito Justo”.

Os números entre 1 e 10 indicam uma opinião intermediária.

A	Apoio financeiro de grandes empresas para políticos que beneficiam estas empresas	
B	Uso da máquina do governo para favorecer o candidato do partido ou grupo no poder	
C	O apoio dos meios de comunicação a certos candidatos	
D	A diferença de tempo dos candidatos no horário gratuito de TV	
E	A distribuição de cargos públicos e empregos aos partidos em disputa	

17. Você acha que:

1	A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes
2	Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes.
77	NS
88	NR

2. MÓDULO MEMÓRIA E COMPARAÇÃO DO GOVERNO

18. Em quem você votou na última eleição presidencial de 2010?

1	Dilma
2	José Serra
3	Anulou o voto/ votou em branco (ESPONTÂNEA)
4	Não, maior de 70 anos
5	Não, 16 e 17 anos
6	Não votou por opção

7	Não e justificou o voto no primeiro turno
8	Não e não justificou o voto
9	Não votou porque não tinha documento exigido
77	NS/Não lembra
88	NR

19. Na sua opinião, como está sendo o governo da presidente Dilma? Um governo muito ruim, ruim, bom, ou muito bom?

1	Muito ruim
2	Ruim
3	Bom
4	Muito bom
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

20. E quanto à situação econômica do Brasil no governo Dilma – desde janeiro de 2011 – Você diria que a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

21. E durante o governo LULA – entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010 – Você diria que a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou igual em relação ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

22. E durante o governo FERNANDO HENRIQUE – entre janeiro de 1994 e dezembro de 2002 – Você diria que a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou igual em relação ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

23. Segundo o que você conhece ou ouviu falar sobre os governos militares no Brasil, no tempo dos generais Geisel e Figueiredo, a **situação econômica atual** melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

24. Falando dos direitos humanos, a situação, no governo de DILMA melhorou, piorou ou ficou igual em relação ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

25. E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a situação dos direitos humanos, durante o governo melhorou, piorou ou ficou igual em relação ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

26. E no governo de LULA, você diria que a situação dos direitos humanos melhorou, piorou ou ficou igual em relação ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

27. E segundo o que você conhece ou ouviu falar sobre os governos militares no Brasil, no tempo dos generais GEISEL e FIGUEIREDO, a situação atual dos direitos humanos no Brasil melhorou, piorou ou ficou igual?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

28. Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas melhoraram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes?

1	Melhoraram
2	Pioraram
3	Ficaram iguais
77	NS
88	NR

29. E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influencia durante o governo, as coisas melhoram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes?

1	Melhorou
2	Piorou
3	Ficou igual
77	NS
88	NR

30. E no governo Lula, falando de corrupção e tráfico de influência, as coisas melhoram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes?

1	Melhoraram
2	Pioraram
3	Ficaram iguais
77	NS
88	NR

31. Segundo o que você conhece ou ouviu falar sobre os governos militares no Brasil, no tempo dos generais Geisel e Figueiredo, com relação à **corrupção e tráfico de influência**, as coisas melhoraram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes?

1	Melhoraram
2	Pioraram
3	Ficaram iguais
77	NS
88	NR

32. Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

1	Sim
2	Não ☐ Registre 99 (NSA) na próxima questão. Pule para 32
77	NS ☐ Registre 99 (NSA) na próxima questão. Pule para 32
88	NR

33. Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

34. Ainda falando dos partidos políticos brasileiros. Como você se sente com relação a eles? Não é próximo a nenhum, pouco próximo, próximo ou muito próximo de algum partido?

- 1 Não é próximo a nenhum
- 2 Pouco próximo
- 3 Próximo
- 4 Muito próximo 77 NS

- Pule para 34 88 NR - Pule para 34

35. E desta lista de partidos? De qual você se sente mais próximo em 1º lugar E em 2º lugar?

		1º lugar	2º lugar
1	PSB	1	1
2	DEM	2	2
3	PSDB	3	3
4	PMDB	4	4
5	PTB	5	5
6	PP	6	6
7	PDT	7	7
8	PL	8	8
9	PSOL	9	9
10	PCdoB	10	10
11	PV	11	11
12	PP	12	12
13	PR (união entre PRONA e PL)	13	13
15	PT	15	15
16	PPS	16	16
17	PSD	17	17

18	Outros (ESPONTÂNEA)	18	18
66	Nenhum (ESPONTÂNEA)		
77	NS		
88	NR		

36.Desta lista de candidatos qual é aquele que o(a) Sr(a) se sente mais próximo em 1º lugar ? E em 2º.lugar?

		1º lugar	2º lugar
A	SERGIO CABRAL	1	1
B	EDUARDO CAMPOS	2	2
C	ANTHONY GAROTINHO	3	3
D	JOSÉ SARNEY	4	4
E	MICHEL TEMMER	5	5
F	GERALDO ALCKMIN	6	6
G	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	7	7
H	JAQUES WAGNER	8	8
I	GILBERTO KASSAB	9	9
J	LULA	10	10
K	AÉCIO NEVES	11	11
L	CIRO GOMES	12	12
M	DILMA ROUSSEFF	13	13
N	JOSÉ SERRA	14	14
O	MARINA SILVA	15	15
P	Outros (ESPONTÂNEA)	16	16
66	Nenhum (ESPONTÂNEA)	66	66
77	NS	77	77
88	NR	88	88

37. Se neste domingo houvesse eleições, em qual partido você votaria?

1	(ANOTE)
2	Nenhum/ não votaria (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

38. Na sua opinião os partidos representam mais

1	O conjunto da população
2	Os próprios políticos
3	Os eleitores e grupos que apóiam os partidos
77	NS
88	NR

39. Na sua opinião, os partidos políticos são : (LER OPÇÕES 1 e 2)

1	Indispensáveis à democracia OU
2	Só servem para dividir as pessoas
3	NDA/Outras (ESPONTANEA). Qual? (ANOTE):
77	NS
88	NR

40. Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para Presidente da República?

1	Sim
2	Não
77	NS/ Talvez/ Depende (ESPONTANEA)
88	NR

41.O que é melhor, um presidente da República que...?

1	Seja identificado com um partido político OU
2	Um presidente que não dê importância para os partidos
77	NS
88	NR

42.No primeiro ano da presidente Dilma foram demitidos 7 ministros por denúncias de corrupção. Você diria que o governo da presidente Dilma combate mais ou menos a corrupção no Brasil do que os governos anteriores?

O governo Dilma combate mais	1
O governo Dilma combate menos	2
NS	77
NR	88

3. MÓDULO CONFIANÇA INTERPESSOAL/SOCIAL E INSTITUCIONAL

43. Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?

1	Podemos confiar na maioria das pessoas
2	Todo cuidado é pouco no trato com os outros
77	NS
88	NR

44. Gostaria que você dissesse se tem nenhuma confiança, pouca confiança, alguma confiança ou muita confiança:

		Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	NS	NR
A	Na sua família	1	2	3	4	77	88
B	Nos seus amigos	1	2	3	4	77	88
C	Nos seus vizinhos	1	2	3	4	77	88
D	Nos seus colegas de trabalho	1	2	3	4	77	88
E	Na maioria das pessoas	1	2	3	4	77	88
F	Nas pessoas que frequentam sua igreja	1	2	3	4	77	88

45. Ao falar sobre confiança nas pessoas quais são as três primeiras palavras que vem à sua cabeça?

1. _____
2. _____
3. _____

46. Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições , quais são as três primeiras palavras que vêm à sua cabeça?

1. _____
2. _____
3. _____

47. Vou citar alguns órgãos públicos e instituições e gostaria de saber qual é o grau de confiança que o(a) Sr(a) tem em cada um deles. Você diria que tem nenhuma confiança, pouca confiança, alguma confiança ou muita confiança ...

		Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	NS	NR
A	Na Igreja;	1	2	3	4	77	88
B	Nas Forças Armadas;	1	2	3	4	77	88
C	No poder judiciário;	1	2	3	4	77	88
D	Na polícia;	1	2	3	4	77	88
E	No Congresso Nacional;	1	2	3	4	77	88
F	Nos partidos políticos;	1	2	3	4	77	88
G	Na televisão;	1	2	3	4	77	88
H	Nos sindicatos;	1	2	3	4	77	88

I	Nos empresários;	1	2	3	4	77	88
J	No governo;	1	2	3	4	77	88
K	No presidente;	1	2	3	4	77	88
L	Nos bombeiros	1	2	3	4	77	88
M	Nas leis do país	1	2	3	4	77	88
N	Nos movimentos sociais e associações comunitárias	1	2	3	4	77	88

48. O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 1º? E em 2º lugar?

		1º lugar	2º lugar
A	Os órgãos públicos tratarem as pessoas de maneira igual	1	1
B	Elas serem fiscalizadas	2	2
C	Elas darem a informação que necessito	3	3
D	Elas assumirem a responsabilidade quando erram	4	4
E	O que os amigos e a família dizem delas	6	6
F	O que os meios de comunicação dizem delas	7	7
G	Elas cumprirem suas promessas	8	8
H	Elas terem interesse na opinião das pessoas	9	9
I	O que sua comunidade religiosa diz sobre elas	11	11
77	NS	77	77
88	NR	88	88

49. Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que o(a) Sr(a) utilize os números desta escala de 1 a 10. Na escala 1 significa que você não tem nenhuma confiança e 10 indica que você tem muita confiança. Um valor entre 1 e 10 indica uma opinião intermediária. Lembre-se que você pode usar qualquer número. De 1 a 10...

		NOTA
A	Até que ponto você confia no Superior Tribunal Eleitoral	
C	Até que ponto você confia no Ministério Público	
D	Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União	
E	Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU)	
F	Até que ponto você confia nas CPIs	
G	Até que ponto você confia na Defensoria Pública da União	
77	NS	
88	NR	

50. Dos deputados e senadores eleitos em 2010: você diria que está totalmente insatisfeito ou totalmente satisfeito com o trabalho deles no Congresso Nacional? Nesta escala de respostas 1 significa que está totalmente insatisfeito e 10 que está totalmente satisfeito. Um valor entre 1 e 10 indica uma opinião intermediária. Que nota você daria ao trabalho do atual Congresso Nacional?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

77	NS
88	NR

51. Falando em geral do atual governador do seu estado você diria que o trabalho que está realizando é:

Muito ruim	1
Ruim	2
Bom	3
Muito Bom	4
Regular (ESPONTANEA)	5
NS	77
NR	88

52. Falando dos deputados da Assembleia Legislativa do seu Estado, você diria que o trabalho que estão realizando é:

Muito ruim	1
Ruim	2
Bom	3
Muito Bom	4
Regular (ESPONTANEA)	5
NS	77
NR	88

4. MODULO INFORMAÇÃO e ENGAJAMENTO CIVICO

53. Quantas horas por dia você gasta vendo TV? Ou você não costuma assistir TV?

1	Até 1 hora
2	Até 2 horas
3	Até 3 horas
4	Até 4 horas
5	Até 5 horas
6	Mais de 5 horas
7	Não costumo assistir TV
77	NS
88	NR

54. Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA? Em qual você confia mais em 1º lugar? E em 2º lugar (ANOTAR)?

		1ºlugar	2ºlugar
A	No Rádio	1	1
B	Na Televisão	2	2
C	Em Jornais ou revistas	3	3
D	Em Amigos e Familiares	4	4
E	Nenhum/ Não confia em nenhuma fonte (ESPONTÂNEA)	5	5
77	NS		

88	NR
----	----

55. Com que frequência você assiste o Jornal Nacional da TV Globo durante a semana? Todos os dias, 1 vez por semana, 2, 3, 4 ou 5, ou você nunca assiste Jornal Nacional?
(ANOTAR O NÚMERO DE VEZES NA SEMANA)

1 vez	2 vezes	3	4	5	6 todos os dias	7 nunca assiste o Jornal Nacional	77 NS	88 NR
----------	------------	---	---	---	-----------------------	---	----------	----------

Se respondeu alternativa 7, 77 ou 88

55. A. (Se nunca assiste o Jornal Nacional). Assiste outro jornal?

1	Sim. Qual? _____
2	Não assiste a nenhum outro jornal
77	NS
88	NR
99	NSA (porque não respondeu 7, 77 ou 88)

Com que frequência o(a) Sr.(a) lê as notícias nos jornais de grande circulação nacional?

1 Raramente vezes	2 Uma ou duas vezes	3 todos os dias	4 Nunca	77 NS	88 NR
-------------------------	---------------------------	--------------------	------------	----------	----------

Se respondeu alternativa 4, 77 ou 88

55. B. (Se nunca lê um jornal de grande circulação nacional). Lê outro jornal?

1	Sim. Qual? _____
2	Não lê nenhum outro jornal
77	NS
88	NR
99	NSA (porque não respondeu 4, 77 ou 88)

56. Na semana passada, você diria que prestou nenhuma atenção, pouca atenção, alguma atenção, ou muita atenção...

		Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	NS	NR
A	Nas notícias que deram na televisão sobre política	1	2	3	4	77	88

B	Nas notícias políticas no rádio	1	2	3	4	77	88
C	Nas notícias políticas na Internet	1	2	3	4	77	88
D	Nas notícias políticas nos jornais e revistas	1	2	3	4	77	88

57. Qual (is) das seguintes ações constitui a melhor maneira das pessoas influenciarem nas decisões públicas

1. Participando de referendos plebiscitos	6. Participando de sindicatos
2. Participando de reuniões e debates públicos	7. Votando nas eleições legislativas (vereadores e deputados)
3. Participando de Comitês para resolver questões específicas	8. Votando nas eleições presidenciais
4. Participando de movimento, grupo e associações	9. Mantendo contatos pessoais com pessoas que tomam decisões importantes
5. Participando de conselhos setoriais, tais como os de saúde, segurança, etc.	10. Utilizando os meios de comunicação
77. NS	88. NR

58. Gostaria de saber com que frequência você participa das seguintes atividades. Você Nunca, quase nunca, frequentemente ou muito frequentemente?

		Nunca	Quase Nunca	Frequente mente	Muito frequentemente	NS	NR
A	Conversa sobre política com amigos	1	2	3	4	77	88
B	Tenta convencer alguém do que Você pensa politicamente	1	2	3	4	77	88
C	Trabalha para um candidato ou partido político	1	2	3	4	77	88
D	Trabalha por um tema que afeta a sua comunidade	1	2	3	4	77	88
E	Faz um pedido a um funcionário público	1	2	3	4	77	88
F	Participa de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do seu bairro ou cidade	1	2	3	4	77	88
G	Participa de reuniões de algum movimento ou causa social	1	2	3	4	77	88
H	Participa de Conselhos locais/ Orçamento Participativo	1	2	3	4	77	88
I	As pessoas pedem sua opinião sobre política	1	2	3	4	77	88
J	Participa de política através da internet	1	2	3	4	77	88

59. Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se já fez, se você poderia fazer ou se nunca faria, em nenhuma circunstância.

		Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	NS	NR
A	Assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet)	1	2	3	77	88
B	Participar de boicotes (por exemplo, deixar de pagar de impostos, aluguéis, etc.)	1	2	3	77	88
C	Participar de manifestações autorizadas	1	2	3	77	88
D	Participar de greves não organizadas por sindicatos	1	2	3	77	88
E	Participar de manifestações de protesto não autorizadas	1	2	3	77	88
F	Bloquear o trânsito como forma de protesto	1	2	3	77	88
G	Ocupar prédios, fábricas, terrenos, escolas	1	2	3	77	88

60. Vou citar algumas organizações e gostaria que você me dissesse se participa ou não de cada uma delas. Você participa ou não participa de:

		Sim	Não	NS	NR
A	Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro	1	2	77	88
B	Associação de defesa do consumidor	1	2	77	88
C	Partido Político (SE SIM, QUAL?) (ANOTAR)	1	2	77	88
D	Grupo de defesa do meio ambiente	1	2	77	88
E	Clube esportivo	1	2	77	88
F	Sindicato (SE SIM, QUAL?) (ANOTAR)	1	2	77	88
G	Grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes	1	2	77	88
H	Grupo religioso (comunidade eclesial de base ou outro grupo ligado à sua igreja)	1	2	77	88
I	Grupo ou associação de assistência social	1	2	77	88
J	Associação de voluntariado	1	2	77	88
K	Centro cultural, associações culturais ou algum tipo de movimento cultural	1	2	77	88
L	Conselhos de saúde	1	2	77	88
M	Conselhos de educação	1	2	77	88
N	Associações de Pais e Mestres	1	2	77	88
O	Conselhos de Cultura	1	2	77	88
P	Conselhos de Segurança Pública (CONSEGs)	1	2	77	88
Q	Conselhos tutelares	1	2	77	88
R	Associação profissional	1	2	77	88
S	Entidade beneficente ou de caridade	1	2	77	88
T	Associação ligada à defesa dos direitos de minorias	1	2	77	88
U	Orçamento Participativo	1	2	77	88
V	Outra?	1	2	77	88

61. Dentre as organizações que você participa, de qual você participa mais? (NÃO LER OPÇÕES). _____

77	NR
88	NS
99	NSA

62. O principal motivo que a\o levou a participar da\do foi

1	Vontade de ajudar os outros
2	Para cooperar com o seu grupo na busca de melhorias
3	Para cooperar na busca de melhorias coletivas
4	Porque te ajuda de alguma maneira, ou
5	Para defender as ideias nas quais você acredita
6	Outro motivo (ESPONTANEA) Qual? (ANOTAR)
77	NR
88	NS
99	NSA

63. Para nosso estudo é muito importante saber os motivos pelos quais as pessoas não participam de grupos, associações ou partidos. Qual é o principal motivo porque você não participa? Você não participa porque...

1	Não tem interesse em participar
2	Não tem tempo
3	Não tem dinheiro para participar
4	Não conhece
5	Não pode ajudar
6	Não resolve nada
7	Não tem razão pra participar
8	Outros resolvem o assunto
9	Prefere resolver sozinho os próprios problemas
10	Espera que o governo resolva o(s) problema (as)
11	Outro motivo (ESPONTANEA) (ANOTAR)
77	NR
88	NS
99	NSA

64. E quanto ao seu interesse por política, você diria que é nada interessado, pouco interessado, interessado ou muito interessado?

1	Nada interessado
2	Pouco Interessado
3	Interessado
4	Muito interessado
77	NS
88	NR

65. No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?

1	Atuar através de conexões pessoais e familiares com os funcionários do governo.
2	Escrever aos funcionários do governo explicando seu ponto de vista.
3	Atrair pessoas interessadas no problema e formar um grupo
4	Atuar por meio de um partido político
5	Organizar um protesto político
6	Outro (ESPONTANEA) Qual?
7	Nenhum (ESPONTANEA)
77	NS
88	NR

66. Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto **não** influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma **nota de 1 a 10**. O **1** significa que o nosso voto “**influencia** muito” e **10** **significa que o nosso voto “não influencia nada”** no que acontece no Brasil. O que o(a) sr(a) acha?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nosso voto muito									Nosso voto não influencia nada

67. Por favor, indique se concorda ou discorda da ideia apresentada a seguir:

	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
Apenas aqueles que são bem informados sobre problemas públicos deveriam votar	1	2	3	4	5	77	88

5. MODULO PARADIGMAS DE POLITICAS PUBLICAS

68. Vou citar algumas atividades que podem ser realizadas só pelo governo, só pelas empresas, realizadas por ambos, governos e empresas, ou ainda, pelo governo junto com a sociedade e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse quem deve fornecer cada uma dessas atividades no Brasil. Quem deve administrar a/o (LER ATIVIDADE)? Só o governo, só as empresas, ambos (governo e empresas) ou o governo junto com a sociedade?

	Atividades	Só o Governo	Só as empresas	Ambos: Governo e empresas	O governo junto com sociedade	NS	NR
A	Educação	1	2	3	4	77	88
B	Saúde	1	2	3	4	77	88

C	Atividades culturais (museus, cinemas e teatros)	1	2	3	4	77	88
D	Crime, violência	1	2	3	4	77	88
E	Serviços de Telefone	1	2	3	4	77	88
F	Gasolina	1	2	3	4	77	88

69. Quem, na sua opinião, deveria ser o principal responsável no atendimento das seguintes políticas públicas (LER O PROBLEMA) Governo Federal, Estadual ou Municipal?

	Tipo de Problema			
		Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal
A	Educação			
B	Saúde			
C	Habitação			
D	Atividades culturais (museus, cinemas e teatros)			
E	Crime Violencia			
F	Esgoto			

70. Você acha que o Brasil é governado em benefício (LER ITENS 1 e 2).

1	Dos grandes interesses de poucos
2	De toda a população
3	Outras respostas (ESPONTÂNEA) (ANOTAR)
77	NS
88	NR

71. Abaixo você irá ler três (quatro) frases sobre desigualdade social. Depois de ler todas as três (quatro), apenas me diga com QUANTAS delas você concorda. Eu não quero saber com quais das frases abaixo você concorda, apenas me diga com QUANTAS das frases abaixo você concorda.

1. A pobreza existe porque há uma omissão do Estado Brasileiro;
2. A pobreza existe porque há diferentes oportunidades sociais dadas às pessoas;
3. A pobreza existe porque o acesso à educação é desigual;
4. A pobreza existe porque a capacidade das pessoas é também muito desigual

72. Agora vou ler para você mais uma série de frases e gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com as seguintes afirmações:

AFIRMAÇÃO		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros	1	2	3	4	5	77	88
B	Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia	1	2	3	4	5	77	88
C	A privatização das empresas estatais foi boa para o país	1	2	3	4	5	77	88
D	A economia de mercado é o único sistema pelo qual o Brasil pode se tornar	1	2	3	4	5	77	88

	desenvolvido							
E	Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade	1	2	3	4	5	77	88
F	O governo deveria oferecer menos serviços públicos como saúde e educação, para reduzir os impostos	1	2	3	4	5	77	88
G	Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais	1	2	3	4	5	77	88

73. Por favor, indique se concorda ou discorda de cada ideia apresentada a seguir:

IDEIA		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	Muitas vezes os políticos nomeiam familiares para cargos públicos porque sabem que é possível confiar nos parentes	1	2	3	4	5	77	88
B	Os governantes estão certos quando arrumam emprego público para as pessoas que trabalham para elegê-los.	1	2	3	4	5	77	88
C	Algumas pessoas são mais qualificadas para dirigir este país devido à sua tradição e história familiar	1	2	3	4	5	77	88
D	Qualquer indivíduo ou organização têm o direito de reagir às iniciativas governamentais	1	2	3	4	5	77	88
E	Um líder deve seguir suas convicções mesmo que elas contrariem as expectativas de seus eleitores	1	2	3	4	5	77	88
F	Normalmente a ampla participação nas decisões públicas leva a conflitos indesejáveis	1	2	3	4	5	77	88
G	Conflitos políticos normalmente resultam em prejuízos para a sociedade	1	2	3	4	5	77	88
H	Poucas pessoas sabem realmente o que é melhor	1	2	3	4	5	77	88
	para seus interesses em longo prazo. Quem sabe mais são os líderes políticos do país							
I	Para não confundir o povo um líder pode esconder certos fatos	1	2	3	4	5	77	88

74. É sabido que comparativamente a outros países, é grande a desigualdade de renda no Brasil. Qual das seguintes alternativas melhor explica este problema?

1	A pobreza existe porque a capacidade das pessoas é também muito desigual
2	A pobreza existe porque as políticas econômicas contribuem para a desigualdade.
77	NS
88	NR

75. A seguir lerei algumas frases e peço, por favor, que o(a) Sr(a) indique se concorda ou discorda de cada idéia apresentada.

IDEIA		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	Só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar social das pessoas	1	2	3	4	5	77	88
B	Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros	1	2	3	4	5	77	88
C	Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais oportunidades do que as ricas	1	2	3	4	5	77	88
D	Políticas de reservas de vagas para negros e pobres prejudicam quem tem mais competência	1	2	3	4	5	77	88
G	Quando uma política pública é bem sucedida no país, ela deve ser mantida independente de quem ganha a eleição	1	2	3	4	5	77	88

6. MODULO RESPONSABILIDADE, TRANSPARENCIA e AVALIAÇÃO

76. Vou ler algumas frases sobre política e gostaria de saber se você discorda ou concorda de cada uma delas.

		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	Os funcionários do governo não se preocupam muito com aquilo que pessoas como você pensa.	1	2	3	4	5	77	88
B	As vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que esta acontecendo.	1	2	3	4	5	77	88
C	Pessoas como você não tem como	1	2	3	4	5	77	88

	influenciar no que o governo faz.							
D	O voto permite que pessoas como você possam influenciar nos acontecimentos do país.	1	2	3	4	5	77	88

77. Eu vou ler algumas frases sobre os órgãos públicos e instituições do país, e quero que você diga se concorda ou discorda de cada uma delas:

		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	As atividades do órgãos públicos são totalmente fiscalizadas	1	2	3	4	5	77	88
B	Os órgãos públicos não prestam informação sobre os serviços que fornecem	1	2	3	4	5	77	88
C	Os órgãos públicos tratam todas as pessoas igualmente	1	2	3	4	5	77	88

78. Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?

1	As eleições são limpas
2	São objetos de fraude
77	NS
88	NR

79. Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de cada uma delas

		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.	1	2	3	4	5	77	88
B	Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.	1	2	3	4	5	77	88
C	Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça.	1	2	3	4	5	77	88
D	Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.	1	2	3	4	5	77	88
E	O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.	1	2	3	4	5	77	88

80. Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério

1	Muito sério
2	Sério
3	Pouco sério

4	Não é um problema sério
77	NS
88	NR

81. Eu vou ler algumas frases sobre os órgãos públicos e instituições do país, e quero que você diga se discorda ou concorda com cada uma delas:

		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	Os órgãos públicos devem permitir o acesso de qualquer pessoa a todas as informações sobre os serviços públicos.	1	2	3	4	5	77	88
B	Algumas informações sobre as ações dos governos devem ser mantidas em segredo	1	2	3	4	5	77	88
C	Cada pessoa deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público	1	2	3	4	5	77	88

82. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 0 a 10 sobre a eficiência das seguintes instituições no combate à corrupção. (0 representa nada eficiente e 10 representa muito eficiente).

- A Ministério Público
- B Judiciário
- C Defensoria Pública
- D Tribunais de Contas da União (TCU)
- E Controladoria Geral da União (CGU)
- F Ouvidoria Geral da União
- G CPIs
- H Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
- I Conselho Nacional de Justiça
- J Supremo Tribunal Federal (STF)
- 77 NS
- 88 NR

83. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) Sr(a) utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os) (ler política)? _____

00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Muito
insatisfeito

Muito
satisfeito

		Nota	NS	NR
A	Controle da criminalidade		77	88
B	Acesso a tratamento médico especializado		77	88
C	Diminuição das desigualdades sociais		77	88
D	Acesso aos serviços de atendimento médico		77	88

E	Acesso do cidadão comum à justiça		77	88
F	Qualidade do ensino público		77	88
G	Acesso ao ensino profissionalizante		77	88
H	Controle da violência policial		77	88
I	Acesso a remédios		77	88
J	Respeito às leis		77	88
K	Acesso ao Ensino Médio		77	88
L	Oportunidades de acesso ao ensino superior		77	88
M	Acesso à cultura (museus, cinemas, teatros, shows, etc)		77	88
N	Diminuição do desemprego		77	88

84. Você já utilizou os seguintes serviços? (LER O SERVIÇO)

85. Quando foi a última vez que que o(a) Sr(a) utilizou o serviço de (CITAR O SERVIÇO): nos últimos 6 meses ou mais de 6 meses? (ANOTAR).

86. E que nota - de 0 a 10 – você daria ao serviço utilizado nessa vez?

87. Como foi a sua experiência com esse serviço público?

88. Gostaria que você avaliasse se foi péssimo, ruim, bom ou ótimo os seguintes itens com relação ao atendimento do serviço de (CITAR CADA SERVIÇO UTILIZADO):

		85. Serviços				86. SE SIM na 84					87. SE SIM na 84 Nota do serviço				88. SE SIM na 84 A experiência com o serviço					
		SIM	NAO	NS	NR	6	6	NS	NR	NSA	NOTA	NS	NR	NSA		SIM	NAO	NR	NS	NSA
A	Postos de Saúde														a. Enfrentou longas filas para ser atendido?	1	2	77	88	99
		1	2	77	88	1	2	77	88	99	77	88	99		b. Teve o problema resolvido?	1	2	77	88	99
															c. Pediram dinheiro, direta ou indiretamente?	1	2	77	88	99
															d. Foi discriminado ou humilhado ?	1	2	77	88	99
B	Polícia														a. Enfrentou longas filas para ser atendido?	1	2	77	88	99
		1	2	77	88	1	2	77	88	99	77	88	99		b. Teve o problema resolvido?	1	2	77	88	99
															c. Pediram dinheiro, direta ou indiretamente?	1	2	77	88	99
															d. Foi discriminado ou humilhado ?	1	2	77	88	99
C	Educação														a. Enfrentou longas filas para ser atendido?	1	2	77	88	99
		1	2	77	88	1	2	77	88	99	77	88	99		b. Teve o problema resolvido?	1	2	77	88	99
															c. Pediram dinheiro, direta ou indiretamente?	1	2	77	88	99
															d. Foi discriminado ou humilhado ?	1	2	77	88	99
D	Atividades Culturais (museus, cinemas, teatros e shows)														a. Enfrentou longas filas para ser atendido?	1	2	77	88	99
		1	2	77	88	1	2	77	88	99	77	88	99		b. Teve o problema resolvido?	1	2	77	88	99
															c. Pediram dinheiro, direta ou indiretamente?	1	2	77	88	99
															d. Foi discriminado ou humilhado ?	1	2	77	88	99

		88. SE SIM na 84 Avaliação do Serviço								
		. Gostaria que você avaliasse se foi <u>péssimo, ruim, bom ou ótimo</u> os seguintes itens com relação ao atendimento do serviço de (CITAR O SERVIÇO UTILIZADO): (ACEITAR REGULAR COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA	Pes sím o	Ruim	Bom	Ótimo		NS	NR	NSA
A	Postos de Saúde	a. A rapidez para receber o serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
		b. O cuidado e a educação de quem o(a) atendeu	1	2	3	4	5	77	88	99
		c. A competência técnica de quem o(a) atendeu .	1	2	3	4	5	77	88	99
		d. A qualidade do material ou equipamento usado .	1	2	3	4	5	77	88	99
		e. A limpeza / higiene do local de atendimento	1	2	3	4	5	77	88	99
		f. As informações que recebeu sobre seu caso	1	2	3	4	5	77	88	99
		g. A organização geral do serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
B	Polícia	a. A rapidez para receber o serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
		b. O cuidado e a educação de quem o(a) atendeu	1	2	3	4	5	77	88	99
		c. A competência técnica de quem o(a) atendeu .	1	2	3	4	5	77	88	99
		d. A qualidade do material ou equipamento usado .	1	2	3	4	5	77	88	99
		e. A limpeza / higiene do local de atendimento	1	2	3	4	5	77	88	99
		f. As informações que recebeu sobre seu caso	1	2	3	4	5	77	88	99
		g. A organização geral do serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
C	Educação	a. A rapidez para receber o serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
		b. O cuidado e a educação de quem o(a) atendeu	1	2	3	4	5	77	88	99
		c. A competência técnica de quem o(a) atendeu .	1	2	3	4	5	77	88	99
		d. A qualidade do material ou equipamento usado .	1	2	3	4	5	77	88	99
		e. A limpeza / higiene do local de atendimento	1	2	3	4	5	77	88	99
		f. As informações que recebeu sobre seu caso	1	2	3	4	5	77	88	99
		g. A organização geral do serviço	1	2	3	4	5	77	88	99

CONTINUAÇÃO		88. SE SIM na 84 Avaliação do Serviço								
			Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo	<div>Regular (ESPONTANEA)</div> NS	NR	NSA	
D	Atividades Culturais	a. A rapidez para receber o serviço	1	2	3	4	5	77	88	99
		b. O cuidado e a educação de quem o(a) atendeu	1	2	3	4	5	77	88	99
		c. A competência técnica de quem o(a) atendeu .	1	2	3	4	5	77	88	99
		d. A qualidade do material ou equipamento usado .	1	2	3	4	5	77	88	99
		e. A limpeza / higiene do local de atendimento	1	2	3	4	5	77	88	99
		f. As informações que recebeu sobre seu caso	1	2	3	4	5	77	88	99
		g. A organização geral do serviço								

89. Eu vou ler algumas frases sobre os órgãos e serviços públicos do país, e quero que você diga se concorda ou discorda de cada uma delas:

		Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS	NR
A	As autoridades e dirigentes dos órgãos públicos são incompetentes	1	2	3	4	5	77	88
B	Meus amigos e familiares falam bem dos órgãos públicos	1	2	3	4	5	77	88
C	Os órgãos públicos sempre assumem sua responsabilidade quando erram	1	2	3	4	5	77	88
D	Os funcionários dos órgãos públicos tratam bem as pessoas	1	2	3	4	5	77	88
E	Os órgãos públicos cumprem suas promessas	1	2	3	4	5	77	88
F	Os órgãos públicos não se interessam pela opinião do usuário	1	2	3	4	5	77	88

90. A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Estado?

1	Sim
2	Não
7	NS
8	NR

91. Em qual área você acha que o governo investe mal os impostos?

92. Para cada lugar que eu citar, por favor diga se esse lugar é nada seguro, pouco seguro, seguro ou muito seguro.

		Nada seguro	Pouco seguro	Seguro	Muito seguro	NS	NR
A	A rua onde o(a) Sr(a) mora é	1	2	3	4	77	88
B	As ruas próximas onde o(a) Sr(a) mora são	1	2	3	4	77	88
C	O bairro onde o(a) Sr(a) mora é	1	2	3	4	77	88
D	A cidade onde o(a) Sr(a) mora é	1	2	3	4	77	88
E	A capital do Estado é	1	2	3	4	77	88
F	O interior do Estado é	1	2	3	4	77	88

93. Agora vou fazer algumas perguntas sobre problemas que podem ter ocorrido com o(a) Sr(a) **ao longo da sua vida**. Alguma vez na sua vida o(a) Sr(a) Quantas vezes isto aconteceu?

94. Quando isto aconteceu a ultima vez, nos últimos 6 meses, no ultimo ano, entre 1 e 5 anos ou há mais de 5 anos?

	90 Alguma vez na sua vida o(a) Sr(a)...					94 (SE SIM na 93) Quantas vezes isto aconteceu?				95 (SE SIM na 93) Quando isto aconteceu a ultima vez...						
		SIM	NAO	NS	NR	Quantas vezes (Anotar)	NS	NR	NSA	Nos últimos 6 meses	No ultimo ano	Entre 1 e 5 Anos	Há mais de 5 anos	NS	NR	NSA
A	Já foi assaltado à mão Armada?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
B	Já foi roubado por um ladrão sem armas?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
C	Teve sua casa roubada	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
D	E tentativa de roubo à sua casa, já houve Alguma?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
E	Já teve carro roubado?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
F	Já foi agredido por alguém na rua?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
G	Já foi ameaçado de morte?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99
H	Já foi sequestrado?	1	2	77	88		77	88	99	1	2	3	4	77	88	99

96. Como você avalia a situação econômica do país hoje? (ler opções de 1 a 4)

1	Muito ruim
2	Ruim
3	Boa
4	Muito boa
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

97. E no próximo ano, a situação econômica do país será: Muito pior

- 1 Um pouco pior
- 2 Um pouco melhor
- 3 Muito melhor
- 4 Igual (ESPONTÂNEA)
- 77 NS
- 88 NR

98. A sua situação econômica atual e a de sua família é: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1	Muito ruim
2	Ruim
3	Boa
4	Muito boa
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

99. E nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será muito melhor , melhor, muito pior ou pior que a situação econômica que vocês tem hoje? (ACEITAR IGUAL COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA)(ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Muito pior
- 2 Um pouco pior
- 3 Um pouco melhor
- 4 Muito melhor
- 5 Igual (ESPONTÂNEA)
- 77 NS
- 88 NR

100. Pensando em sua situação econômica de hoje e comparada com a de 10 anos atrás, você diria que ela melhorou muito, melhorou um pouco, piorou um pouco ou piorou muito em relação ao resto dos brasileiros?

1	Piorou muito
2	Piorou um pouco
3	Melhorou um pouco
4	Melhorou muito
5	Permaneceu igual (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

101. O salário que você ganha e o total de rendimentos de sua família lhe permite cobrir satisfatoriamente suas necessidades? Por favor, me indique em qual das seguintes situações Você se encontra?

1	É suficiente, permite economizar
2	É suficiente, não tenho grandes dificuldades
3	Não é suficiente, tenho dificuldades
4	Não é suficiente, tenho grandes dificuldades
77	NS
88	NR

8. MODULO SOCIODEMOGRAFICAS

102. Sexo do Entrevistado

1	Homem
2	Mulher

103. Qual é sua idade? _____

99	NR
----	----

104. Você é... (LER OPÇÕES de 1 a 6)

1	Solteiro (a)
2	Casado (a) na igreja ou no civil
3	Vive junto sem ser casado
4	Desquitado (a), Divorciado judicialmente
5	Separado
6	Viúvo
88	NR

105. Você tem filhos?

1	Sim: Quantos (ANOTAR)
2	Não
88	NR

106. Atualmente você frequenta a escola como aluno?

1	Sim
2	Não (VÁ PARA 106)
88	NR

107. Qual é o curso que você frequenta? (NÃO LER OPÇÕES)

1	Ensino Fundamental (Regular de 1º. Grau)
2	Ensino Médio (Regular de 2º. Grau)
3	Supletivo de 1º. Grau
4	Supletivo de 2º. Grau
5	Técnico
6	Universidade\ Superior

7	Alfabetização de Adultos
8	Pré-vestibular
9	Pós-graduação\ Especialização
10	Pós-graduação \Mestrado ou Doutorado

frequenta?

108. Qual é a(o) (série\ano) que você

1	1ª. Série\ano
2	2ª Série\ano
3	3ª Série\ano
4	4ª Série\ano
5	5ª Série\ano
6	6ª Série\ano
7	7ª Série\ano
8	8ª Série\ano
9	O curso não é organizado em séries (ANOTAR):
77	NS
88	NR
99	NSA

109. Anteriormente você frequentou a escola?

1	Sim
2	Não (VÁ PARA 109)
88	NR

110. Qual foi o grau mais alto que você frequentou? (NÃO LER OPÇÕES)

1	Regular de 1º. Grau (Antigos Primário e Ginásio)
2	Regular de 2º. Grau (Antigo Colegial)
3	Supletivo de 1º. Grau
4	Supletivo de 2º. Grau
5	Técnico
6	Universidade\ Superior
7	Alfabetização de Adultos
8	Pré-vestibular
9	Pós-graduação\ Especialização
10	Pós-graduação \Mestrado ou Doutorado
77	NS
88	NR
99	NSA

111. Você completou este grau?

66	Sim
----	-----

Qual foi a(o) última(o) (série\ano) que você frequentou?

1	1ª. Série\ano
2	2ª Série\ano
3	3ª Série\ano
4	4ª Série\ano
5	5ª Série\ano

6	6 ^a	Serie\ano
7	7 ^a	Serie\ano
	8 ^a	Serie\ano
9	O curso não é organizado em séries (ANOTAR):	
77	NS	
88	NR	
99	NSA	

112. PE1) O(A) Sr(a) poderia me dizer se trabalha, mesmo que não tenha carteira assinada, ou mesmo que o pagamento não seja em dinheiro? **(SE SIM, CIRCULE CÓDIGO 1 ABAIXO)**

113. PE2) **(SE NÃO)** Mas o(a) Sr(a) por acaso trabalha, mesmo sem receber pagamento, pelo menos 15 horas por semana, em alguma instituição religiosa, beneficente, de cooperativismo, ou então como aprendiz, ou mesmo ajudando em algum negócio da sua família? **(SE SIM, CIRCULE CÓDIGO 2 ABAIXO)**

114. PE3) **(SE NÃO)** E o(a) Sr(a) chegou a trabalhar em algum momento durante a última semana, ou chegou a tomar alguma providência para conseguir trabalho na última semana? **(SE SIM, CIRCULE CÓDIGO 3 ABAIXO)**

115. PE4) **(SE NÃO, LEIA OS ITENS A SEGUIR QUE SE APLIQUEM)** E o(a) Sr(a) é... [desempregado(a) / dona de casa / aposentado(a) / estudante] ou o quê? **(CIRCULE CÓDIGO ABAIXO, DE 4 A 7, CONFORME A RESPOSTA)**

(pea)			4	Desempregado(a) (NÃO PEA)
1	Trabalha, mesmo sem carteira assinada (PEA)		5	Dona de casa que não trabalha (NÃO PEA)
2	Trabalha como aprendiz, ajudante, etc. (PEA)		6	Aposentado(a) / no seguro (NÃO PEA)
3	Trabalhou ou tentou na última semana (PEA)		7	Estudante que não trabalha (NÃO PEA)

116. RF) Você poderia me dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio? **(SE NÃO RESPONDER ESPONTANEAMENTE APRESENTE O CARTÃO DE RENDA)**

(#)	
	Anote o valor: (#) ____ ____ . ____ ____ ____ , 00
1	Até R\$ 260,00
2	De R\$ 260,01 até R\$ 520,00
3	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00
4	De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00
5	De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00
6	De R\$ 2.600,01 até R\$ 5.200,00
7	De R\$ 5.200,01 até R\$ 7.800,00
8	Mas de R\$ 7.800,00
10	Não sei/Não respondeu

117. RP) Você poderia me dizer qual é aproximadamente a sua renda mensal pessoal? **(SE NÃO RESPONDER ESPONTANEAMENTE APRESENTE O CARTÃO DE RENDA)**

(#)	Anote o valor: (#) ____ ____ . ____ ____ ____ , 00
1	Até R\$ 260,00
2	De R\$ 260,01 até R\$ 520,00
3	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00
4	De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00
5	De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00
6	De R\$ 2.600,01 até R\$ 5.200,00
7	De R\$ 5.200,01 até R\$ 7.800,00
8	Mas de R\$ 7.800,00
9	Não tem renda pessoal
10	Não sei/Não respondeu

118. Vou ler agora uma lista de religiões e gostaria de saber a qual delas você pertence.
Você é...

1	Espírita
2	Evangélico (a)
3	Católico (a)
4	Católico (a) não praticante
5	Da religião dos Orixás
6	Ou não tem religião
7	Outra (ANOTAR)
77	NS
88	NR

119. (NÃO PERGUNTE) Como você classificaria a cor da pele do entrevistado?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Muito clara									Muito escura

120. Usando agora as opções nesta lista, como você classificaria o entrevistado?

1	Branco (a)
2	Preto (a)
3	Pardo (a)
4	Amarelo (a)
5	Indígena